



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CÂMARA DOS DEPUTADOS



(DO SR. PIMENTA DA VEIGA) *PMDB MG*

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º _____

Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre
o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto, e dá outras providências.

DESPACHO: COM.CONST.E JUSTIÇA -

À COM.CONST.E JUSTIÇA em *04* de junho de 19 *85*

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. *Deputado MARIO ASSAD* _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de *Justiça* - *Receber* _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 5684 DE 19 85

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19 _____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19 _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. PIMENTA DA VEIGA)



ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º _____

EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 5.684, de
1985, que "estabelece normas para a realização de eleições em 1985,
dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto, e dá ou
tras providências".

DESPACHO: À COM. DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

À COM. DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA em 11 de JUNHO de 1985

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

PROJETO Nº 5.684 DE 1985

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19____

Sancionado em _____ de _____ de 19____

Promulgado em _____ de _____ de 19____

Vetado em _____ de _____ de 19____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19____

PL No 5685/1985
2
Cota: 171



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 5.684, DE 1985

(DO SR. PIMENTA DA VEIGA)

Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto, e dá outras providências.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*A Comissão de Constituição e
Justiça. Em 04.6.85.
Alm. [assinatura]*

PROJETO DE LEI Nº

5.684/85

Estabelece normas para a realização de eleições em 1985 , dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto , e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º . No dia 15 de novembro de 1985 serão realizadas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito nos seguintes Municípios :

- I - Capitais de Estados e Territórios;
- II - Estâncias Hidrominerais;
- III - Considerados do interesse da Segurança Nacional;
- IV - Municípios de Territórios;
- V - Descaracterizados do interesse da Segurança Nacional a partir de 1º de dezembro de 1984.

Art. 2º . Na mesma data serão realizadas eleições para Prefeito , Vice-Prefeito e Vereadores nos Municípios criados pelos Estados até 15 de maio de 1985.

Art. 3º - Nas eleições previstas nos dois artigos anteriores será aplicada a legislação eleitoral vigente, ressalvadas as regras especiais previstas nesta Lei.

Art. 4º . As Convenções Municipais Partidárias destinadas à escolha dos candidatos deverão ser realizadas dentro dos quatro meses anteriores à data das eleições e o requerimento de registro dar entrada no Cartório Eleitoral até as dezoito horas do nonagésimo dia anterior à data marcada para a eleição.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Art. 5º . A Convenção Municipal Partidária para escolha , por voto direto e secreto , dos candidatos a -
tenderá regulamentação da respectiva Comissão Executiva do
Diretório Nacional e a constituirão:

a) Nos Municípios com menos de um milhão de habitantes:

- I - os membros do Diretório Municipal;
- II - os Vereadores , Deputados e Senadores com domicílio eleitoral no Município;
- III - os membros do Diretório Regional com domicílio eleitoral no Município , na data em que foram eleitos;
- IV - os delegados do Município à Convenção Regional;
- V - 2 (dois) representantes de cada Diretório Distrital organizado;
- VI - 1 (um) representante de cada departamento existente.

b) Nos Municípios com mais de um milhão de habitantes:

- I - os membros dos Diretórios de unidades administrativas ou zonas eleitorais;
- II - os Vereadores , Deputados e Senadores com domicílio eleitoral no Município;
- III - os membros do Diretório Regional com domicílio eleitoral no Município , na data em que foram eleitos;
- IV - os Delegados dos Diretórios de unidades administrativas ou zonas eleitorais.

Parágrafo Único . Nas convenções previstas neste artigo haverá a presença de Observador da Justiça Eleitoral nos termos da legislação vigente.

Art. 6º . Nas eleições reguladas por esta Lei os Partidos Políticos não poderão registrar candidatos em sublegendas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Art. 7º . Os Partidos poderão coligar-se e organizar chapas conjuntas de Prefeito e Vice-Prefeito.

§ 1º Nas chapas de Coligação poderão ser inscritos candidatos filiados a qualquer um dos partidos integrantes da mesma.

§ 2º A decisão de coligar-se com outro Partido será adotada , por maioria absoluta de votos , pelo Diretório Municipal e no caso dos Municípios com mais de um milhão de habitantes pelo Diretório Regional , e em ambas as situações até 10 (dez) dias antes da respectiva convenção e ratificada por esta.

§ 3º Na hipótese em que o Diretório não estiver com sua composição completa , por renúncia , morte ou desligamento , a maioria absoluta será calculada levando-se em conta o número de membros remanescentes.

§ 4º A Comissão Executiva do Diretório Nacional , ao regulamentar as Convenções Municipais Partidárias fa-lo-á também em relação às decisões sobre coligações.

§ 5º A Coligação Partidária adotará denominação própria e o registro de seus candidatos será encaminhado pelos Presidentes dos Partidos coligados.

§ 6º À Coligação serão assegurados os direitos que a lei concede aos Partidos Políticos , no que se refere ao processo eleitoral.

§ 7º Cada Partido poderá usar sua própria legenda sob a denominação da Coligação.

Art. 8º . O prazo de domicílio eleitoral no respectivo Município para as eleições previstas nesta Lei é de cinco meses.

Art. 9º . Cada candidato deverá estar filiado ao Partido pelo qual vai concorrer até 15 de julho de 1985.

Art. 10 . Nas eleições previstas nesta Lei as emissoras de rádio e televisão , inclusive as de pro

Assinaturas manuscritas e rubrica



CÂMARA DOS DEPUTADOS



priedade da União , dos Estados e dos Municípios , reservarão para a propaganda eleitoral gratuita pelos Partidos Políticos 60 (sessenta) espaços de 1 (uma) hora diária nos 60 (sessenta) dias que antecedem a antevéspera do pleito, sendo pelo menos meia hora à noite , entre vinte e vinte e duas horas.

§ 1º O disposto neste Artigo atingirá as emissoras que gerem imagem ou som a partir do Município onde se realiza a eleição e , no caso das Capitais de Estado , também as emissoras de alcance regional com geração em Município da respectiva Região Metropolitana.

§ 2º O horário gratuito , de livre utilização a critério dos partidos , será distribuído metade de forma igual entre todos os Partidos que concorrem ao pleito e metade na proporção das bancadas existentes na Câmara de Vereadores.

§ 3º O horário não utilizado por qual - quer Partido será redistribuído aos demais , vedada cessão ou transferência.

§ 4º A Justiça Eleitoral local poderá acolher qualquer critério que tenha sido aprovado por todos os Partidos Políticos e as emissoras.

§ 5º O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o horário gratuito de propaganda eleitoral e a Justiça Eleitoral fiscalizará a sua execução.

§ 6º Poderão ser transmitidos por emissoras de rádio e televisão debates entre candidatos , desde ' que resguardada a participação de todos os Partidos ou Coligações que concorrem ao pleito.

Art. 11 . As emissoras de rádio e televi - são ficam obrigadas a divulgar gratuitamente comunicações ou instruções da Justiça Eleitoral , até o máximo de 15 (quinze) minutos diários , consecutivos ou não , nos 30 (trinta) dias anteriores ao pleito.

Art . 12 .As eleições serão realizadas pelo sufrágio universal e voto direto e secreto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



§ 1º O candidato a vice-prefeito será considerado eleito com o candidato a prefeito em cuja chapa estiver registrado.

§ 2º Será considerado eleito o candidato a Prefeito que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos.

§ 3º Caso nenhum candidato obtiver a maioria absoluta, será repetida a eleição no dia 1º de dezembro, concorrendo ao segundo turno apenas os dois candidatos mais votados no primeiro e considerando-se eleito o que obtiver maior votação.

§ 4º Havendo morte, renúncia ou impedimento de candidato entre os dois turnos a substituição far-se-á pela respectiva Comissão Executiva do Partido.

§ 5º O candidato que obtiver a segunda colocação no primeiro turno e o Partido ou Coligação que o registrou poderão comunicar à Justiça Eleitoral a desistência de concorrer ao segundo turno, caso em que será proclamado eleito o mais votado.

Art. 13 Os Partidos Políticos em formação, assim considerados para os efeitos desta lei os que até 15 de julho de 1985, publicarem e encaminharem ao TSE para anotação e arquivo, o programa, manifesto e estatutos, observados os princípios estabelecidos no art. 152 da Constituição Federal, estarão habilitados à prática de todos os atos e procedimentos relativos ao seu funcionamento, inclusive os necessários à sua efetiva participação nas eleições de que trata a presente lei.

Parágrafo Único - O registro do estatuto de Partido Político em formação, referido pelo inciso IV do art. 152 da Constituição Federal, será deferido para efeito das eleições de 1985, desde que tenha sido aprovado pela maioria absoluta da respectiva Comissão Diretora Nacional Provisória.

Art. 14 Nos Municípios em que não houver Diretório partidário organizado, inclusive nos que foram criados até a data de 15 de maio de 1985, a Convenção para a



CÂMARA DOS DEPUTADOS



escolha dos candidatos a Prefeito , Vice-Prefeito e Vereadores , será organizada e dirigida pela Comissão Diretora Municipal Provisória , integrada de 7 (sete) a 11 (onze) membros designados pela Comissão Executiva Nacional, sob a presidência de um deles , indicado no ato da designação.

§ 1º A Convenção a que se refere este Artigo terá a seguinte composição:

- I - os membros da Comissão Diretora Municipal Provisória;
- II - os eleitores inscritos no Município e filiados ao Partido até 8 (oito) dias antes da Convenção;
- III - os senadores , deputados federais e deputados estaduais com domicílio eleitoral no Município.

§ 2º A Justiça Eleitoral divulgará , por edital , a relação nominal dos eleitores filiados a cada Partido , aptos a participarem da Convenção.

§ 3º No caso dos Partidos em formação as funções referidas no "caput" deste Artigo serão exercidas pelas Comissões Diretoras Municipais já designadas ou que venham a ser designadas.

Art. 15 . São vedados e considerados nulos de pleno direito os atos que , no período compreendido entre 15 de julho de 1985 e 1º de janeiro de 1986 , importarem transferir , contratar , designar , readaptar funcionários ou proceder a quaisquer outras formas de provimento nos quadros da administração direta e indireta , empresas públicas e sociedades de economia mista dos Estados e Municípios.

§ 1º Excluem-se do disposto neste Artigo:

- I - nomeação de aprovados em concurso público , homologado até 15 de agosto de 1985;
- II - nomeação para cargos em comissão e da magistratura , do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



§ 2º O ato de nomeação deverá ser fundamentado quando da sua publicação no respectivo órgão oficial.

Art . 16 . O alistamento eleitoral passa a ser feito dispensando-se a formalidade do próprio alistando datar o respectivo requerimento e quando não souber assinar o nome , aporá a impressão digital de seu polegar direito no requerimento e na folha de votação.

Parágrafo Único . O mesmo sistema será utilizado no dia da votação para o eleitor que não souber assinar o nome.

Art . 17 . As cédulas oficiais para as eleições previstas nesta lei , serão confeccionadas e distribuídas exclusivamente pela Justiça Eleitoral, atenderão aos demais requisitos do Código Eleitoral e permitirão ao eleitor , sem a necessidade de leitura de nomes , identificar e assinalar os seus candidatos nas eleições majoritárias e a legenda de sua preferência nas eleições proporcionais.

Art . 18 . São revogados os Artigos 4º , 5º, 6º e 7º da Lei 6.989 , de 15 de maio de 1982 , restabelecendo-se a redação anterior dos Artigos 145 , 175 , 176 e 177 do Código Eleitoral , Lei 4.737 , a respeito do voto de legenda.

Art . 19 . É revogado o § 3º do Art 67 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos , Lei 5.682 , de 21 de julho de 1971 , e suspensa a aplicação do Art 250 . da Lei 4.737 , Código Eleitoral , com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 1.538.

Art . 20 . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art . 21 . Revogam-se as disposições em contrário.



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei originou-se dos estudos da Comissão Interpartidária. Em face da promulgação da Emenda Constitucional nº 25 foram marcadas eleições municipais em 15 de novembro deste ano nos municípios anteriormente com autonomia restringida. E era necessário regulá-las.

O presente projeto , em geral:

- Regula aspectos das eleições de forma especial , remetendo o demais para a legislação vigente.
- Fixa o prazo das convenções dentro dos quatro meses anteriores ao pleito e o registro até o nonagésimo dia ; o prazo menor é justificado para que partidos possam realizar antes dele as suas convenções de eleição de primeiros diretórios ou renovações de diretórios municipais.
- O sistema de convenções ficou o da lei atual , ampliado nos municípios com zonais (mais de hum milhão de habitantes) pela participação de todos os membros dos Diretórios de Zonas. Também acrescentou-se a presença de membro do Diretório Regional com domicílio no município , entre os convencionais. A manutenção da regra legal não inibe que partidos políticos decidam internamente realizar prévias.
- Não haverão sublegendas nas eleições de Prefeito.
- Regulam-se as coligações que atingirão as eleições majoritárias. Cria-se um rito para a aprovação da Coligação e seu funcionamento.
- O domicílio eleitoral será de cinco meses e o prazo de filiação até 15 de julho de 1985.
- Foi regulado o acesso ao rádio e à televisão através de 60 (sessenta) programas gratuitos realizados nos 60 (sessenta) dias anteriores à antevéspera do pleito e outras disposições sobre o assunto de forma a viabilizar a correta e justa utilização da propaganda eleitoral gratuita.
- Garante a escolha de candidatos em municípios onde os partidos não tenham diretórios organizados e até a participação das Comissões Regionais Provisórias no processo , assegurando aos novos partidos sua presença na disputa eleitoral.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



- Regula o alistamento e o voto do analfabeto. Quanto ao voto o faz de forma flexível permitindo ao Tribunal Superior Eleitoral a preferência sobre um de vários sistemas adaptáveis à regra geral proposta.
- Revoga definitivamente o dispositivo que impunha um prazo de dois anos para quem trocar de Partido vir a ser candidato pela sua nova agremiação.

Consideramos este Projeto mais uma etapa do processo de criação de instituições saudáveis no País.

Sala das Sessões , em 04 de junho de 1985

W. F. F.
Proj. Frio 11/2
[Assinatura]

P. = 9
Resolução de oposição
nos parágrafos 2º a 5º do
art. 12, e os votos em separado

(RESSALVANDO OPosição NOS PARÁGRAFOS
2º e 5º do art. 12, para votação
EM SEPARADO)

[Assinatura]
[Assinatura]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Título II

DA DECLARAÇÃO DE DIREITOS

Capítulo III

DOS PARTIDOS POLÍTICOS

(99) Art. 152. *A organização e o funcionamento dos partidos políticos, de acordo com o disposto neste artigo, serão regulados em lei federal.*

(99) § 1º *Na organização dos partidos políticos serão observados os seguintes princípios:*

I – *regime representativo e democrático, baseado na pluralidade dos partidos e garantia dos direitos humanos fundamentais;*

II – *personalidade jurídica, mediante registro dos estatutos;*

III – *inexistência de vínculo, de qualquer natureza, com a ação de governos, entidades ou partidos estrangeiros;*

IV – *âmbito nacional, sem prejuízo das funções deliberativas dos órgãos regionais ou municipais.*

(99) § 2º *O funcionamento dos partidos políticos deverá atender às seguintes exigências:*

I – *filiação ao partido de, pelo menos, 10% (dez por cento) de representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que tenham, como fundadores, assinado seus atos constitutivos; ou*

II – *apoio, expresso em votos, de 5% (cinco por cento) do eleitorado, que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos, pelo menos, por nove Estados, com o mínimo de 3% (três por cento) em cada um deles;*

III – *atuação permanente, dentro do programa aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral;*

IV – *disciplina partidária;*

V – *fiscalização financeira.*

(99) § 3º *Não terá direito a representação o partido que obtiver votações inferiores aos percentuais fixados no item II do parágrafo anterior, hipótese em que serão consideradas nulas.*

(99) § 4º *A extinção dos partidos políticos dar-se-á na forma e nos casos estabelecidos em lei.*

(99) § 5º *Perderá o mandato no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais quem, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o partido sob cuja legenda foi eleito, salvo se para participar, como fundador, da constituição de novo partido. (*)*

(99) § 6º *A perda do mandato, nos casos previstos no parágrafo anterior, será decretada pela Justiça Eleitoral, mediante representação do partido, assegurado o direito de ampla defesa. (*)*





CÂMARA DOS DEPUTADOS



CÓDIGO ELEITORAL

(LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965)

Institui o Código Eleitoral.

PARTE QUARTA

DAS ELEIÇÕES

TÍTULO IV

DA VOTAÇÃO

CAPÍTULO III

DO INÍCIO DA VOTAÇÃO

Art. 145 — O presidente, mesários, secretários, suplentes e os delegados e fiscais de partido votarão perante as mesas em que servirem, sendo que os delegados e fiscais, desde que a credencial esteja visada na forma do art. 131, § 3.º; quando eleitores de outras seções, seus votos serão tomados em separado. (17)

Parágrafo único — Com as cautelas constantes do art. 147, § 2.º, poderão ainda votar fora da respectiva seção:

I — o juiz eleitoral, em qualquer seção da zona sob sua jurisdição, salvo em eleições municipais, nas quais poderá votar em qualquer seção do Município em que for eleitor;

II — o presidente da República, o qual poderá votar em qualquer seção eleitoral do País, nas eleições presidenciais; em qualquer seção do Estado em que for eleitor nas eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual; em qualquer seção do Município em que estiver inscrito, nas eleições para prefeito, vice-prefeito e vereador;

III — os candidatos à presidência da República, em qualquer seção eleitoral do País, nas eleições presidenciais, e, em qualquer seção do Estado em que forem eleitores, nas eleições de âmbito estadual;

IV — os governadores, vice-governadores, senadores, deputados federais e estaduais, em qualquer seção do Estado, nas eleições de âmbito nacional e estadual; em qualquer seção do Município de que sejam eleitores, nas eleições municipais;

V — os candidatos a governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual, em qualquer seção do Estado de que sejam eleitores, nas eleições de âmbito nacional e estadual;

VI — os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, em qualquer seção de Município que representarem, desde que eleitores do Estado, sendo que, no caso de eleições municipais, nelas somente poderão votar se inscritos no Município;

VII — os candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador, em qualquer seção de Município, desde que dele sejam eleitores;

VIII — os militares, removidos ou transferidos dentro do período de 6 (seis) meses antes do pleito, poderão votar nas eleições para presidente e vice-presidente da República na localidade em que estiverem servindo.



TÍTULO V
DA APURAÇÃO

CAPÍTULO II
DA APURAÇÃO NAS JUNTAS

Seção IV — Da contagem dos votos

Art. 175 — Serão nulas as cédulas:

- I — que não corresponderem ao modelo oficial;
- II — que não estiverem devidamente autenticadas;
- III — que contiverem expressões, frases ou sinais que possam identificar o voto.

§ 1.º — Serão nulos os votos, em cada eleição majoritária:

- I — quando forem assinalados os nomes de dois ou mais candidatos para o mesmo cargo;
- II — quando a assinalação estiver colocada fora do quadrilátero próprio, desde que torne duvidosa a manifestação da vontade do eleitor.

§ 2.º — Serão nulos os votos, em cada eleição pelo sistema proporcional: (58)

- I — quando o candidato não for indicado, através do nome ou do número, com clareza suficiente para distingui-lo de outro candidato ao mesmo cargo, mas de outro partido, e o eleitor não indicar a legenda;
- II — se o eleitor escrever o nome de mais de um candidato ao mesmo cargo pertencentes a partidos diversos, ou, indicando apenas os números, o fizer também de candidatos de partidos diferentes;
- III — se o eleitor, não manifestando preferência por candidato, ou o fazendo de modo que não se possa identificar de sua preferência, escrever duas ou mais legendas diferentes no espaço relativo à mesma eleição.

§ 3.º — Serão nulos, para todos os efeitos, os votos dados a candidatos ilegíveis ou não registrados. (58)

Art. 176 — Contar-se-á o voto apenas para a legenda, nas eleições pelo sistema proporcional:

- ~~I — se o eleitor escrever apenas a sigla partidária, não indicando o candidato de sua preferência;~~
- II — se o eleitor escrever o nome de mais de um candidato do mesmo partido;
- III — se o eleitor, escrevendo apenas os números, indicar mais de um candidato do mesmo partido;
- IV — se o eleitor não indicar o candidato através do nome ou do número com clareza suficiente para distingui-lo de outro candidato do mesmo partido;
- V — se o eleitor, indicando a legenda, escrever o nome ou o número de candidato de outro partido.

Art. 177 — Na contagem dos votos para as eleições realizadas pelo sistema proporcional observar-se-ão, ainda, as seguintes normas:

- I — a inversão, omissão ou erro de grafia do nome ou prenome não invalidará o voto desde que seja possível a identificação do candidato;



CÂMARA DOS DEPUTADOS



II — se o eleitor escrever o nome de um candidato e o número correspondente a outro da mesma legenda ou não, contar-se-á o voto para o candidato cujo nome foi escrito bem como para a legenda a que pertence, salvo se ocorrer a hipótese prevista no n.º V do artigo anterior;

III — se o eleitor escrever o nome ou o número de um candidato a deputado federal na parte da cédula referente a deputado estadual ou vice-versa, o voto será contado para o candidato cujo nome ou número foi escrito;

IV — se o eleitor escrever o nome ou o número de candidatos em espaço da cédula que não seja o correspondente ao cargo para o qual o candidato foi registrado, será o voto computado para o candidato e respectiva legenda, conforme o registro.

PARTE QUINTA DISPOSIÇÕES VARIAS

TÍTULO II DA PROPAGANDA PARTIDÁRIA

Art. 250 — Nas eleições gerais de âmbito estadual e municipal, a propaganda eleitoral gratuita, através de emissoras de rádio e televisão de qualquer potência, inclusive nas de propriedade da União, dos Estados, dos Municípios e dos Territórios, far-se-á sob fiscalização direta e permanente da justiça eleitoral, obedecidas as seguintes normas: (72)

I — as emissoras reservarão, nos 60 (sessenta) dias anteriores à antevéspera do pleito, 2 (duas) horas diárias para a propaganda, sendo uma hora à noite, entre vinte e vinte e três horas;

II — os partidos limitar-se-ão a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro do candidato na justiça eleitoral, bem assim a divulgar, pela televisão, sua fotografia, podendo ainda anunciar o horário e o local dos comícios;

III — o horário da propaganda será dividido em períodos de 5 (cinco) minutos e previamente anunciado;

IV — o horário destinado a cada partido será distribuído em partes iguais entre os candidatos e, nos Municípios onde houver sublegendas, entre estas;

V — o horário não utilizado por um partido não poderá ser transferido ou redistribuído a outro partido;

VI — a propaganda dos candidatos às eleições de âmbito municipal só poderá ser feita pelas emissoras de rádio e televisão cuja outorga tenha sido concedida para o respectivo Município, vedada a retransmissão em rede.

§ 1.º — O diretório regional de cada partido designará, no Estado e em cada Município, comissão de três membros para dirigir e supervisionar a propaganda eleitoral nos limites das respectivas jurisdições. (72)

§ 2.º — As empresas de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar, gratuitamente, comunicados da justiça eleitoral, até o máximo de quinze minutos, entre as dezoito e vinte e duas horas, nos quarenta e cinco dias que precederem ao pleito. (72)



CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEI N.º 5.682, DE 21 DE JULHO DE 1971

Lei Orgânica dos Partidos Políticos

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO V

Da Filiação Partidária

Art. 67 — O filiado, que quiser desligar-se do Partido, fará comunicação escrita à Comissão Executiva e ao Juiz Eleitoral da Zona.

§ 1.º — Após decorridos 2 (dois) dias da data da entrega da comunicação, o vínculo tornar-se-á extinto, para todos os efeitos.

§ 2.º — A Justiça Eleitoral poderá determinar de ofício o cancelamento da filiação partidária, quando verificar a sua coexistência em outro Partido.

§ 3.º — Desligado de um Partido e filiado a outro, o eleitor só poderá candidatar-se a cargo eletivo, após o decurso do prazo de 2 (dois) anos da data da nova filiação (38).



CÂMARA

DECRETO=LEI Nº 1.536 — DE 14 DE ABRIL DE 1977

Altera a redação do artigo 250 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, modificada pela Lei número 6.339, de 1.º de julho de 1976, e dá outras providências.

O Presidente da República,

no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o artigo 182 da Constituição e o disposto no Ato Complementar nº 102, de 1.º de abril de 1977,

DECRETA:

Art. 1.º O artigo 250 da Lei número 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, alterado pelo artigo 1.º da Lei nº 6.339, de 1.º de julho de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 250. Nas eleições gerais de âmbito estadual e municipal, a propaganda eleitoral gratuita, através de emissoras de rádio e televisão de qualquer potência, inclusive nas de propriedade da União, dos Estados, dos Municípios e dos Territórios, haverá sob fiscalização direta e permanente da Justiça Eleitoral, obedecidas as seguintes normas:

I — As emissoras reservarão, nos 60 (sessenta) dias anteriores à antevéspera do pleito, duas horas diárias para a propaganda, sendo uma hora à noite, entre vinte e vinte e três horas;

II — Os Partidos limitar-se-ão a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro do candidato na Justiça Eleitoral, bem assim a divulgar, pela televisão, sua fotografia, podendo ainda anunciar o horário e o local dos comícios;

III — O horário da propaganda será dividido em períodos de 5 (cinco) minutos e previamente anunciado;

IV — O horário destinado a cada Partido será distribuído em partes iguais entre os candidatos e, nos municípios onde houver sublegendas, entre estas;

V — O horário não utilizado por um Partido não poderá ser transferido ou redistribuído a outro Partido;

VI — A propaganda dos candidatos às eleições de âmbito municipal só poderá ser feita pelas emissoras de rádio e televisão cuja outorga tenha sido concedida para o respectivo município, vedada a retransmissão em rede.

§ 1.º O Diretório Regional de cada Partido designará, no Estado e em cada Município, comissão de três membros para dirigir e supervisionar a propaganda eleitoral nos limites das respectivas jurisdições.

§ 2.º As empresas de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar, gratuitamente, comunicados da Justiça Eleitoral, até o máximo de 15 (quinze) minutos, entre as dez e as vinte e duas horas, nos 45 (quarenta e cinco) dias que precederem ao pleito."

Art. 2.º Nas eleições indiretas não será permitida a propaganda eleitoral por meio de emissoras de rádio e televisão.

Art. 3.º O Tribunal Superior Eleitoral expedirá, dentro de 160 (cento e oitenta) dias contados a partir da vigência deste Decreto-lei, as instruções necessárias à sua execução.

Art. 4.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se os artigos 252, 253 e 254 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e demais disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1977; 156.º da Independência • 89.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão





LEI Nº 6.989, DE 05 DE MAIO DE 1982.

Dispõe sobre filiação partidária em
caso de incorporação de partidos po-
líticos, e dá outras providências.

O P R E S I D E N T E D A R E P U B L I C A

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a
seguinte Lei:

Art. 1º - A alínea c do § 4º e o § 5º do arti-
go 110 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, passam a vigo-
rar com a seguinte redação:

"Art. 110 -

§ 4º -

c) filiar-se, no prazo de seis meses, a outro
partido que não o incorporador, não se lhe aplicando o
disposto no § 3º do artigo 67 desta Lei.

§ 5º - A partir da eleição do Diretório Nacio-
nal, escolhido em convenção conjunta, qualquer filiado ao
Partido incorporador poderá exercer, no prazo de seis me-
ses, as faculdades previstas no parágrafo anterior, limi-
tada a impugnação estabelecida na alínea a à convenção
conjunta e atos subsequentes, e vedada a filiação previs-
ta na alínea c ao partido que tiver tomado a iniciativa
da incorporação.

....."

Art. 2º - Aos titulares de mandatos eletivos
que usarem da faculdade concedida na alínea c do § 4º e no §
5º do artigo 110 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, não
se aplica o disposto no artigo 72 da referida Lei.

Art. 3º - O artigo 3º da Lei nº 5.782, de 6 de
junho de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - No caso de incorporação de partidos,
os filiados que utilizarem a faculdade concedida pelos §
4º, c, e § 5º do artigo 110 da Lei nº 5.682, de 21 de ju-
lho de 1971, ficam dispensados dos prazos estabelecidos
nos artigos 1º e 2º desta Lei para se candidatarem a car-
gos eletivos".



Art. 4º - Fica revogada a alínea c do inciso IX do artigo 146 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

Art. 5º - Ao artigo 175, § 2º, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), é acrescido o seguinte inciso:

"Art. 175 -

§ 2º -

IV - se o eleitor escrever apenas a sigla partidária, não indicando o candidato de sua preferência".

Art. 6º - Fica revogado o inciso I do artigo 176 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), renumerando-se os demais.

Art. 7º - O inciso II do artigo 177 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 177 -

II - se o eleitor escrever o nome de um candidato e o número correspondente a outro da mesma legenda ou não, contar-se-á o voto para o candidato cujo nome foi escrito e para a legenda a que pertence, salvo se ocorrer a hipótese prevista no nº IV do artigo anterior."

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de fevereiro de 1982.

Brasília, em 5 de maio de 1982;
161º da Independência e 94º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Ibrahim Abi-Ackel



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



Projeto de lei nº 5684, de 1985

"Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências".

Autores: Deputados PIMENTA DA VEIGA, PRISCO VIANA, DJALMA BOM, GASTONE RIGHI, NADYR ROSSETTI e JOSÉ LOURENÇO.

Relator: Deputado MÁRIO ASSAD

RELATÓRIO:

Os nobres Deputados PIMENTA DA VEIGA, PRISCO VIANA, DJALMA BOM, GASTONE RIGHI, NADYR ROSSETTI e JOSÉ LOURENÇO, respectivamente líderes do PMDB, do PDS, do PT, do PTB, do PDT e do PFL vêm de oferecer à Casa projeto de lei mediante o qual se propõe a fixação de normas especiais a serem aplicadas nas eleições a serem realizadas no dia 15 de novembro de 1985, para a escolha dos Prefeitos e Vice-Prefeitos das Capitais de Estados e Territórios, dos Municípios considerados estâncias hidrominerais e de interesse da segurança nacional, dos de Territórios e dos "descaracterizados do interesse da Segurança Nacional a partir de 1º de dezembro de 1984" e, ainda, nas eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores nos Municípios criados até 15 de maio de 1985.

Justificando a presente proposição limitam-se seus nobres Autores, após assinalarem que ela é uma decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 25, ao marcar eleições municipais para "15 de novembro deste ano nos municípios anteriormente com autonomia restringida", a explicar, sinteticamente, que o Projeto traduz-se em "mais uma etapa do processo de criação de instituições saudáveis no País".

A par da justificação propriamente dita, a respectiva exposição arrola, como a seguir vêm transcritas, as modificações propostas, para aplicação transitória eis que restritas a determinado pleito, à Lei Orgânica dos Partidos e ao Código Eleitoral, refe-



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 2 -



rindo ainda às normas propostas relativamente ao exercício do direito de voto pelos analfabetos, assegurado na Emenda Constitucional retro-referida. Esclarece, assim, a justificação o conteúdo da presente proposição, dizendo, verbis:

"O presente projeto, em geral:

- Regula aspectos das eleições de forma especial, remetendo o demais para a legislação vigente.
- Fixa o prazo das convenções dentro dos quatro meses anteriores ao pleito e o registro até o nonagésimo dia; o prazo menor é justificado para que partidos possam realizar antes dele as suas convenções de eleição de primeiros diretórios ou renovações de diretórios municipais.
- O sistema de convenções ficou o da lei atual, ampliado nos municípios com zonais (mais de um milhão de habitantes) pela participação de todos os membros dos Diretórios de Zonas. Também acrescentou-se a presença de membro do Diretório Regional com domicílio no município, entre os convencionais. A manutenção da regra legal não inibe que partidos políticos decidam internamente realizar prévias.
- Não averá sublegendas nas eleições de Prefeito.
- Regulam-se as coligações que atingirão as eleições majoritárias. Cria-se um rito para a aprovação da Coligação e seu funcionamento.
- O domicílio eleitoral será de cinco meses e o prazo de filiação até 15 de julho de 1985.
- Foi regulado o acesso ao rádio e à televisão através de 60 (sessenta) programas gratuitos realizados nos 60 (sessenta) dias anteriores à antevéspera do pleito e outras disposições sobre o assunto de forma a viabilizar a correta e justa utilização da propaganda eleitoral gratuita. Garante a escolha de candidatos em municípios onde os partidos não tenham diretórios organizados e até a participação das Comissões Provisórias no processo, assegurando aos novos partidos sua presença na disputa eleitoral.
- Regula o alistamento e o voto do analfabeto. Quando ao voto o faz de forma flexível permitindo ao Tribunal Superior Eleitoral a preferência sobre um de vários sistemas adaptáveis à regra geral proposta.
- Revoga definitivamente o dispositivo que impunha um prazo de dois anos para quem trocar de Partido vir a ser candidato pela sua nova agremiação."

É o Relatório.

Cabe a esta Comissão, nos termos regimentais, apreciar a presente proposição não somente vista do ângulo da constitucionalidade e da técnica legislativa mas, bem assim, do prisma de seu mérito visto como contém, em sua maior parte, matéria que se insere na órbita do Direito Eleitoral.



No que tange à constitucionalidade, nenhum reparo é de ser feito ao presente Projeto. A propósito, de assinalar é que, uma vez amplamente aceite que, dispor, como se propõe, sobre a forma de eleição dos Prefeitos e Vice-Prefeitos, no tocante ao número de sufrágios necessários, constitui matéria de Direito Eleitoral, cabível, de consequência, a competência do legislador federal para a correspondente iniciativa de lei, ex vi do disposto no art. 8º, XVII, "b" da Constituição Federal.

Visto o Projeto do ângulo da técnica legislativa, não se pode, a rigor, tê-la como plenamente acatada na redação a ele dada, como, por exemplo, pode, de logo ser observado no caput e seu item IV do art. 1º, ao estabelecer que as eleições serão realizadas "nos seguintes Municípios ... 1º) Municípios de Territórios", a denunciar uma repetição equívoca e dispensável da mesma palavra.

Tendó em vista que senões dessa natureza poderão, certamente, ser eliminados do Projeto em sua redação final indicando-se esta necessária em razão de emendas que, ao que tudo indica, serão apresentadas em Plenário (atente-se, no particular, para a ressalva feita pelo Líder do PTB ao assinar, como co-autor, a presente proposição), deixamos de apresentar as emendas de redação que se indicam, de já, pertinentes.

No tocante ao mérito, avulta indubitosa a oportunidade e plena pertinência do Projeto, ao buscar a objetiva aplicação das regras constitucionais introduzidas com a Emenda Constitucional nº 25 de 1985 relativas aos Municípios que até antes de sua promulgação tinham sua autonomia indevidamente restringida, e ainda concernentes aos Partidos Políticos.

Oportunas dizem-se igualmente as regras sobre a realização das convenções partidárias tendo em vista a escolha dos candidatos ao pleito municipal de 15 de novembro deste ano e bem assim as que visem a disciplinar essas convenções nos municípios em que o Partido ainda não tenha Diretório organizado, justificando-se a exceção criada para tais casos, na maior facilidade de criação de agremiações políticas ensejada pela Emenda Constitucional nº 25 de 1985.



Merecem especiais encômios as regras relativas à propaganda eleitoral no pleito de 15 de novembro de 1985, com a suspensão, tendo em vista esse pleito, das injustificadas limitações ao livre direito de os candidatos difundirem, pelo rádio e a televisão, nos horários da propaganda gratuita, o seu pensamento político.

Por fim é de pedir-se a atenção da Comissão que irá elaborar a redação final do Projeto, para a indicação equivocada, no art. 18 do Projeto, ao art. 145 do Código Eleitoral, eis que, se a intenção é a de restabelecer a redação anterior do art. 18, a que corresponde a proposta, no mesmo art. 18, de revogação do art. 4º da Lei n. 6989 de 15 de maio de 1982, o dispositivo correspondente cuja redação é de ser restabelecida consoante fixada anteriormente à entrada em vigor da referida lei n. 6989, é a do art. 146 e não ^{do 145} do Código Eleitoral.

A matéria, dada sua complexidade, merece estudo cuidadoso e conseqüentemente há de merecer também sugestões por iniciativa dos parlamentares de vários partidos, razão por que nos reservamos para uma última análise do projeto após a apresentação das emendas em plenário.

VOTO

Pelas precedentes razões, o nosso parecer - e o nosso voto - é no sentido da manifestação pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 5.684/85 e, apreciando-lhe o mérito, favoravelmente à sua aprovação, sem embargo do aproveitamento oportuno de emendas que visem aprimorar-lhe.

Sala das Comissões, em 10 de julho de 1985

Manoel



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 5684 DE 1985

EMENDA Nº

Substitua-se no artigo 4º a expressão

"dentro de quatro meses anteriores à data das eleições."

pela seguinte:

"até 11 de agosto de 1985."

J U S T I F I C A T I V A

1. Como está redigido o artigo, as Convenções de verão ser realizadas até 15 de julho de 1985, o que será totalmente impossível.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



2. A Emenda apresentada visa determinar a fixação de uma data certa, 11 de agosto de 1985, um domingo, para que as convenções se realizem.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985


Deputado PRISCO VIANA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 2



EMENDA AO

PROJETO DE LEI Nº 5 684, DE 1 985

Substitua-se, no art. 4º do projeto, a palavra nonagésimo por sexagésimo.

JUSTIFICATIVA

A redução de trinta dias, no prazo de entrada do requerimento de registro, no Cartório Eleitoral, tem em vista conceder maiores oportunidades aos Partidos Políticos em formação, para lançarem seus candidatos, principalmente nos Municípios recém-criados (art. 13 do projeto).

Sala das Sessões, em


DEPUTADO GOMES DA SILVA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

113



PROJETO DE LEI Nº 5.684, DE 1985

EMENDA Nº



Substitua-se no **caput** do art. 5º a expressão

"da respectiva Comissão Executiva do Diretório Nacional."

pela seguinte:

"do Tribunal Superior Eleitoral."

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985

Deputado JOÃO CARLOS DE CARLI

J U S T I F I C A T I V A

1. Como está redigido, cada uma das Comissões Executivas Nacionais dos Partidos Políticos poderá regulamentar, à sua maneira, a realização de suas Convenções.
2. Entretanto, o parágrafo único, do artigo 5º, prevê a presença, nas Convenções, de um Observador designado pela Justiça Eleitoral.
3. Ora, para que a Justiça Eleitoral possa bem



CÂMARA DOS DEPUTADOS



orientar os trabalhos das Convenções e examinar, posteriormente, eventuais recursos, deve ser ela incumbida de regulamentar a sua realização.

4. O inciso IX, do artigo 23, do Código Eleitoral, confere competência privativa ao Egrégio Tribunal Superior Eleitoral para expedir instruções convenientes à sua execução.

5. O parágrafo único, do artigo 1º, do mesmo Código Eleitoral, determina que o Tribunal Superior Eleitoral, expeda instruções para a fiel execução do exercício dos direitos políticos de votar e ser votado.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1985

Deputado JOÃO CARLOS DE CARLI

Nº 4



Projeto nº 5.684, de 1981-



Emenda -

Art. 5º -

a) - - -

b) Nos municípios com mais de um milhão de habitantes:

1 - 25% (vinte e cinco por cento) pelo menos dos membros das Direções de unidades administrativas ou zonas, autônomas,



ginteficativas

Na forma que apresenta o Anexo - I, torna-se difícil a reunião dos membros das Direções de unidades administrativas para firmar quorum para a decisão. E o objetivo da lei simplificar e não dificultar o processo decisório.



Em São Paulo (computar) existem
56 distritos distribuídos ou ad-
ministrativos, sendo cada um
com de 1.000 membros. Como se-
mbrar todos eles para a votação
exigida. Em exigência muito
do Poder. A emenda, com
o artigo proposto, foi em voto
favorável a votação em mi-
lões de pessoas.

Brasília, 11/6/81

 - Celso Bares
 -

Celso Bares



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 5

PROJETO DE LEI Nº 5.684, de 1985

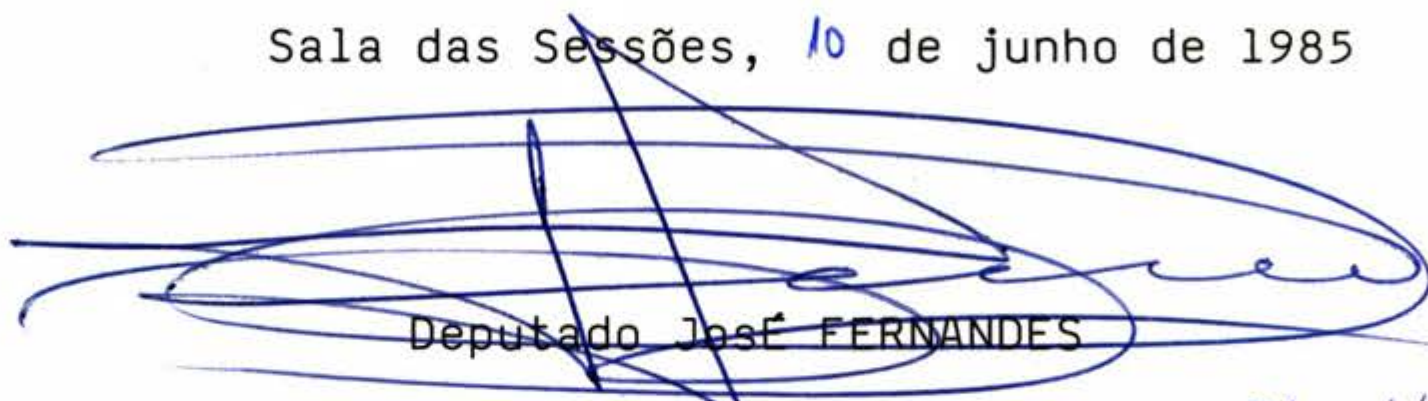


EMENDA Nº



"Suprima-se o artigo 6º."

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985


Deputado José FERNANDES

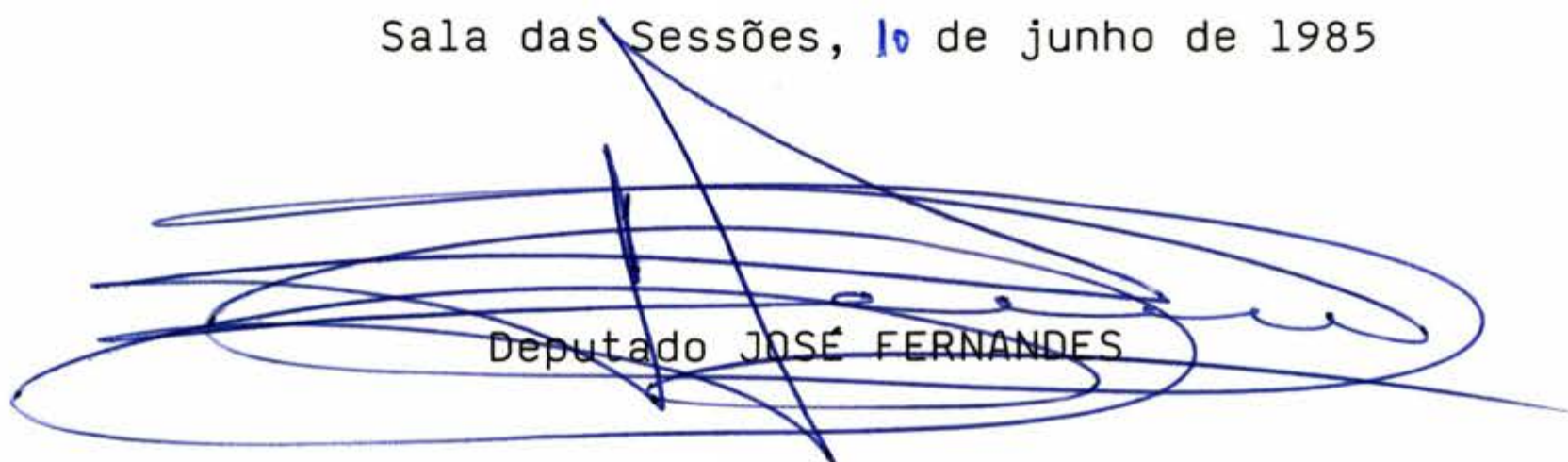
J U S T I F I C A T I V A

Justificativa V. L.

O art. 2º da Emenda Constitucional nº 25, de 16 de maio de 1985, quando determinou a realização de eleições municipais do próximo dia 15 de novembro de 1985, onde especifica, vedou a sub-legenda e permitiu a coligação partidária.

Ora, o artigo 6º que se propõe suprimir, representa uma repetição desnecessária, sob ponto de vista de técnica legislativa, diante da clareza do texto constitucional.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985


Deputado JOSÉ FERNANDES



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 6



PROJETO DE LEI Nº 5.684, DE 1985



EMENDA Nº

Os parágrafos do art. 7º do projeto, abaixo mencionados, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º

"§ 1º - A coligação será decidida:

- a) pelo Diretório Municipal ou pela Comissão Diretora Municipal Provisória;
- b) nos municípios de população superior a um milhão de habitantes, pelo Diretório Regional ou pela Comissão Diretora Regional Provisória;
- c) em ambos os casos a decisão dar-se-á por maioria absoluta de votos, até dez dias antes da Convenção Municipal, de cuja ratificação dependerá sua eficácia.

§ 2º - Quando o Diretório ou Comissão Diretora Provisória não estiver com sua composição completa, a maioria absoluta será calculada à base do número de membros remanescentes.

§ 3º - Respeitado o disposto nesta lei, a Comissão Executiva do Diretório Nacional regulamentará as Convenções Municipais Partidárias, podendo estabelecer diretrizes para as coligações.

§ 4º - As chapas de coligação poderão ser integradas por candidatos de um só ou de mais de um Partido coligado."



§ 5º -

"§ 6º - Aplicam-se às coligações os direitos, obrigações e processo eleitoral legalmente estatuídos para os Partidos Políticos."

§ 7º -

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa fundamentalmente⁹ suprir a falta de referência às Comissões Diretoras Provisórias que, nos Partidos em organização, funcionam como Diretórios.

A omissão poderia gerar dúvidas.

Nada se perde com a clareza legal.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1985


Deputado ALUÍZIO CAMPOS

1.  - Fernando Gomes
2.  - Líder PSD - Jorge Arbage
3.  - Manoel Ribeiro
4.  - Celso Barros
5.  - Gomes da Silva
6.  - Osvaldo Melo



CÂMARA DOS DEPUTADOS



7. *[assinatura]* - Gerson Peres
8. *[assinatura]* - Nilson Gibson
9. *[assinatura]* - RONDON PACHECO
10. *[assinatura]* - MARIO FROTA
11. *[assinatura]* - José Luiz Maia
12. *[assinatura]* - DILSON FANCHIN P.R.
13. *[assinatura]* - Roberto Rolim
14. *[assinatura]* - SEBASTIÃO ATAÍDE
15. *[assinatura]* - PINO MARTINS
16. *[assinatura]* - E. J. MOREIRA
17. *[assinatura]* - FRANCISCO DIAS (SP)
18. *[assinatura]* - NAGIB HACHEL
19. *[assinatura]* - FICUTTO - MS
- ADEMIR ANDRADE
20. *[assinatura]*
21. *[assinatura]* - ALESCIAN - RR
22. *[assinatura]* - OSMAR LOPES - RS
23. *[assinatura]* - OLIVY FANCHIN
24. *[assinatura]* - FELIX MONTANA
25. *[assinatura]* - AMARAL NETO
26. *[assinatura]* - JOSE FREYAT



COLIGAÇÃO - PARTIDÁRIO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

27. ~~Manoel~~ - MANUEL DE LACON
28. ~~Emídio Perondi~~ - Emídio Perondi
29. ~~Vicente de Queiroz~~ - VICENTE DE QUEIROZ
30. ~~Djalma Bessa~~ - Djalma Bessa
31. ~~Jose Colagrosso~~ - JOSE COLAGROSSI - Vice-Lider
32. ~~Gomes da Silva~~ - GOMES DA SILVA (Dupl.)
33. ~~Carlos Eloy~~ - Carlos Eloy - M-6
34. ~~Benedito Monteiro~~ - Benedito Monteiro
35. ~~Theodoro Mendes~~ - THEODORO MENDES
36. ~~Emelino Corrêa~~ - Emelino Corrêa
37. ~~Doneto Campanari~~ - DONETO CAMPANARI
38. ~~Manoel Ribeiro~~ - MANOEL RIBEIRO (Dupl.)
39. ~~Osvaldo Nascimento~~ - Osvaldo Nascimento
40. ~~Edoardo Germano~~ - Edoardo Germano
41. ~~D. Leoni~~ - (D. Leoni)
42. ~~Freitas Nobre~~ - Freitas Nobre
43. ~~Raymundo Asfora~~ - RAYMUNDO ASFORA
44. ~~F. Amaral~~ - F. AMARAL
45. ~~Phagas Vasconcelos~~ - PHAGAS VASCONCELOS
46. ~~Colagrosso~~ - COLAGROSSI - Vice-Lider (Dupl.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS



47. *Justino de Jesus* - Gustavo Faria

48. *Fernando Brito* - Tarcício Brito



49. *Edwards M. Esping - E.M. Esping - Lide*

50.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 6



ALUÍZIO CAMPOS
FERNANDO GOMES
JORGE ARBAGE
MANUEL RIBEIRO
CELSO BARROS
GOMES DA SILVA
OSVALDO MELO
GERSON PERES
NILSON GIBSON
RONDON PACHECO
MÁRIO FROTA
JOSÉ LUIZ MAIA
DILSON FANCHIN
ROBERTO ROLLEMBERG
SEBASTIÃO ATAÍDE
PLÍNIO MARTINS
ERNESTO DE MARCO
FRANCISCO DIAS
NAGIB HAICKEL
RUBEN FIGUEIRÓ
ADEMIR ANDRADE
ALCIDES LIMA
DARCI POZZA
OLY FACHIN
FELIX MENDONÇA
AMARAL NETTO
JOSÉ FREJAT
MANSUETO DE LAVOR
VICENTE DE QUEIROZ
JOSÉ COLAGROSSI



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DJALMA BESSA

CARLOS ELOY

BENEDICTO MONTEIRO

THEODORO MENDES

GENEBALDO CORREIA

DORETO CAMPANARI

OSVALDO NASCIMENTO

PEDRO GERMANO

DOMINGOS LEONELLI

FREITAS NOBRE

RAYMUNDO ASFÓRA

FRANCISCO AMARAL

CHAGAS VASCONCELOS

GUSTAVO DE FARIA

TARCIZIO BURITTI

EDUARDO MATARAZZO SUPPLY





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 5684 DE 1985

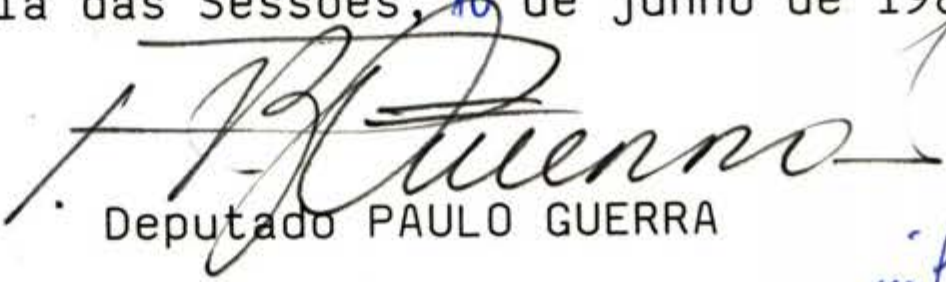
EMENDA Nº

Substitua-se a redação do **caput** do artigo 7º

pela seguinte:

"Art. 7º - Os Partidos poderão coligar-se e organizar chapas conjuntas de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores."

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985


Deputado PAULO GUERRA

J U S T I F I C A T I V A

1. Como está redigido, não poderá haver coligação na eleição proporcional para a escolha de vereadores, o que é um absurdo, contrariando o próprio dispositivo constitucional. A redação proposta visa corrigir essa anomalia.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985


Deputado PAULO GUERRA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 8



EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 5.684, de 1985


Dê-se ao "caput" do art. 7º a seguinte redação:

"Art. 7º Os Partidos poderão coligar-se e organizar chapas conjuntas de Prefeito, Vice-Prefeito e de Vereadores".

J U S T I F I C A Ç ã O

Acreditamos que uma eleição se torna mais democrática a medida que os partidos possam organizar chapas conjuntas abarcando também os vereadores e não somente as chapas para Prefeito e Vice-Prefeito.

Sala das Sessões, em de de 1985


Deputado NADYR ROSSETTI
Líder do PDT





CÂMARA DOS DEPUTADOS

109



PROJETO DE LEI Nº 5.684, DE 1985

EMENDA Nº



Dê-se ao caput do art. 7º do projeto a seguinte redação:

"Os Partidos poderão coligar-se e organizar chapas conjuntas nas eleições majoritárias e proporcionais."

JUSTIFICAÇÃO

A emenda pretende restabelecer as coligações partidárias na sua plenitude, estendendo-as às eleições proporcionais, como aliás as concebeu, consensualmente, a Comissão Interpartidária.

O projeto esqueceu que em _____ novembro próximo futuro haverá eleições para a Câmara de Vereadores nos municípios emancipados até 15 de maio passado. Não há plurarismo partidário e democracia sem coligação plena.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

1) Jorgelino Medeiros
Deputado JORGE MEDAQUAR

3) Genebaldo V. Correia

4) França Teixeira

6) Dutra Junior

8) José Ulisses

2) Celso Barros

5) Adilson Fanchin

7) Ary Kffuri

9) *Walber Guimarães* - Walber Guimarães



10) *Gerson Peres* - Gerson Peres

11) *Alceni Guerra* - Alceni Guerra

12) *Oswaldo Melo* - Oswaldo Melo

13) *F. Adalberto* - F. Adalberto (SP)



13) *Djalma Bom* - (Lider P.F.) - Djalma Bom

15) *Amaral Netto* - Amaral Netto

16) *José Cola Grossi* (Lider P.D.T)

17) *Félix Mendonça* - Félix Mendonça



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 9



JORGE MEDAUAR

CELSON BARROS

GENEBALDO CORREIA

FRANÇA TEIXEIRA

DILSON FANCHIN

JUTAHY JUNIOR

ARY KFFURI

JOSÉ ULISSES

WALBER GUIMARÃES

GERSON PERES

ALCENY GUERRA

OSVALDO MELO

FRANCISCO AMARAL

DJALMA BOM

AMARAL NETTO

JOSÉ COLAGROSSI

FÉLIX MENDONÇA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 10



PROJETO DE LEI Nº 5684 DE 1985

EMENDA Nº



Incluam-se, no artigo 7º, os seguintes parágrafos:

"§ A coligação poderá ser feita pela aliança de dois ou mais Partidos Políticos, para o fim de registro e de eleição de um ou mais candidatos comuns.

§ A coligação será representada por uma Comissão Interpartidária, escolhida pelo Diretório Municipal e/ou Comissão Diretora Municipal Provisória dos Partidos com que se relacione."

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985


Deputado PAULO GUERRA
J U S T I F I C A T I V A

A proposta visa aperfeiçoar o texto do artigo 7º, a fim de incluir a existência de uma Comissão Interpartidária, para representar a coligação, bem como definir a sua



CÂMARA DOS DEPUTADOS



própria formação. Está inspirada no artigo 140, do Código Eleitoral de 1950.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985



Deputado PAULO GUERRA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

10-11



EMENDA

AO PROJETO DE LEI Nº 5684/85



Dê-se aos §§ 3º e 4º do art. 7º a redação abaixo:

"Art. 7º.

.....

§ 3º. A coligação será decidida por maioria absoluta de votos:

a) Pelo Diretório Municipal, ou pela Comissão Diretora Municipal Provisória, nos municípios com menos de um milhão de habitantes;

b) nos municípios com mais de um milhão de habitantes, pelo Diretório Regional, ou Comissão Diretora Regional Provisória, até cinco dias antes da Convenção Municipal, que poderá ratificá-la ou não.

§ 4º. A coligação partidária, decidida pela Convenção Municipal, adotará denominação própria e o requerimento de registro dos seus candidatos será subscrito pelos Presidentes dos Diretórios Municipais dos Partidos coligados ou das Comissões Diretoras Municipais Provisórias."

.....

Sala das Sessões, em

Saulo Dourado
PFL-MS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

12



EMENDA AO

PROJETO DE LEI Nº 5 684, DE 1 985



Substitua-se, no art. 8º do projeto, a expressão cinco meses por 120 (cento e vinte) dias.

JUSTIFICATIVA

A redução proposta, de cinco meses para cento e vinte dias, no prazo de domicílio eleitoral no respectivo Município, tem em vista conceder maiores oportunidades aos Partidos Políticos em formação, para lançarem seus candidatos, principalmente nos Municípios recém-criados (art. 13 do projeto).

Sala das Sessões, em


DEPUTADO GOMES DA SILVA

Assinatura manuscrita



CÂMARA DOS DEPUTADOS

10/13



PROJETO DE LEI Nº 5.684 DE 1985



EMENDA Nº

Dê-se ao art 9º a seguinte redação:

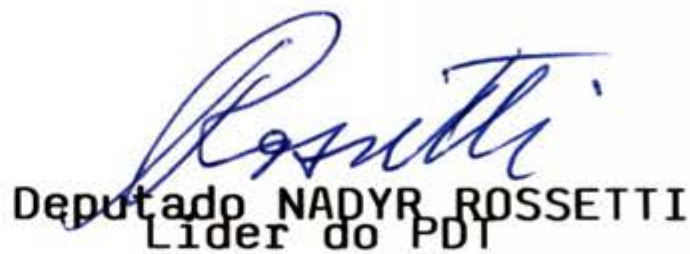
"Art 9º. Cada candidato deverá estar filiado ao Partido pelo qual vai concorrer até a data da Convenção".

Sala das Sessões, 5 de junho de 1985.



Deputado GASTONE RIGHI

Líder do PTB



Deputado NADYR ROSSETTI

Líder do PDT



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 14



PROJETO DE LEI Nº 5.684, DE 1985



EMENDA Nº

Dê-se ao art. 9º do projeto a seguinte redação:

"Art. 9º Cada candidato deverá estar filiado ao Partido pelo qual vai concorrer até a data da convenção."

JUSTIFICAÇÃO

A emenda está em consonância com a linha básica dos trabalhos da Comissão Interpartidária: a liberalização da legislação eleitoral e partidária.

Os partidos políticos, instrumentos da realização democrática, devem administrar seus problemas dentro de um arco da maior liberdade.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

1)
Deputado JORGES MEDAUAR

2) - Genebaldo Correia

3) - Celso Barros

4) - França Teixeira

5) (Fernando Magalhães)

6) - Jutahy Júnior

7) - José Ulisses

8) - Djalma Bessa

9) (Dilson Fanchin)

10) - Ary Kffuri

11) *Walber Guimaraes* - Walber Guimaraes



12) *Gerson Peres* - Gerson Peres

13) *Alceni Guerra* - Alceni Guerra

14) *Oswaldo Melo* - Oswaldo Melo (SOT)

15) *Fco. AMARAL* - Fco. AMARAL



16) *Amaral Netto* - Amaral Netto

17) *José Cola Grossi* - José Cola Grossi - (Linha PDT)

18) *Felix Mendonça* - Felix Mendonça



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 14



JORGE MEDAUAR

GENEBALDO CORREIA

CELSO BARROS

FRANÇA TEIXEIRA

FERNANDO MAGALHÃES

DILSON FANCHIN

JUTAHY JÚNIOR

JOSÉ ULISSES

DJALMA BESSA

ARY KFFURY

WALBER GUIMARÃES

GERSON PERES

ALCENI GUERRA

OSVALDO MELO

FRANCISCO AMARAL

AMARAL NETTO

JOSÉ COLAGROSSI

FÉLIX MENDONÇA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 15



PROJETO DE LEI Nº 5.684, DE 1985



EMENDA Nº

Dê-se aos artigos 9º e 14º do projeto, a seguinte redação:

"Art. 9º - Somente exercerão direitos políticos relacionados com as eleições de 15 de novembro de 1985 os eleitores filiados a Partido até o dia 15 de julho de 1985."

"Art. 14º - Nos Municípios em que não houver Diretório apto a deliberar, a Convenção Municipal será organizada e dirigida por Comissão Diretora Municipal Provisória, integrada de sete a onze membros designados pela Comissão Executiva do Diretório Regional, permanente ou provisória, sob a presidência de um deles, indicado no ato da designação.

§ 1º - A Convenção mencionada neste artigo será composta:

- I - pelos membros da Comissão Diretora Municipal Provisória;
- II - pelos eleitores do Município filiados ao Partido no prazo do art. 9º
- III - pelos senadores, deputados federais e deputados estaduais com domicílio eleitoral no Município.

§ 2º - Até a vespéra da Convenção, a Justiça Eleitoral divulgará, por edital, a relação dos eleitores filiados a cada Partido no município.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



§ 3º - No caso dos Partidos em formação, as funções referidas no caput serão exercidas pelas Comissões Diretoras Municipais Provisórias já designadas ou que venham a ser designadas."

JUSTIFICAÇÃO

A filiação nos termos da emenda ao art. 9º evita o risco de um mesmo eleitor votar em Convenções municipais de Partidos diferentes, sucessivamente.

Quanto ao art. 14, simplesmente procura-se adequar o dispositivo ao texto do art. 152, caput, da Constituição, reformulado pela emenda constitucional nº 25, que preserva as funções deliberativas dos órgãos estaduais e municipais.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1985

Deputado ALUÍZIO CAMPOS

1.

Hamilton Xavier

2.

Nilson Girson

3.

Mário Frola

4.

José Luiz Maia

5.

Fernando Gomes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 5.684/85

EMENDA Nº

(art. 9º e 14º)



6. *[assinatura]* - DILSON FANCHINI (P.R.)
7. *[assinatura]* - Roberto R. R. R.
8. Sebastião Staide - SEBASTIÃO ATAÍDE
9. *[assinatura]* - Flávio Martins
10. *[assinatura]* - *[assinatura]*
11. *[assinatura]* - Eco. Dias (S.P.)
12. *[assinatura]* - MAGIB HAICKEL
13. *[assinatura]* - FRANCISCO (M.S.)
14. *[assinatura]* - ADEMIL ARAÚJO
15. *[assinatura]* - HAUSTORM - RR
16. *[assinatura]* - Doney Razz RS
17. *[assinatura]* - Gerson Peres
18. *[assinatura]* - OLY FACHIN - RS
19. *[assinatura]* - AMARAL ALBERTO
20. *[assinatura]* - JOSE FREJAT
21. *[assinatura]* - MANUELITO DE LAVOR
22. *[assinatura]* - Emídio Perondi



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 5.684/85

EMENDA Nº

(art. 9º e 14º)



23. ~~Indegero Raulino~~ - LUDGENDO RAULINO
24. ~~Nicanor~~ - VICENTE DE QUEIMOS
25. ~~[assinatura]~~ - MARIO HAD
26. ~~[assinatura]~~ - JOSÉ COLAGROSSI
27. ~~[assinatura]~~ - CARLOS ELOY (M.G.)
28. ~~[assinatura]~~ - BENEDITO MARTINS
29. ~~[assinatura]~~ - THEODORO MENDES
30. ~~[assinatura]~~ - DORETO CAMPANARI
31. ~~[assinatura]~~ - MANOEL RIBEIRO
32. ~~[assinatura]~~ - OSVALDO NASCIMENTO
33. ~~[assinatura]~~ - PEDRO GEMANO
34. ~~[assinatura]~~ - PAULO GUERRA
35. ~~[assinatura]~~ - DOMINGOS LEONETTI
36. ~~[assinatura]~~ - MILTON VELLOSO
37. ~~[assinatura]~~ - ISRAEL PINHEIRO
38. ~~[assinatura]~~ - ANTONIO OSÓRIO (B)
39. ~~[assinatura]~~ - CELSO BARROS
40. ~~[assinatura]~~ - RICHARDO RIBEIRO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 5.684/85

EMENDA Nº

(art. 9º e 14º)



41. - SANTINHO FERRAZ
42. - Walter Baptista
43. - DYAKMA FALCÃO
44. - CARLOS FAGUNDES
45. - JOSÉ CAMARGO
46. - ALBINO COIMBRA
47. - RAIMUNDO LEITE
48. - FREDERICO PAIXÃO
49. - FERNANDO SANTANA
50. - HÉLIO DUQUE



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 15



ALUÍZIO CAMPOS
HAMILTON XAVIER
NILSON GIBSON
MÁRIO FROTA
JOSE LUIZ MAIA
FERNANDO GOMES
DILSON FANCHIN
ROBERTO ROLLEMBERG
SEBASTIÃO ATAIDE
PLÍNIO MARTINS
ERNESTO DE MARCO
FRANCISCO DIAS
NAGIB HAICKEL
RUBEN FIGUEIRÓ
ADEMIR ANDRADE
ALCIDES LIMA
DARCY POZZA
GERSON PERES
OLY FACHIN
AMARAL NETTO
JOSÉ FREJAT
MANSUETO DE LAVOR
EMÍDIO PERONDE
LUDGERO[RAULINO
VICENTE QUEIROZ
MARIO HATO
JOSÉ COLAGROSSI
CARLOS ELOY



CÂMARA DOS DEPUTADOS



BENEDICTO MONTEIRO

THEODORO MENDES

MANOEL RIBEIRO

OSVALDO NASCIMENTO

PEDRO GERMANO

PAULO GUERRA

DOMINGOS LEONELLI

NILTON VELOSO

ISRAEL PINHEIRO

ANTÔNIO OSORIO

CELSO BARROS

RICARDO RIBEIRO

SANTINHO FURTADO

WALTER BAPTISTA

DJALMA FALCÃO

JOSÉ CARLOS FAGUNDES

JOSÉ CAMARGO

ALBINO COIMBRA

RAYMUNDO LEITE

FLORICENO PAIXÃO

FERNANDO SANTANA

HÉLIO DUQUE



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Nº 16



PROJETO DE LEI Nº 5.684, DE 1985.
(Do Sr. PIMENTA DA VEIGA)

Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto, e dá outras providências.

E M E N D A

Dê-se ao art. 9º do Projeto de Lei nº 5.684/85 a seguinte redação:

Art. 9º - O candidato deverá estar filiado ao Partido pelo qual vai concorrer, 6 (seis) meses antes da data da eleição.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos membros dos novos Partidos, cujos Estatutos e Programa acham-se em fase de registro.


Deputado DOMINGOS LEONELLI
PMDB/BA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proj. de lei 5684/85



NOME LEGÍVEL:	ASSINATURA:	PART./EST.
01. <u>Benício</u>	<u>Plínio Martins</u>	<u>MS</u>
02. <u>Frederico</u>	<u>Nilton Alves</u>	<u>POT-RGS</u>
03. <u>Renato Bernardi</u>	<u>Aluísio Bernardi</u>	<u>PMDB-PR</u>
04. <u>Casildo Machado</u>	<u>Aluísio Bernardi</u>	<u>PMDB-PR</u>
05. <u>Vicente Guabiroba</u>	<u>Vicente Guabiroba</u>	<u>PDS-MS</u>
06. <u>Manoel</u>	<u>Manoel do Lago</u>	<u>PMDB-PE</u>
07. <u>Vicente Guabiroba</u>	<u>Vicente Guabiroba</u>	<u>PMDB-PA</u>
08. <u>Jorge</u>	<u>Jorge Abade</u>	<u>PDS-PA</u>
09. <u>Manoel</u>	<u>Jose Colagrosso</u>	<u>POT-RJ</u>
10. <u>Manoel</u>	<u>et/so Barro</u>	<u>PTL-P</u>
11. <u>Manoel</u>	<u>Gomes da Silva</u>	<u>PDS-CE</u>
12. <u>Manoel</u>	<u>Manoel Freire</u>	<u>PMDB-AM</u>
13. <u>Manoel</u>	<u>Benedictino Mendes</u>	<u>PMDB-PA</u>
14. <u>Manoel</u>	<u>Theodoro Mendes</u>	<u>PMDB</u>
15. <u>Manoel</u>	<u>Santinho Fortato</u>	
16. <u>Manoel</u>	<u>Doreto Campora</u>	
17. <u>Manoel</u>	<u>Roberto Rollemberg</u>	
18. <u>Manoel</u>	<u>Manoel Ribeiro</u>	
19. <u>Manoel</u>	<u>Aloisio Campos</u>	
20. <u>Manoel</u>	<u>F. BIERRENBAH</u>	<u>PMDB/SP</u>
21. <u>Manoel</u>	<u>William Pallas</u>	
22. <u>Manoel</u>	<u>Eduardo Martins</u>	<u>PT/SP</u>
23. <u>Manoel</u>	<u>Gustavo Pires</u>	
24. <u>Manoel</u>	<u>ORLANDO BEZERRA</u>	



CÂMARA DOS DEPUTADOS



25. *[assinatura]*
26. *[assinatura]*
27. *[assinatura]*
28. *[assinatura]*
29. *[assinatura]*
30. *[assinatura]*
31. *[assinatura]*
32. *[assinatura]*
33. *[assinatura]*
34. *[assinatura]*
35. *[assinatura]*
36. *[assinatura]*
37. *[assinatura]*
38. *[assinatura]*
39. *[assinatura]*
40. *[assinatura]*
41. *[assinatura]*
42. *[assinatura]*
43. *[assinatura]*
44. *[assinatura]*
45. *[assinatura]*
46. *[assinatura]*
47. *[assinatura]*
48. *[assinatura]*
49. *[assinatura]*
50. *[assinatura]*

- F. Amaral - SP
Jrma Passoni PT-SP
Benedict Abreu PMDB-PG
Epitacio Afonso PPS/P
Leão Souza PRB/RS
Helio Machado PMDB-ES
Fernando Sant'Anna PMS/DE
Luiz Henrique PMDB/SC
Djalma Talia - PMDB-AD
Felix Mendonça - BR
Ozalma Geste
Mário Matta
Amorim Neto
Mário José - RR
Paulo Gervasio
Gerson Pereira
Hamilton Xavier
Charles Platon
Tician
João Hermelino PMDB/DF
Helio Bugre
Walter Guimarães
Raimundo Hsédia
Ovalino Borm.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



DOMINGOS LEONELLI

PLÍNIO MARTINS

NILTON ALVES

RENATO BERNARDI

CASILDA MALDANER

VICENTE GUABIROBA

MANSUETO DE LAVOR

VICENTE QUEIROZ

JORGE ARBAGE

JOSÉ COLAGROSSI

CELSON BARROS

GOMES DA SILVA

MÁRIO FROTA

BENEDICTO MONTEIRO

THEODORO MENDES

SANTINHO FURTADO

DORETO CAMPANARI

ROBERTO ROLLEMBERG

MANOEL RIBEIRO

ALOÍZIO CAMPOS

FLÁVIO BIERRENBACH

WILMAR PALIS

EDUARDO MATARAZZO SUPPLY

GUSTAVO FARIA

ORLANDO BEZERRA

FRANCISCO AMARAL

IRANA



CÂMARA DOS DEPUTADOS



IRMA PASSONI

EPITÁCIO CAFETEIRA

LÉLIO SOUZA

HÉLIO MANHÃES

FERNANDO SANTANA

LUIZ HENRIQUE

DJALMA FALCÃO

FÉLIX MENDONÇA

DJALMA BESSA

MÁRIO HATO

AMARAL NETTO

ALCIDES LIMA

PAULO GUERRA

GERSON PERES

HAMILTON XAVIER

CLARCK PLATON

TIDEI DE LIMA

JOÃO HERCULINO

HÉLIO DUQUE

WALBER GUIMARÃES

RAIMUNDO ASFÓRA

DJALMA BOM



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 17



EMENDA AO


PROJETO DE LEI Nº 5 684, DE 1985

--- Substitua-se no art. 9º do projeto a data 15 de julho de 1985 por 15 de agosto de 1985.

JUSTIFICATIVA

A alteração do prazo, em mais trinta dias, para a filiação ao Partido do candidato que pretende concorrer ao pleito de 15 de novembro vindouro objetiva conceder maiores oportunidades aos Partidos Políticos em formação, principalmente nos Municípios recém-criados (art. 13 do projeto).

Sala das Sessões, em


DEPUTADO GOMES DA SILVA

Projeto V. n.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 18



EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 5.684/85

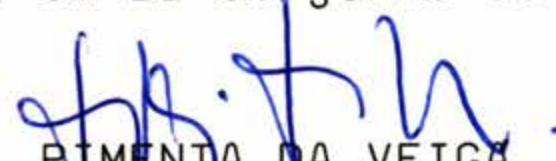
Substitua-se o caput do art. 10 pelo seguinte:

"Art. 10 - Nos sessenta dias anteriores à antevéspera das eleições municipais previstas nesta Lei, as emissoras de rádio e televisão, inclusive as de propriedade da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios reservarão espaços de sua programação para a propaganda eleitoral gratuita, assim distribuídos:

I - nos primeiros trinta dias da propaganda gratuita, cada partido terá o direito de divulgar até 5 (cinco) **jingles** ou **spots** diários da programação de seus candidatos, com duração máxima de 60 (sessenta) segundos para cada inserção distribuídos ao longo da programação, sendo duas inserções no horário compreendido entre as 20 (vinte) e 23 (vinte e três) horas, no total de 35 (trinta e cinco) minutos diários distribuído entre todos os Partidos.

II - nos últimos trinta dias destinados à propaganda gratuita, cada Partido terá o direito de divulgar até 5 (cinco) **jingles** ou **spots**, com duração de 60 (sessenta) segundos para cada inserção, dispostos na programação diurna, e, no período de 21 (vinte e uma) às 23 (vinte e três) horas, mais 30 (trinta) minutos diários distribuídos entre todos os Partidos, para utilização livre pelos candidatos por eles indicados.

Sala das sessões, em 11 de junho de 1985.


PIMENTA DA VEIGA
Líder do PMDB



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 20



PROJETO DE LEI Nº 5684 DE 1985

EMENDA Nº



Substitua-se o **caput** do art. 10 pela redação seguinte:

"Art. 10 - Nas eleições previstas nesta Lei as emissoras de rádio e televisão, inclusive as de propriedade das pessoas jurídicas de direito público interno, reservarão para a propaganda eleitoral gratuita pelos Partidos Políticos 20 (vinte) espaços de 1 (uma) hora diária entre os 40 (quarenta) dias que antecedem a antevéspera do pleito, sendo pelo menos meia hora à noite, entre vinte e vinte e três horas.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985

Deputado ALBINO COIMBRA
J U S T I F I C A T I V A

Projeto 1.º

A proposta visa a restabelecer o texto anteriormente constante do anteprojeto da Comissão Interpartidária, no nosso entendimento, o que melhor acolhe os interesses dos Partidos Políticos e das emissoras.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985

Deputado ALBINO COIMBRA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 19



PROJETO DE LEI Nº 5684, de 1985

EMENDA Nº



Substitua-se o art. 10 pelo seguinte:

"Art. 10 - Nos sessenta dias anteriores à antevespera das eleições municipais previstas nesta Lei, as emissoras de rádio e televisão, inclusive as de propriedade da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios reservarão espaços de sua programação para a propaganda eleitoral gratuita, assim distribuídos:

I - nos primeiros trinta dias de propaganda gratuita, cada partido terá o direito de divulgar até 5 (cinc) **jingles** ou **spots** diários da promoção de seus candidatos, com duração máxima de 60 (sessenta) segundos para cada inserção distribuídos ao longo da programação a partir das 12 horas, sendo duas entre as 20 e 22 horas;

II - nos últimos trinta dias destinados a propaganda gratuita, cada Partido terá o direito de divulgar até 5 (cinco) **jingles** ou **spots**, com duração de 67 (sessenta) segundos para cada inserção, ao longo da programação das 10 (dez) até às 18 (dezoito) horas, e mais 30 (trinta) minutos diários entre 21 (vinte e uma) e 23 (vinte e três) horas, distribuídos entre os partidos e de utilização livre pelos candidatos indicados pela direção partidária.

§ 1º - Os **jingles** são de livre concepção dos partidos e candidatos, permitida, inclusive, mensagens faladas dos candidatos.

Assinatura manuscrita



CÂMARA DOS DEPUTADOS



2.

§ 2º - O disposto neste artigo atingirá as emissoras que gerem imagem ou som a partir do Município onde se realiza a eleição e, no caso das Capitais de Estado, também as emissoras de alcance regional com geração em Município da respectiva Região Metropolitana.

§ 3º - O horário gratuito será distribuído metade de forma igual entre todos os Partidos que concorrem no pleito e metade na proporção das bancadas existentes na Câmara de Vereadores.

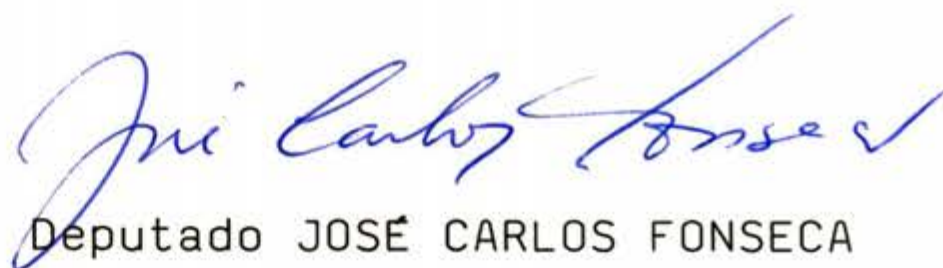
§ 4º - O horário não utilizado por qualquer Partido será redistribuído aos demais, vedada cessão ou transferência.

§ 5º - A Justiça Eleitoral local poderá acolher critério que tenha sido aprovado por todos os Partidos Políticos e as emissoras, para a utilização de horário gratuito.

§ 6º - O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o horário gratuito de propaganda eleitoral e a Justiça Eleitoral fiscalizará a sua execução.

§ 7º - Poderão ser transmitidos por emissoras de rádio e televisão debates entre candidatos, desde que resguardada a participação de todos os Partidos ou coligações que concorrem ao pleito.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985


Deputado JOSÉ CARLOS FONSECA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

J U S T I F I C A T I V A



A propaganda eleitoral gratuita, feita pelo rádio e televisão não pode ser vista apenas do ângulo do interesse dos candidatos e dos partidos. É preciso considerar, também, a situação das empresas de radiodifusão e de televisão que, embora concessionárias de canais cedidos pela União, são empresas privadas que investem em equipamentos e recursos humanos e não podem ser expropriadas em seus horários, que são a mercadoria que têm para comercializar.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985


Deputado JOSÉ CARLOS FONSECA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

1521



PROJETO DE LEI Nº 5.684 DE 1985

EMENDA Nº

Dê-se ao caput do art 10 a seguinte redação:

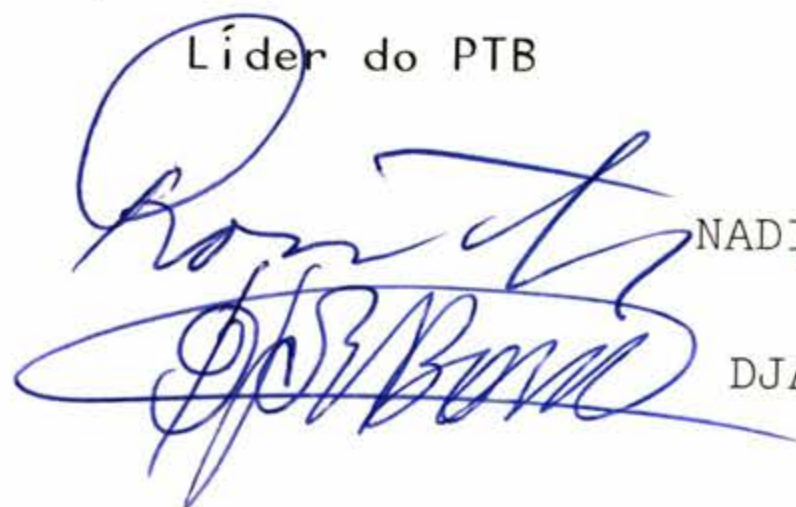
"Art 10. Nas eleições previstas nesta lei as emissoras de rádio e televisão, inclusive as de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios, reservarão para a propaganda eleitoral gratuita pelos Partidos políticos 60 (sessenta) espaços de 2 (duas) horas diárias nos 60 (sessenta) dias que antecedem a antevéspera do pleito, sendo pelo menos 1 (uma) hora à noite, entre vinte e vinte e duas horas".

Sala das Sessões, 5 de junho 1985.



Deputado GASTONE RIGHI

Líder do PTB



NADIR ROSSETTI

DJALMA BOM



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 22



PROJETO DE LEI Nº 5.684/85

Emenda nº



Dê-se ao § 1º do artigo 10 a seguinte redação:

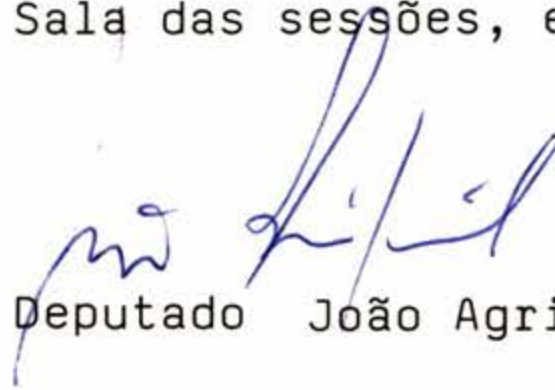
Art. 10.

§ 1º O disposto neste artigo atingirá as emissoras cuja imagem ou som alcance Município onde se realiza a eleição e, nos casos das capitais de Estado, também as emissoras de imagem de alcance regional com geração em outro Município.

JUSTIFICAÇÃO

No Nordeste há várias capitais que não têm geração de imagem de televisão, recebendo-as de outras capitais. Estas não constituem Regiões Metropolitanas, mas se assemelham ao espírito da redação do dispositivo emendado.

Sala das sessões, em 11 de junho de 1985.


Deputado João Agripino


Deputado Aluizio Campos



SENADO FEDERAL

Nº 23



EMENDA

AO PROJETO DE LEI Nº 5684/85

Dê-se ao Parágrafo Segundo a seguinte redação
e acrescente-se Parágrafo Terceiro reenumerando-se os demais.

§ 2º - O horário gratuito, será distribuído metade de forma igual entre todos os partidos que concorrem ao pleito e metade de forma igual entre os partidos que tenham representação na Câmara dos Vereadores.

§ 3º - Para os efeitos do parágrafo anterior as coligações são consideradas como um único partido.

Sala das Sessões,

WOLNEY SIQUEIRA
PFL-MS

Salvo Queiroz
PFL-MS

Alceni Guerra/PR

Humberto Souto

Reinhold Stephan

Aleides Lima-RR

Israel Pinheiro P/46

Carlos Pecanha

Guilherme Zede
WILMAR PALIS.



SENADO FEDERAL



~~1007 Campana~~ - Doreto Campanari
~~Rondon Pacheco~~ - RONDON PACHECO

~~Sariz~~ - Tarcizio Boriti



~~dures~~ - Gerson Deres

~~Vicente~~ - Vicente Queiroz

~~Brabo de~~ - Brabo de Carvalho

~~Oswaldo Melo~~ - Oswaldo Melo

~~celso~~ - CELSO PECANHA

~~celso~~ - Celso Barros

~~Figueiredo Filho~~ - Figueiredo Filho

~~Flávio Bierenbach~~ - Flávio Bierenbach

~~Dario Tavares~~ - DARIO TAVARES

~~Simas Sessim~~ - Simas Sessim

~~França Teixeira~~ - França Teixeira

~~Gastone Rigli~~ - Gastone Rigli

~~Ricardo Ribeiro SP. RS~~ - Ricardo Ribeiro SP. RS

~~Léio Soza/RS~~ - Léio Soza/RS

~~Eduardo M. F. Silva~~ - Eduardo M. F. Silva

~~Palma Bom.~~ - Palma Bom.



SENADO FEDERAL



[Assinatura]

ANTÔNIO OSÓRIO - SA

[Assinatura]
Domício Leonelli

MÁRIO HATO

Paulo Cervera

[Assinatura] - Antônio Pontes

Carone - Jorge Carone

[Assinatura]

Jorge Medeiros

[Assinatura]

José Maria Magalhães

Walter Baptista

[Assinatura]

José Carlos Fagundes

[Assinatura]

WELSON DO CARMO - PL 5.684

Edmeavares

EDME JATARE'S

[Assinatura]

Albino Coimbra

[Assinatura]

RENATO JOHANSSON

JOSÉ PRINCE

[Assinatura]

GILSON CRUZ

Cunha Bueno

Joacil Pereira

[Assinatura]



SENADO FEDERAL



Matheus Schmidt

MATHEUS SCHMIDT



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 23



WOLNEY SIQUEIRA
SAULO QUEIROZ
ALCENI GUERRA
HUMBERTO SOUTO
REINHOLD STEPHANE
ALCIDES LIMA
ISRAEL PINHEIRO
CARLOS PEÇANHA
DJALMA BESSA
WILMAR PALIS
DORETO CAMPANARI
RONDON PACHECO
TARCÍSIO BURITI
GERSON PERES
VICENTE QUEIROZ
BRABO DE CARVALHO
OSVALDO MELO
CELSON PEÇANHA
CELSON BARROS
FIGUEIREDO FILHO
FLÁVIO BIERRENBACH
DÁRIO TAVARES
SIMÃO SESSIM
FRANÇA TEIXEIRA
GASTONE RIGHI
RICARDO RIBEIRO
LÉLIO SOUZA
EDUARDO MATARAZZO SUPPLY



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DJALMA BOM
ANTÔNIO OSÓRIO
DOMIGNOS LEONELLI
MARIO HATO
PAULO GUERRA
ANTÔNIO PONTES
JORGE CARONE
JORGE MEDAUAR
JOSÉ MARIA MAGALHÃES
WALTER BAPTISTA
JOSÉ CARLOS FAGUNDES
NELSON DO CARMO
EDME TAVARES
ALBINO COIMBRA
RENATO JOHNSSON
JORGE ARBAGE
GILSON GARCIA
CUNHA BUENO
JOACIL PEREIRA
MATHEUS SCHIMIDT





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 24



EMENDA Nº



Ao Projeto de Lei nº 5.684, de 1985, que "Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto, e dá outras providências.

O Parágrafo 2º do artigo 10 do Projeto de Lei 5684, de 1985, para a ter a seguinte redação:

"§ 2º. O horário gratuito, de livre utilização a critério dos partidos, será distribuído de forma igual entre todos os Partidos que concorrem ao pleito".

JUSTIFICAÇÃO

Ao se propor normas que regulamentam as próximas eleições municipais de novembro, nada justifica que as mesmas sejam mantidas no passado, em regras autoritárias que todo o País hoje se empenha em derrubar.

A desigualdade antidemocrática de horários entre os partidos que concorrerão ao pleito, certamente irá prejudicar um posicionamento eleitoral justo, haja vista a poderosa influência que os meios de comunicação exercem sobre a opinião pública.

Baseados nestes princípios, apresentamos esta Emenda, esperando a devida acolhida dos parlamentares desta Casa.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1.985

PIMENTA DA VEIGA

DJALMA BOM

GASTONE RIGHI



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 25




EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 5.684/85

Substitua-se o parágrafo 6º pelo seguinte:

§ 6º - Poderão ser transmitidas por emissoras de rádio e televisão debates entre candidatos, desde que possibilitem a participação dos Partidos ou Coligações que concorrem ao pleito.

Sala das sessões, em 11 de junho de 1985.


PIMENTA DA VEIGA
Líder do PMDB



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 26



EMENDA

AO PROJETO DE LEI Nº 5684/85




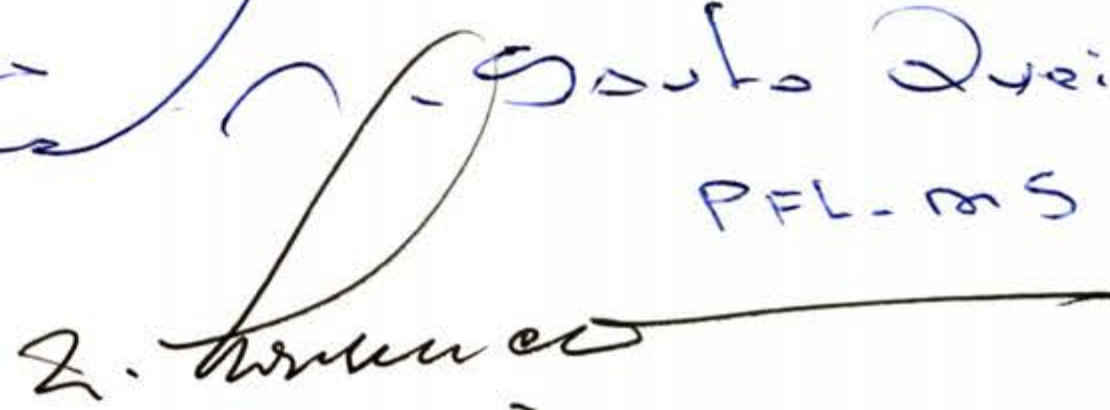
Dê-se ao "caput" do art. 13 a redação abaixo e acrescente-se-lhe um § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único em § 1º.

"Art. 13. Os Partidos Políticos em formação, assim considerados para os efeitos desta Lei os que até 15 de julho de 1985 publicarem e encaminharem ao TSE o programa, manifesto e estatutos, observados os princípios estabelecidos no art. 152 da Constituição Federal, estarão habilitados à prática de todos os atos e procedimentos relativos ao seu funcionamento, inclusive os necessários à sua efetiva participação nas eleições de 15 de novembro de 1985.

.....

§ 2º. A prática dos atos e procedimentos referidos no "caput" deste artigo será regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral."

Sala das Sessões, em

 Paulo Queiroz
PFL-MS
 Z. Henrique



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 27



PROJETO DE LEI Nº 5684 DE 1985

EMENDA Nº



Substitua-se a redação do parágrafo único do art. 13 pela seguinte:

"Parágrafo único - A participação dos Partidos Políticos em formação, nas eleições de 1985, dar-se-á independentemente do registro de seus Estatutos perante o Tribunal Superior Eleitoral."

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985

Deputado JOSÉ CARLOS FONSECA

J U S T I F I C A T I V A

A proposta visa permitir que os Partidos em formação possam participar das eleições de 1985 sem a obtenção de seu registro, no Egrégio Tribunal Superior Eleitoral.

O registro de um Partido Político deve obedecer a exame criterioso da mais Alta Corte Eleitoral do País, sob pena de se instaurar no País um pluripartidarismo anárquico.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Pelo que dispõe o item IV, do artigo 152, da Constituição Federal, o Partido Político adquire personalidade jurídica com o registro de seu Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.

A redação do projeto fala em registro de estatuto, como se o Tribunal Superior eleitoral se transformasse num simples Cartório.

Não é isso, data venia, o que consagra o dispositivo constitucional.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985

Deputado JOSÉ CARLOS FONSECA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 28



PROJETO DE LEI Nº 5684 DE 1985

EMENDA Nº

Suprima-se o parágrafo único, do art. 13.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1985



Projeto em Voto

J U S T I F I C A T I V A

O artigo 7º, da Emenda Constitucional nº 25, de 1985, permitiu, apenas aos partidos políticos em formação, a apresentação de candidatos às eleições de 15 de novembro de 1985. Não pode a lei ordinária, agora, pretender que o registro do Estatuto seja deferido apenas com a presença da maioria absoluta da Comissão Diretora Nacional Provisória, sem as demais formalidades existentes na Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

A Comissão Nacional Provisória é composta de 7 a 11 membros. Permitir-se que 4, 5 ou 6 pessoas aprovem a formação de um Partido Político e obriguem ao Tribunal Superior Eleitoral a registrá-lo, é um absurdo que não pode ficar despercebido. Permitir-se ao Partido em formação, participar das próximas eleições, é uma coisa. Registrá-lo na Justiça Eleitoral é coisa muito diferente.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985

Deputado MARCELO LINHARES



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 29




EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 5684/85




Dê-se ao "caput" do art. 14 a seguinte redação:

"Art. 14. Nos Municípios em que não houver Diretório partidário organizado, inclusive nos que foram criados até a data de 15 de maio de 1985, a Convenção para a escolha dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, inclusive para os atos de que tratam o art. 7º e seus parágrafos, será organizada e dirigida pela Comissão Diretora Municipal Provisória, integrada de 7 (sete) a 11 (onze) membros designados pela Comissão Executiva Nacional, sob a presidência de um deles, indicado no ato da designação."

sala das Sessões, em

 - Paulo Duriez
PFL-RS





1630



Emenda ao Projeto de Lei nº 5684 de 1985

Art. 14 - in fine

Substitua-se a expressão:

"Comissão Executiva Nacional" pelos termos:
Comissão Executiva Regional.

PLENÁRIO, 11 de junho de 1985

- 1) Paulo ZARZUN
2) Renato VIANNA
3) Gerson Peres
4) Oly Fachin
5) Djalma Bessa (AUTOR)
6) Manoel Koval
7) Epitácio Bittencourt
8) Ademir Andrade
9) Ângelo Magalhães
10) ANTÔNIO OSÓRIO
11) Fernando Magalhães
12) Antônio Florêncio
13) Rubens Ardenghi
14) Irineu Colato
15) Darcy Pozza
16) Jorge Arbage
17) Jorge Carone
18) Dilson Fachin
19) Humberto Souto
20) BRYAN PINHEIRO RS
21) Cardoso
22) JOSÉ COLA GROSSI (H)
23) José Ulisses
24) JUSTIFICAÇÃO
25) José Ulisses
26) Dilson Fachin
27) Humberto Souto
28) BRYAN PINHEIRO RS
29) Cardoso



Caixa: 171
Lote: 61
PL N° 5684/1985
83

34)

44)

44)

51)

30) *Guido* - Guido (R.S.)
Meersch

31) *Felix* - Felix Mondonça (Ba)

32) ~~*Fernando*~~ - Fernando Gomes

33) ~~*Mário*~~ - Mário HAD
~~*Carlos*~~ - Carlos PEZANHA

34) *Ludgero* - Ludgero Ravlino

35) *Norton* - Norton Macedo
Santino - Santino

36) *Vicente* - VICENTE QUINZ (PA
PMDA)

37) *Epitácio* - Epitácio Cafeteira
38) *França* - (França Teixeira)

39) *Mansueto* - Mansueto de Lavor

40) *Leur* - LEUR LOMADO

41) *Siegmund* - SIEGMUND NEVER

42) *Leão* - Leão SOARES

43) *Alcega* - ALCEGA GUERRA/PE

44) *Walter* - Walter Baptista

45) *Jackson* - Jackson Barreto

46) *Dario* - Dario TAVARES

47) *F. BIERRENBACH* - F. BIERRENBACH

Israel Pinheiro
Filipe
Maurício
João Agripino
Heráclito Fortes



Há, entre os órgãos de direção partidária , princípios hierárquicos que, necessariamente, devem ser respeitados, como manda a Lei Maior.

Eis o que fixa a Constituição:

Art. 152. - A organização e o funcionamento dos partidos políticos, de acordo com o disposto neste artigo, serão regulados em lei federal.

§ 1º - Na organização dos partidos políticos serão observados os seguintes princípios:

.....

IV - âmbito nacional, sem prejuízo das funções deliberativas dos órgãos regionais ou municipais.

Então - é a Carta Magna que prescreve - a ação do Partido é nacional mas sem prejuízo das funções deliberativas dos órgãos regionais ou municipais.

Urge, pois, que o órgão partidário Nacional respeite as atribuições do órgão partidário regional, como compete ao órgão partidário regional respeitar as atribuições do órgão partidário Municipal.

Há, entre os três níveis, partidários, situação equivalente a da União, em relação aos Estados e a dos Estados, em relação aos Municípios, não se sobrepõem. Cada um tem competência horizontal, distinta, independente.

Atribuir á Comissão Executiva Nacional o poder de designar Comissão Executiva Municipal causa prejuízo á função deliberativa da Comissão Executiva Regional. Subverte a hierarquia entre os órgãos partidários.

Afronta a Carta Magna.



A alteração do art. 14 proposta ajusta-se à redação, mansa e pacífica, sagrada e consagrada, vigente na Lei Orgânica dos Partidos Políticos, há cerca de 15 anos. (§ 1º art. 59).

A Emenda se afina também com a doutrina, como se conclui do ensinamento do Professor **Wolgran Junqueira Ferreira** que leciona:

"Fixou a Constituição a obrigatoriedade de terem os Partidos ação sobre o território nacional".

Continua:

"Não excluiu-se entretanto, as funções deliberativas dos diretórios locais. Além do diretório nacional constituem ainda órgãos de direção partidária os diretórios municipais e os regionais".

Arremata:

"Têm eles funções deliberativas próprias no que respeita os seus interesses, não podendo haver intervenção hierárquica dos superiores nos inferiores"... (Elem. de Dir. Const., 1972 vol. 03 pág. 508).

Esta a Justificativa da Emenda que esperamos seja aprovada por ser oportuna e conveniente.

E procura corrigir lapsos do Projeto, evitando o atentado contra a Lei Suprema.


(Djalma Bessa)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

N.º 30



DJALMA BESSA
PAULO ZARZUR
RENATO VIANNA
GERSON PERES
OLY FACHIN
ALCIDES LIMA
MANOEL NOVAES
EPITÁCIO BITTENCOURT
ÂNGELO MAGALHÃES
ANTÔNIO OSÓRIO
ADEMIR ANDRADE
FERNANDO MAGALHÃES
BENEDICTO MONTEIRO
ANTÔNIO FLORÊNCIO
RUBENS ARDENGHI
FLORICENO PAIXÃO
DARCY POZZA
CRISTOVAM CHIARADIA
JORGE ARBAGE
FRANCISCO AMARAL
SEBASTIÃO ATAÍDE
JORGE CARONE
JOSÉ COLAGROSSI
JOSÉ ULISSES
DILSON FANCHIN
HUMBERTO SOUTO
IBSEN PINHEIRO
CARDOSO ALVES
GUIDO MOESCH
FÉLIX MENDONÇA
FERNANDO GOMES
MÁRIO HATO
CARLOS PEÇANHA
LUDGERO RAULINO
NORTON MACEDO
ISRAEL PINHEIRO
SANTINHO FURTADO



CÂMARA DOS DEPUTADOS



MAURILIO FERREIRA LIMA
MANSUETO DE LAVOR
EPITÁCIO CAFETEIRA
FRANÇA TEIXEIRA
LEUR LOMANTO
SIEGFRIED HEUSER
JOÃO AGRIPINO
LÉLIO SOUZA
ALCENI GUERRA
WALTER BAPTISTA
JACKSON BARRETO
DARIO TAVARES
HERACLITO FORTES
FLÁVIO BIERRENBACH



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 32



EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 5684/85

Suprima-se o § 3º do art. 14 e inclua-se no projeto um artigo 15, com a redação abaixo, renumerando-se os demais:

"Art. 15. No caso dos Partidos em formação a convenção para escolha de candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores será organizada pela Comissão Diretora Municipal Provisória e terá a seguinte composição:

I - os membros da Comissão Diretora Municipal Provisória;

II - os vereadores à Câmara Municipal filiados ao Partido ou que tenham encaminhado ao Juízo Eleitoral declaração de apoio ao Estatuto e Programa do Partido em formação;

III - os deputados estaduais, federais e senadores filiados ao Partido ou que tenham encaminhado ao Tribunal Eleitoral declaração de apoio ao Estatuto e Programa do Partido em formação e que tenham domicílio eleitoral no município;

IV - os membros da Comissão Diretora Regional Provisória com domicílio eleitoral no município."

Sala das Sessões, em

[Assinatura] - Saulo Queiroz
PFL-MS
[Assinatura]

RELATOR: SR. MÁRIO ASSAD.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 5.684-A, DE 1985

(DO SR. PIMENTA DA VEIGA)



Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto, e dá outras providências; tendo parecer do Relator designado

da Mesa, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação.

PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação das de nºs 7, 31, 32 e 41; pela aprovação, com subemendas, das de nºs 1, 3, 6, 15, 18 e 26; pela rejeição das de nºs 2, 4, 5, 11, 12, 13, 14, 33, 34, 37, 38, 39 e 40; pela prejudicialidade das de nºs 8, 9, 10, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 35 e 36.

(PROJETO DE LEI Nº 5.684, DE 1985, EMENDADO EM PLENÁRIO, A QUE SE REFERE O PARECER).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Emenda Nº... 185

Veda nomeações, exonerações etc.
através de jornal oficial.

Nº 33



Incluir-se onde couber:

O art. 15 passa a ter a seguinte redação:



Art. 15: São vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada nem nenhum direito para o beneficiário, os atos que no período compreendido entre 15 de julho de 1985 a 1º de janeiro de 1986, importarem em nomear, contratar, exonerar ou transferir, designar, readaptar servidor público, regido por estatuto ou CLT ou proceder a quaisquer outras formas de provimento na administração direta e nas autarquias, sociedades de economia mista e empresas públicas dos Estados e Municípios.

§ 1º - - - - -

I - - - - -

II - - - - -

§ 2º - - - - -

§ 3º O atraso, por qualquer motivo da publicação do jornal oficial relativo aos trinta (30) dias que antecedem o prazo inicial a que se refere o art. 15 desta lei implica nulidade automática dos atos relativos a pessoal nele inseridos.

Sala do Senador 11 de Junho de 1985

Rosetti

Rosetti

Nadir Rosetti

lides PDT.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 34



PROJETO DE LEI Nº 5.684 DE 1985

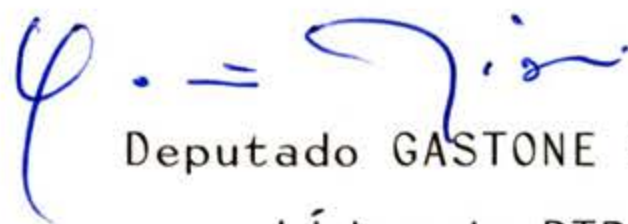


EMENDA Nº


Dê-se ao art 19 a seguinte redação:

"Art 19. São revogados o § 3º do art 67 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, Lei 5.682, de 21 de julho de 1971, e o art 250 do Código Eleitoral, Lei 4.737, de 15 de julho de 1965, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei 1.538, de 14 de abril de 1977".

Sala das Sessões, 5 de junho de 1985.


Deputado GASTONE RIGHI

Líder do PTB


Deputado NADYR ROSETTI
Líder do PDT



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 35



PROJETO DE LEI nº 5.684, de 1985

(Do SR. Pimenta da Veiga)



Emenda em Plenário do Dep. CELSO BARROS (PFL-PI)

Art. 20. -.....

§ 2º - O horário gratuito, do qual participarão os candidatos ou representantes credenciados pelos Partidos políticos, será distribuído de forma a assegurar-se a metade do mesmo horário a todos os Partidos que concorrem ao pleito municipal, em igualdade de condições, ficando a outra metade dividida na proporção das respectivas bancadas na Câmara Municipal de Vereadores.

Justificação

A redação original apresenta defeito de forma, ao colocar no texto a palavra metade sem correlação lógica com o restante do período.

Por outro lado, ressalta do mesmo texto que a utilização do horário gratuito ficará ao absoluto critério dos partidos, o que pode acarretar distorções, em prejuízo de certos candidatos, sobretudo daqueles que, no Partido, exercem menor influência.

Para evitar que o Partido político venha a monopolizar o horário, em detrimento da divulgação de programas ~~partidários~~ partidários, propomos a presente Emenda que visa a assegurar a participação tanto dos candidatos, como das pes



CÂMARA DOS DEPUTADOS



soas credenciadas pelo Partido, engajadas na campanha do candidato. Com esta redação, garante-se a participação do Partido, que é indispensável, mas, por outro lado, evita-se que exorbite de suas atribuições e oriente a campanha em sentido contrário aos verdadeiros interesses da participação da comunidade municipal.

Plenário da Câmara, aos 11 de junho de 1985

Carvalho
CEL SO BARROS COELHO - Vice - 11 de junho

Alcides Guerra - *Secretário* - Vice - 11 de junho

- *PPM* - *Evandro Bueno*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 36



PROJETO DE LEI Nº 5.684, DE 1985

EMENDA Nº



Acrescente-se, onde couber, o seguinte:

"Art. Para concorrer ao pleito municipal regulado nesta lei considera-se de âmbito nacional o Partido Político que:

- a - se organizar e apresentar candidatos em, pelo menos, cinco unidades federadas, inclusive territórios;
- b - tiver filiados em número não inferior a ~~três~~ ^{um} por cento dos eleitores de cada Município onde concorrerá."

JUSTIFICAÇÃO

A conotação do âmbito nacional pode ser configurada pelos critérios legalmente estabelecidos.

Por mais que se pretenda estimular o surgimento de pequenas agremiações políticas, só devem ser admitidas aquelas que demonstrem um mínimo de capacidade de organização e sobrevivência.


Embora o projeto só regule as próximas eleições municipais, será indispensável que os Partidos se ajustem, mesmo minimamente, à exigência do art. 152, V, da Constituição,



reformulado pela Emenda Constitucional nº 25.



Sala das Sessões, 11 de junho de 1985

1) 
Deputado ALUIZIO CAMPOS

2)  - Agenor Maria

3)  - Gerson Peres

4)  - Osvaldo Melo

5)  - Djalma Bessa

6)  - Jorge Arbage

7)  - Vicente Queiroz

8)  - Brálio de Carvalho

9)  - Mansueto de Lacerda

10)  - Humberto Souto

11)  - Rondon Pacheco

12)  - Walber Guimarães

13)  - Epitácio Cafeteira

14)  - Carlos Peganha

15)  - Hélio Manhães

16)  - José Maria Nagalhães

17)  - José Maria Nagalhães



Caixa: 171
Lote: 61
PL Nº 5684/1985
96

- 18) ~~Gomes da Silva~~ - Gomes da Silva
- 19) ~~Cid Carvalho~~ - Cid Carvalho
- 20) ~~Felix Mendonça~~ - Félix Mendonça
- 21) ~~Dario Tavares~~ - Dario Tavares
- 22) ~~Amaral Netto~~ - Amaral Netto
- 23) ~~Leite~~ - 18000 PIAUTEIRO (RS)
- 24) ~~Ray Lessa~~ - Ray Lessa
- 25) ~~Princípio Martins~~ - Princípio Martins
- 26) ~~Jorge Carone~~ - Jorge Carone
- 27) ~~celso Peçanha~~ - Celso Peçanha
- 28) ~~Luiz Henrique~~ - Luiz Henrique
- ~~RAYMUNDO LEITE~~ - RAYMUNDO LEITE
- ~~Freitas Nobre~~ - Freitas Nobre
- ~~RAYMUNDO AFFRÃO~~ - RAYMUNDO AFFRÃO
- ~~OTHAEDS VASCONCELOS~~ - OTHAEDS VASCONCELOS
- ~~Gustavo Faria~~ - Gustavo Faria
- ~~José Cola Grossi~~ - José Cola Grossi
- ~~Ernani Satyro~~ - Ernani Satyro
- ~~Tarcísio Burity~~ - Tarcísio Burity



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 36



ALUÍZIO CAMPOS
AGENOR MARIA
GERSON PERES
OSVALDO MELO
DJALMA BESSA
JØRGE ARBAGE
VICENTE QUEIROZ
BRABO DE CARVALHO
MANSUETO DE LAVOR
HUMBERTO SOUTO
RONDON PACHECO
WALBER GUIMARÃES
EPITÁCIO CAFETEIRA
CARLOS PEÇANHA
HÉLIO MANHÃES
JOSÉ MARIA MAGALHÃES
GOMES DA SILVA
CID CARVALHO
FÉLIX MENDONÇA^a
DARIO TAVARES
AMARAL NETTO
IBSEN PINHEIRO
ARY KFFURI
PLÍNIO MARTINS
JORGE CARONE
CELSON PEÇANHA
LUIZ HENRIQUE
RAIMUNDO LEITE
FREITAS NOBRE
RAYMUNDO ASFØRA
CHAGAS VASCONCELOS
GUSTAVO FARIA
JOSÉ COLAGROSSI
ERNANI SATYRO
TARCÍSIO BURITI



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 37



PROJETO DE LEI Nº 5684, DE 1985

EMENDA Nº



Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Ao servidor público, sob regime estatutário ou não, dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios, de empresas públicas e aos empregados de empresas concessionárias de serviços públicos, fica assegurado o direito à percepção de seus vencimentos e vantagens, ou salários, como se em exercício de suas ocupações habituais estivessem, durante o lapso de tempo que mediar entre o registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral e o dia seguinte ao da eleição, mediante simples comunicação de afastamento, para promoção de sua campanha eleitoral."

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985

Raul Bernardo

Deputado RAUL BERNARDO

pry - final v.v

J U S T I F I C A T I V A

A Constituição Federal, no seu artigo 104, já prevê as condições em que o servidor público federal, estadual ou municipal, pode exercer qualquer tipo de mandato eletivo. Depois de eleito, pode, até, optar pela remuneração de seu cargo, em-



CÂMARA DOS DEPUTADOS



prego ou função.

A emenda sugerida repete dispositivo incluído na Lei nº 6.978, de 19 de janeiro de 1982, permitindo ao servidor público, quando candidato nas próximas eleições, o direito à percepção de vencimentos entre o dia do registro da sua candidatura e o da eleição, a fim de assegurar-lhe sustentação durante sua campanha eleitoral.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985

Raul Bernardo
Deputado RAUL BERNARDO

mfs.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 38



PROJETO DE LEI Nº 5684 DE 1985

EMENDA Nº



Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. - Os Partidos Políticos poderão, através de regimento próprio, estabelecer regras para a seleção prévia de seus candidatos.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985

Deputado PAULO GUERRA

My - firo V. m

J U S T I F I C A T I V A

Muito tem sido discutido a respeito das prévias, para a escolha de candidatos a cargos eletivos, sem que se tenha trazido para a legislação eleitoral e partidária, dispositivo expresso, nesse sentido.

A proposta visa permitir o estabelecimento de regras para a realização das prévias, no âmbito de cada organização partidária.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985

Deputado PAULO GUERRA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 39



PROJETO DE LEI Nº 5684 de 1985

EMENDA Nº



Inclua-se, onde couber, o seguinte dis
positivo:

"Art. O Tribunal Superior Eleitoral baixa
rá instruções para o fiel cumprimento desta Lei."

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985

Raul Bernardo

Deputado RAUL BERNARDO

J U S T I F I C A T I V A

Projeto V. 2

1. O inciso IX, do artigo 23, do Código Eleitoral, confere competência privativa ao Egrégio Tribunal Superior Elei toral para expedir instruções convenientes à sua execução.
2. O parágrafo único, do art. 1º, do mesmo Código Eleitoral, determina que o Tribunal Superior Eleitoral expeça instruções para a fiel execução do exercício dos direitos polí ticos de votar e ser votado.
3. Tem sido praxe, entretanto, em leis especiais que estabelecem normas para a realização de eleições, a inclu são de dispositivo expresse, determinando ao TSE baixar instru ções para cada uma delas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



2.

orientar os trabalhos das Convenções e examinar, posteriormente, eventuais recursos, deve ser ela incumbida de regulamentar a sua realização.

4. O inciso IX, do artigo 23, do Código Eleitoral, confere competência privativa ao Egrégio Tribunal Superior Eleitoral para expedir instruções convenientes à sua execução.

5. O parágrafo único, do artigo 1º, do mesmo Código Eleitoral, determina que o Tribunal Superior Eleitoral, expeda instruções para a fiel execução do exercício dos direitos políticos de votar e ser votado.

. Sala das Sessões, em 10 de junho de 1985

Deputado RAUL BERNARDO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 40



PROJETO DE LEI Nº 5684, DE 1985

EMENDA Nº

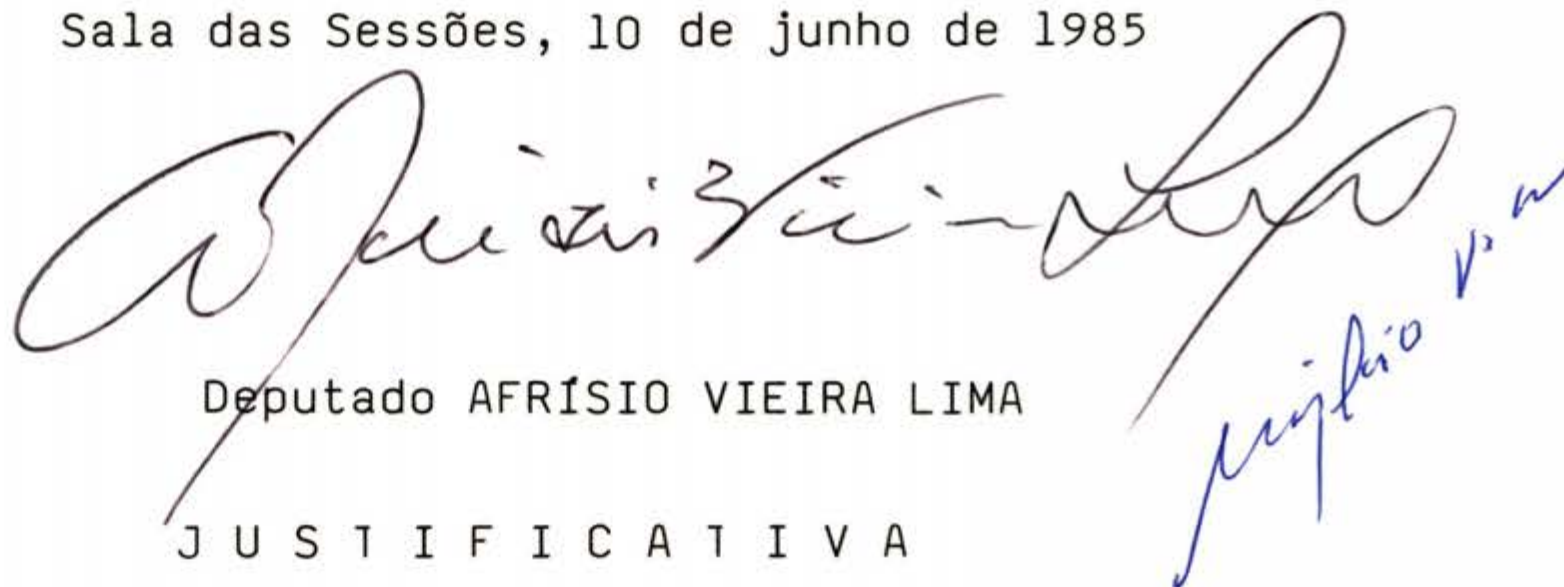


Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. - Os Partidos Políticos poderão registrar, isoladamente, candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

Parágrafo Único - O voto será dado em cédula única, devendo o eleitor votar, separadamente, para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

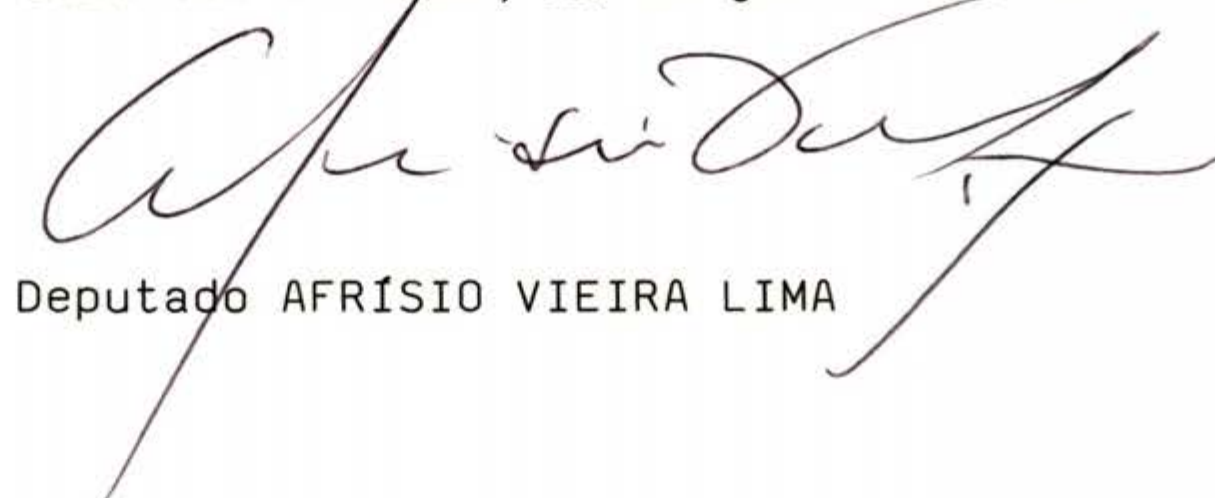
Sala das Sessões, 10 de junho de 1985


Deputado AFRÍSIO VIEIRA LIMA
J U S T I F I C A T I V A

Não existindo mais a vinculação de votos, há necessidade de norma expressa que discipline a forma de registro de candidatos.

Deve haver inteira liberdade, tanto para o registro do candidato, quanto para o voto do eleitor.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985


Deputado AFRÍSIO VIEIRA LIMA



Nº 41

Emenda Nº ... 85

Inclua-se onde couber:

Art. A apuração dos votos, na eleição municipal de 15 de Novembro do corrente ano, far-se-á, imediatamente, após o encerramento do prazo para termino da votação, pelas mesas receptoras, nas capitais.

Sala dos Senhores, 11 de Junho de 1985

~~Em nome de~~ - Gerson Peres

~~Oswaldo~~ - Osvaldo Melo

~~Amara~~ - Amara Netto

~~Paulo Maluf~~ - Paulo Maluf

~~Ricardo Ribeiro~~ - Ricardo Ribeiro (88)

~~Jorge Arbage~~ - Jorge Arbage

~~Emídio Perondi~~ - Emídio Perondi

~~MANOEL RIBEIRO~~ - MANOEL RIBEIRO

~~Darcílio Ayres~~ - Darcílio Ayres

~~Glória Júnior~~ - Glória Júnior

~~Celso~~ - Celso Fecanha

~~(ilegível)~~ - (ilegível)

~~Antônio Pontes~~ - Antônio Pontes

~~João Carlos de Castro~~ - João Carlos de Castro

~~IBSEN DE CASTRO~~ - IBSEN DE CASTRO

~~Hélio Manhães~~ - Hélio Manhães

~~Fernando de Sant'Ana~~ - Fernando de Sant'Ana

~~José Cola Grossi~~ - José Cola Grossi

~~Bocayúva Cunha~~ - Bocayúva Cunha



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº 185

Que trata da apuração imediata
das eleições, nos Capitais



Oswaldo Frevisan

Chap. Vainoch - CHAGAS VASCONCELOS

~~Roberto Rollemberg~~

~~RAYMUNDO LEITE~~

~~Tobias FERRAS~~

~~Freitas Nobre~~

~~RAYMUNDO ASFORIA~~

~~Emílio C. C. C.~~

~~Paulo Guerra~~

~~Stádes Pina (P.R.)~~

~~Benedito Monteiro~~

~~Arnaldo Moraes~~

~~Ernani Satyro~~

~~TARLIS BURNETT~~

~~EDMEI TAVARES~~

~~ALBÍZIO CAMERON~~

~~ALCENI GUERRA~~

~~CELSO BZAN~~

~~José Ulisses~~

~~Jorge Medauar~~

~~WYLTON VELLON~~

~~José Maria Magalhães~~

~~Sebastião Ataíde~~

~~Jorge Cerone~~

~~Figueiredo Filho~~

~~Dilson FANCHIN (P.R.)~~

~~ARY KFFURI~~

~~Walber Guimarães~~

~~Genivaldo Gomes~~

~~França Teixeira~~

~~Jutahy Júnior~~





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Emenda . . . N.º . . .

Que trata de apuração
de eleições, nos Capitais



52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63

~~Guilherme~~ - Fernando Magalhães
~~Chazek Platon~~
~~Antonio Osório~~
~~Domínio~~
MARIO HATO
Hamilton Xavier - HAMILTON XAVIER
~~essa~~
~~essa~~ - Sylmeza
~~essa~~ - Felix Mendonça
~~essa~~ - Floricem Paixão
~~essa~~ - Eduardo M. P. Silva
~~essa~~ - Carlos Bueno





CÂMARA DOS DEPUTADOS

no 41



GERSON PERES
OSVALDO MELO
AMARAL NETTO
PAULO MALUF
RICARDO RIBEIRO
JORGE ARBAGE
EMÍDIO PERONDI
MANOEL RIBEIRO
DARCÍLIO AYRES
GIÓIA JÚNIOR
CELSO PEÇANHA
ANTÔNIO PONTES
JOÃO CARLOS DE CARLI
IBSEN DE CASTRO
HÉLIO MANHÃES
FERNANDO SANTANA
JOSÉ COLAGROSSI
BOCAYÚVA CUNHA
OSVALDO TREVISAN
CHAGAS VASCONCELOS
ROBERTO ROLLEMBERG
RAIMUNDO LEITE
TOBIAS ALVES
FREITAS NOBRE
RAYMUNDO ASFÓRA
ERNESTO DE MARCO
PAULO GUERRA
ALCIDES LIMA
BENEDITO MONTEIRO
ARNALDO MORAES
ERNANI SATYRO
TARCÍSIO BURITI
EDME TAVARES
ALUÍZIO CAMPOS
ALCENI GUERRA
CELSO BARROS
JOSÉ ULISSES



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JORGE MEDAUAR
NILTON VELLOSO
JOSÉ MARIA MAGALHÃES
SEBASTIÃO ATAÍDE
JORGE CARONE
FIGUEIREDO FILHO
DILSON FANCHIN
ARY KFFURI
WALBER GUIMARÃES
GENEBALDO CORREIA
FRANÇA TEIXEIRA
JUTAHY JÚNIOR
FERNANDO MAGALHÃES
CLARCK PLATON
ANTÔNIO OSÓRIO
DOMINGOS LEONELLI
MÁRIO HATO
HAMILTON XAVIER
DJALMA BESSA
FÉLIX MENDONÇA
FLORICENO PAIXÃO
EDUARDO MATARAZZO SUPPLY
CUNHA BUENO





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PROJETO DE LEI Nº 5.684, DE 1985

EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO

Estabelece, normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto, e dá outras providências.

AUTOR: Deputado PIMENTA DA VEIGA

RELATOR: Deputado MÁRIO ASSAD

RELATÓRIO

Ao projeto foram apresentadas 41 emendas.

Face á magnitude da matéria e a urgência a ela atribuída, entendemos que as proposições deveriam ser amplamente debatidas por este órgão técnico.

O nosso voto referente a cada emenda é o seguinte:

Emenda nº 1 - pela aprovação, na forma da subemenda substitutiva que apresentamos.

Emenda nº 2 - pela rejeição.

Emenda nº 3 - pela aprovação, na forma de subemenda substitutiva que apresentamos.

Emenda nº 4 - pela rejeição.

Emenda nº 5 - pela rejeição.

Emenda nº 6 - pela aprovação, na forma de subemenda que apresentamos.

Emenda nº 7 - pela aprovação.

Emenda nº 8 - pela prejudicialidade.

Emenda nº 9 - pela prejudicialidade.

Emenda nº 10 - pela prejudicialidade.

Emenda nº 11 - pela rejeição.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



2.

- Emenda nº 12 - pela rejeição.
- Emenda nº 13 - pela rejeição.
- Emenda nº 14 - pela rejeição.
- Emenda nº 15 - pela aprovação, na forma de subemenda, ao art. 14, rejeitando-se o art. 9º proposto pela emenda.
- Emenda nº 16 - pela prejudicialidade.
- Emenda nº 17 - pela prejudicialidade.
- Emenda nº 18 - pela aprovação, na forma de subemendas.
- Emenda nº 19 - pela prejudicialidade.
- Emenda nº 20 - pela prejudicialidade.
- Emenda nº 21 - pela prejudicialidade.
- Emenda nº 22 - pela prejudicialidade.
- Emenda nº 23 - pela prejudicialidade.
- Emenda nº 24 - pela prejudicialidade.
- Emenda nº 25 - pela prejudicialidade.
- Emenda nº 26 - pela aprovação, com subemendas.
- Emenda nº 27 - pela prejudicialidade.
- Emenda nº 28 - pela prejudicialidade.
- Emenda nº 29 - pela prejudicialidade.
- Emenda nº 30 - pela prejudicialidade.
- Emenda nº 31 - pela aprovação.
- Emenda nº 32 - pela aprovação.
- Emenda nº 33 - pela rejeição.
- Emenda nº 34 - pela rejeição.
- Emenda nº 35 - pela prejudicialidade.
- Emenda nº 36 - pela prejudicialidade.
- Emenda nº 37 - pela rejeição.
- Emenda nº 38 - pela rejeição.
- Emenda nº 39 - pela rejeição.
- Emenda nº 40 - pela rejeição.
- Emenda nº 41 - pela aprovação.

Finalmente, esclareço que a falta de justificativa do voto a cada emenda se deve ao fato de trazer à Comissão a proposta do debate direto sobre as proposições.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

VOTO



3.

Pelo exposto, concluimos pela constitucionalidade das emendas, e, no mérito, pela aprovação das emendas n^os. 7, 31, 32 e 41; pela aprovação, com subemendas, das emendas n^os. 1, 3, 6, 15, 18 e 26; pela rejeição das emendas n^os. 2, 4, 5, 11, 12, 13, 14, 33, 34, 37, 38, 39 e 40; pela prejudicialidade das emendas n^os. 8, 9, 10, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 35 e 36.

Sala da Comissão, 12 de junho de 1985


Deputado MARIO ASSAD
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 5.684/85

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião plenária realizada hoje, ao apreciar as Emendas oferecidas em plenário ao Projeto de Lei nº 5.684/85, opinou, por maioria, pela constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação das emendas nºs: 7, 31, 32 e 41; pela aprovação, com subemendas, das emendas nºs. 1, 3, 6, 15, 18 e 26; pela rejeição das emendas nºs. 2, 4, 5, 11, 12, 13, 14, 33, 34, 37, 38, 39 e 40; pela prejudicialidade das emendas nºs. 8, 9, 10, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 35 e 36, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Aluizio Campos - Presidente, Joacil Pereira - Vice-Presidente, Arnaldo Maciel, Brabo de Carvalho, João Gilberto, Raimundo Leite, Theodoro Mendes, Valmor Giavarina, Afrísio Vieira Lima, Armando Pinheiro, Bonifácio de Andrada, Gerson Peres, Hamilton Xavier, Guido Moesch, Jorge Arbage, Osvaldo Melo, Celso Barros, Otávio Cesário, Rondon Pacheco, Antônio Dias, Jairo Magalhães, Mário Assad, Natal Gale, Nilson Gibson, Francisco Amaral, Fernando Gomes, Matheus Schmidt, José Mendonça de Moraes e Darcílio Ayres.

Sala da Comissão, 12 de junho de 1985

Deputado ALUÍZIO CAMPOS
Presidente

Deputado MÁRIO ASSAD
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PROJETO DE LEI Nº 5.684, DE 1985

SUBEMENDA À EMENDA Nº 1 DE PLENÁRIO ADOTADA PELA COMISSÃO

Substitua-se no artigo 4º do projeto a expressão:

"... dentro de quatro meses anteriores à da
ta das eleições ..."

pela seguinte:

"... "a partir de 15 de julho de 1985 ..."

Sala da Comissão, 12 de junho de 1985

Deputado ALUÍZIO CAMPOS
Presidente

Deputado MÁRIO ASSAD
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PROJETO DE LEI Nº 5.684, DE 1985

SUBEMENDA À EMENDA Nº 3 DE PLENÁRIO ADOTADA PELA COMISSÃO

Dê-se ao caput do artigo 5º do projeto a seguinte redação:

"Constituirão a Convenção Municipal partidária para escolha, por voto direto e secreto, dos candidatos:"

Sala da Comissão, 12 de junho de 1985

Deputado ALUÍZIO CAMPOS
Presidente

Deputado MÁRIO ASSAD
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PROJETO DE LEI Nº 5.684, DE 1985

SUBEMENDA À EMENDA Nº 6 DE PLENÁRIO ADOTADA PELA COMISSÃO

Alterem-se a redação da alínea a do art. 5º do pro
jeto, o § 2º do art. 7º, suprimindo-se o § 4º.

Art. 5º

"a) nos municípios com menos de um mi-
lhão de habitantes, segundo o censo
de 1980;"

Art. 7º

"§ 2º - A decisão de coligar-se será ado-
tada por maioria absoluta de votos, pelo Di-
retório Municipal ou Comissão Diretora Muni-
cipal Provisória, e, no caso dos municípios
a partir
~~com mais~~ de um milhão de habitantes, segun-
do o censo de 1980, pelo Diretório Regional
ou Comissão Diretora Regional Provisória, em
ambas as situações até 10 (dez) dias antes
da respectiva convenção e ratificada por
esta."

Sala da Comissão, 12 de junho de 1985

Deputado ALUÍZIO CAMPOS
Presidente

Deputado MÁRIO ASSAD
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PROJETO DE LEI Nº 5.684, DE 1985

SUBEMENDA À EMENDA Nº 15 DE PLENÁRIO ADOTADA PELA COMISSÃO

Dê-se ao art. 14 do projeto, mantendo-se os demais parágrafos previstos para o artigo na emenda nº 15, excluindo-se o art. 9º, a seguinte redação:

"Art. 14 - Nos Municípios em que não houver Diretório partidário organizado, inclusive nos que foram criados até a data de 15 de maio de 1985, a Convenção para a escolha dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores será organizada e dirigida pela Comissão Diretora Municipal Provisória, integrada de 7 (sete) a 11 (onze) membros designados pela Comissão Executiva Regional, sob a presidência de um deles, indicado no ato da designação."

Sala da Comissão, 12 de junho de 1985


Deputado ALUÍZIO CAMPOS
Presidente


Deputado MÁRIO ASSAD
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PROJETO DE LEI Nº 5.684, DE 1985

SUBEMENDA À EMENDA Nº 18 DE PLENÁRIO ADOTADA PELA COMISSÃO

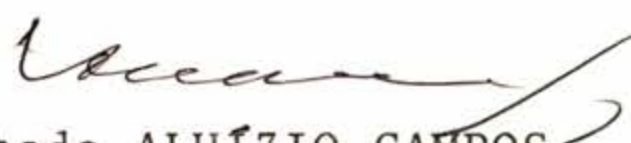
Dê-se ao § 2º do art. 10 do projeto a seguinte redação e inclua-se o § 7º.


Art. 10

"§ 2º - O horário gratuito a ser utilizado pelos candidatos ou representantes credenciados pelos partidos será distribuído metade de forma igual entre todos os Partidos que concorrem ao pleito e metade na proporção das bancadas existentes na Câmara de Vereadores."

§ 7º - As emissoras de TV e de radiotransmissão, no prazo deste artigo, não poderão fazer propaganda, direta ou indiretamente, para qualquer candidato de Partido sob pena de suspensão, por 10 (dez) dias, de suas atividades."

Sala da Comissão, 12 de junho de 1985


Deputado ALUÍZIO CAMPOS
Presidente


Deputado MARIO ASSAD
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PROJETO DE LEI Nº 5.684, DE 1.985

SUBEMENDA À EMENDA Nº 26 DE PLENÁRIO ADOTADA PELA COMISSÃO

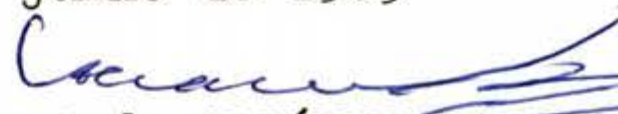
Dê-se a seguinte ao artigo 1º do projeto:

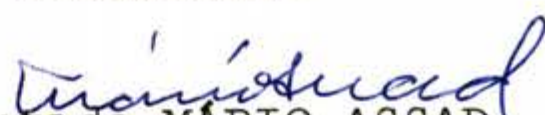
"Art. 13 - Os Partidos Políticos em formação, assim considerados para os efeitos desta lei os que até 15 de julho de 1985 publicarem e encaminharem ao TSE o programa, manifesto e estatutos, observados os princípios estabelecidos no art. 152 da Constituição Federal, estarão habilitados à prática de todos os atos e procedimentos relativos ao seu funcionamento, especialmente os necessários à sua efetiva participação nas eleições de que trata a presente lei.

§ 1º - O Estatuto de Partido Político em formação terá o registro a que se refere o inciso IV do art. 152 da Constituição Federal desde que tenha sido aprovado pela maioria absoluta da Comissão Diretora Nacional Provisória.

§ 2º - Considera-se de âmbito nacional o Partido Político organizado ou que tiver constituído Comissões Diretoras Regionais Provisórias em pelo menos 5 (cinco) unidades federadas".

Sala da Comissão, 12 de junho de 1985


Deputado ALUÍZIO CAMPOS
Presidente


Deputado MÁRIO ASSAD
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 5.684-A, de 1985

(Do Sr. Pimenta da Veiga)

Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto, e dá outras providências; tendo parecer do Relator designado pela Mesa, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação. **PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO:** da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação das de n.ºs 7, 31, 32 e 41; pela aprovação, com subemendas, das de n.ºs 1, 3, 6, 15, 18 e 26; pela rejeição das de n.ºs 2, 4, 5, 11, 12, 13, 14, 33, 34, 37, 38, 39 e 40; pela prejudicialidade das de n.ºs 8, 9, 10, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 35 e 36.

(Projeto de Lei n.º 5.684, de 1985, emendado em Plenário, a que se refere o parecer.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º No dia 15 de novembro de 1985 serão realizadas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito nos seguintes Municípios:

- I — Capitais de Estados e Territórios;
- II — Estâncias Hidrominerais;
- III — Considerados do interesse da Segurança Nacional;
- IV — Municípios de Territórios;
- V — Descaracterizados do interesse da Segurança Nacional a partir de 1.º de dezembro de 1984.

Art. 2.º Na mesma data serão realizadas eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores nos Municípios criados pelos Estados até 15 de maio de 1985.

Art. 3.º Nas eleições previstas nos dois artigos anteriores será aplicada a legislação eleitoral vigente, ressalvadas as regras especiais previstas nesta Lei.

Art. 4.º As Convenções Municipais Partidárias destinadas à escolha dos candidatos deverão ser realizadas dentro dos quatro meses anteriores à data das eleições e o requerimento de registro dar entrada no Cartório Eleitoral até as dezoito horas no nonagésimo dia anterior à data marcada para a eleição.

Art. 5.º A Convenção Municipal Partidária para escolha, por voto direto e secreto, dos candidatos atenderá regulamentação da respectiva Comissão Executiva do Diretório Nacional e a constituirão:

a) Nos Municípios com menos de um milhão de habitantes:

- I — os membros do Diretório Municipal;
- II — os Vereadores, Deputados e Senadores com domicílio eleitoral no Município;
- III — os membros do Diretório Regional com domicílio eleitoral no Município, na data em que foram eleitos;
- IV — os delegados do Município à Convenção Regional;

V — 2 (dois) representantes de cada Diretório Distrital organizado;



VI — 1 (um) representante de cada departamento existente.

b) Nos Municípios com mais de um milhão de habitantes:

I — os membros dos Diretórios de unidades administrativas ou zonas eleitorais;

II — os Vereadores, Deputados e Senadores com domicílio eleitoral no Município;

III — os membros do Diretório Regional com domicílio eleitoral no Município, na data em que foram eleitos;

IV — os Delegados dos Diretórios de unidades administrativas ou zonas eleitorais.

Parágrafo único. Nas convenções previstas neste artigo haverá a presença de Observador da Justiça Eleitoral nos termos da legislação vigente.

Art. 6.º Nas eleições reguladas por esta Lei os Partidos Políticos não poderão registrar candidatos em sublegendas.

Art. 7.º Os Partidos poderão coligar-se e organizar chapas conjuntas de Prefeito e Vice-Prefeito.

§ 1.º Nas chapas de Coligação poderão ser inscritos candidatos filiados a qualquer um dos partidos integrantes da mesma.

§ 2.º A decisão de coligar-se com outro Partido será adotada, por maioria absoluta de votos, pelo Diretório Municipal e no caso dos Municípios com mais de um milhão de habitantes pelo Diretório Regional, e em ambas as situações até 10 (dez) dias antes da respectiva convenção e ratificada por esta.

§ 3.º Na hipótese em que o Diretório não estiver com sua composição completa, por renúncia, morte ou desligamento, a maioria absoluta será calculada levando-se em conta o número de membros remanescentes.

§ 4.º A Comissão Executiva do Diretório Nacional, ao regulamentar as Convenções Municipais Partidárias fa-lo-á também em relação às decisões sobre coligações.

§ 5.º A Coligação Partidária adotará denominação própria e o registro de seus candidatos será encaminhado pelos Presidentes dos Partidos coligados.

§ 6.º A Coligação serão assegurados os direitos que a lei concede aos Partidos Políticos, no que se refere ao processo eleitoral.

§ 7.º Cada Partido poderá usar sua própria legenda sob a denominação da Coligação.

Art. 8.º O prazo de domicílio eleitoral no respectivo Município para as eleições previstas nesta Lei é de cinco meses.

Art. 9.º Cada candidato deverá estar filiado ao Partido pelo qual vai concorrer até 15 de julho de 1985.

Art. 10. Nas eleições previstas nesta Lei as emissoras de rádio e televisão, inclusive as de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios, reservarão para a propaganda eleitoral gratuita pelos Partidos Políticos 60 (sessenta) espaços de 1 (uma) hora diária nos 60 (sessenta) dias que antecedem a antevéspera do pleito, sendo pelo menos meia hora à noite, entre vinte e vinte e duas horas.

§ 1.º O disposto neste Artigo atingirá as emissoras que gerem imagem ou som a partir do Município onde se realiza a eleição e, no caso das Capitais de Estado, também as emissoras de alcance regional com geração em Município da respectiva Região Metropolitana.

§ 2.º O horário gratuito, de livre utilização a critério dos partidos, será distribuído metade de forma igual entre todos os Partidos que concorrem no pleito e metade na proporção das bancadas existentes na Câmara de Vereadores.

§ 3.º O horário não utilizado por qualquer Partido será redistribuído aos demais, vedada cessão ou transferência.

§ 4.º A Justiça Eleitoral local poderá acolher qualquer critério que tenha sido aprovado por todos os Partidos Políticos e as emissoras.

§ 5.º O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o horário gratuito de propaganda eleitoral e a Justiça Eleitoral fiscalizará a sua execução.

§ 6.º Poderão ser transmitidos por emissoras de rádio e televisão debates entre candidatos, desde que resguardada a participação de todos os Partidos ou Coligações que concorrem ao pleito.

Art. 11. As emissoras de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar gratuitamente comunicações ou instruções da Justiça Eleitoral, até o máximo de 15 (quinze) minutos diários, consecutivos ou não, nos 30 (trinta) dias anteriores ao pleito.



Art. 12. As eleições serão realizadas pelo sufrágio universal e voto direto e secreto.

§ 1.º O candidato a vice-prefeito será considerado eleito com o candidato a prefeito em cuja chapa estiver registrado.

§ 2.º Será considerado eleito o candidato a Prefeito que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos.

§ 3.º Caso nenhum candidato obtenha a maioria absoluta, será repetida a eleição no dia 1.º de dezembro, concorrendo ao segundo turno apenas os dois candidatos mais votados no primeiro e considerando-se eleito o que obtiver maior votação.

§ 4.º Havendo morte, renúncia ou impedimento de candidato entre os dois turnos a substituição far-se-á pela respectiva Comissão Executiva do Partido.

§ 5.º O candidato que obtiver a segunda colocação no primeiro turno e o Partido ou Coligação que o registrou poderão comunicar à Justiça Eleitoral a desistência de concorrer ao segundo turno, caso em que será proclamado eleito o mais votado.

Art. 13 Os Partidos Políticos em formação, assim considerados para os efeitos desta lei os que até 15 de julho de 1985, publicarem e encaminharem ao TSE para anotação e arquivo, o programa, manifesto e estatutos, observados os princípios estabelecidos no art. 152 da Constituição Federal, estarão habilitados à prática de todos os atos e procedimentos relativos ao seu funcionamento, inclusive os necessários à sua efetiva participação nas eleições de que trata a presente lei.

Parágrafo único. O registro do estatuto de Partido Político em formação, referido pelo inciso IV do art. 152 da Constituição Federal, será deferido para efeito das eleições de 1985, desde que tenha sido aprovado pela maioria absoluta da respectiva Comissão Diretora Nacional Provisória.

Art. 14. Nos Municípios em que não houver Diretório partidário organizado, inclusive nos que foram criados até a data de 15 de maio de 1985, a Convenção para a escolha dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, será organizada e dirigida pela Comissão Diretora Municipal Provisória, integrada de 7 (sete) a 11 (onze) membros designados pela Comissão Executiva Nacional, sob a presidência de um deles, indicado no ato da designação.

§ 1.º A Convenção a que se refere este artigo terá a seguinte composição :

I — os membros da Comissão Diretora Municipal Provisória;

II — os eleitores inscritos no Município e filiados ao Partido até 8 (oito) dias antes da Convenção;

III — os senadores, deputados federais e deputados estaduais com domicílio eleitoral no Município.

§ 2.º A Justiça Eleitoral divulgará, por edital, a relação nominal dos eleitores filiados a cada Partido, aptos a participarem da Convenção.

§ 3.º No caso dos Partidos em formação as funções referidas no **caput** deste artigo serão exercidas pelas Comissões Diretoras Municipais já designadas ou que venham a ser designadas.

Art. 15. São vedados e considerados nulos de pleno direito os atos que, no período compreendido entre 15 de julho de 1985 e 1.º de janeiro de 1986, importarem transferir, contratar, designar, readaptar funcionários ou proceder a quaisquer outras formas de provimento nos quadros da administração direta e indireta, empresas públicas e sociedades de economia mista dos Estados e Municípios.

§ 1.º Excluem-se do disposto neste artigo:

I — nomeação de aprovados em concurso público, homologado até 15 de agosto de 1985;

II — nomeação para cargos em comissão e da magistratura, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.

§ 2.º O ato de nomeação deverá ser fundamentado quando da sua publicação no respectivo órgão oficial.

Art. 16. O alistamento eleitoral passa a ser feito dispensando-se a formalidade do próprio alistando datar o respectivo requerimento e quando não souber assinar o nome, aporá a impressão digital de seu polegar direito no requerimento e na folha de votação.

Parágrafo único. O mesmo sistema será utilizado no dia da votação para o eleitor que não souber assinar o nome.

Art. 17. As cédulas oficiais para as eleições previstas nesta lei, serão confeccionadas e distribuídas exclusivamente pela Justi-



Eleitoral, atenderão aos demais requisitos do Código Eleitoral e permitirão ao eleitor, sem a necessidade de leitura de nomes, identificar e assinalar os seus candidatos nas eleições majoritárias e a legenda de sua preferência nas eleições proporcionais.

Art. 18. São revogados os arts. 4.º, 5.º, 6.º e 7.º da Lei n.º 6.989, de 15 de maio de 1982, restabelecendo-se a redação anterior dos arts. 145, 175, 176 e 177 do Código Eleitoral, Lei n.º 4.737, a respeito do voto de legenda.

Art. 19. É revogado o § 3.º do art. 67 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971, e suspensa a aplicação do art. 250 da Lei n.º 4.737, Código Eleitoral, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 1.538.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente Projeto de Lei originou-se dos estudos da Comissão Interpartidária. Em face da promulgação da Emenda Constitucional n.º 25 foram marcadas eleições municipais em 15 de novembro deste ano nos municípios anteriormente com autonomia restringida. E era necessário regulá-las.

O presente Projeto, em geral:

— Regula aspectos das eleições de forma especial, rementendo o demais para a legislação vigente.

— Fixa o prazo das convenções dentro dos quatro meses anteriores ao pleito e o registro até o nonagésimo dia; o prazo menor é justificado para que partidos possam realizar antes dele as suas convenções de eleição de primeiros diretórios ou renovações de diretórios municipais.

— O sistema de convenções ficou o da lei atual, ampliado nos municípios com zonais (mais de um milhão de habitantes) pela participação de todos os membros dos Diretórios de Zonas. Também acrescentou-se a presença de membro do Diretório Regional com domicílio no município, entre os convencionais. A manutenção da regra legal não inibe que partidos políticos decidam internamente realizar prévias.

— Não haverão sublegendas nas eleições de Prefeito.

Regulam-se as coligações que atingirão as eleições majoritárias. Cria-se um rito para a aprovação da Coligação e seu funcionamento.

— O domicílio eleitoral será de cinco meses e o prazo de filiação até 15 de julho de 1985.

— Foi regulado o acesso ao rádio e à televisão através de 60 (sessenta) programas gratuitos realizados nos 60 (sessenta) dias anteriores à antevéspera do pleito e outras disposições sobre o assunto de forma a viabilizar a correta e justa utilização da propaganda eleitoral gratuita.

— Garante a escolha de candidatos em municípios onde os partidos não tenham diretórios organizados e até a participação das Comissões Provisórias no processo, assegurando aos novos partidos sua presença na disputa eleitoral.

— Regula o alistamento e o voto do analfabeto. Quanto ao voto o faz de forma flexível permitindo ao Tribunal Superior Eleitoral a preferência sobre um de vários sistemas adaptáveis à regra geral proposta.

— Revoga definitivamente o dispositivo que impunha um prazo de dois anos para quem trocar de Partido vir a ser candidato pela sua nova agremiação.

Consideramos este Projeto mais uma etapa do processo de criação de instituições saudáveis no País.

Sala das Sessões, 4 de junho de 1985. —
Pimenta da Veiga — Prisco Viana — Djalma Bom — Gastone Righi (ressalvando oposição aos §§ 2.º a 5.º do art. 12, para votação em separado) — **Nadyr Rossetti — José Lourenço.**

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO II

Da Declaração de Direitos

CAPÍTULO III

Dos Partidos Políticos

Art. 152. É livre a criação de Partidos Políticos. Sua organização e funcionamen-

to resguardarão a Soberania Nacional, o regime democrático, o pluralismo partidário e os direitos fundamentais da pessoa humana, observados os seguintes princípios:

I — é assegurado ao cidadão o direito de associar-se livremente a Partido Político;

II — é vedada a utilização pelos Partidos Políticos de organização paramilitar;

III — é proibida a subordinação dos Partidos Políticos a entidade ou Governo estrangeiros;

IV — o Partido Político adquirirá personalidade jurídica mediante registro dos seus Estatutos no Tribunal Superior Eleitoral;

V — a atuação dos Partidos Políticos deverá ser permanente e de âmbito nacional, sem prejuízo das funções deliberativas dos órgãos estaduais e municipais.

§ 1.º Não terá direito a representação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados o Partido que não obtiver o apoio, expresso em votos, de 3% (três por cento) do eleitorado, apurados em eleição geral para a Câmara dos Deputados e distribuídos em, pelo menos, 5 (cinco) Estados, com o mínimo de 2% (dois por cento) do eleitorado de cada um deles.

§ 2.º Os eleitos por Partidos que não obtiverem os percentuais exigidos pelo parágrafo anterior terão seus mandatos preservados, desde que optem, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer dos Partidos remanescentes.

§ 3.º Resguardados os princípios previstos no **caput** e itens deste artigo, lei federal estabelecerá normas sobre a criação, fusão, incorporação, extinção e fiscalização financeira dos Partidos Políticos e poderá dispor sobre regras gerais para a sua organização e funcionamento.

CÓDIGO ELEITORAL

(Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965)

Institui o Código Eleitoral.

PARTE QUARTA

Das eleições

TÍTULO IV

Da votação

CAPÍTULO III

Do início da votação

Art. 145. O presidente, mesários, secretários, suplentes e os delegados e fiscais de partido votarão perante as mesas em que servirem, sendo que os delegados e fiscais, desde que a credencial esteja visada na forma do art. 131, § 3.º, quando eleitores de outras seções, seus votos serão tomados em separado.

Parágrafo único. Com as cautelas constantes do art. 147, § 2.º, poderão ainda votar fora da respectiva seção:

I — o juiz eleitoral, em qualquer seção da zona sob sua jurisdição salvo em eleições municipais, nas quais poderá votar em qualquer seção do Município em que for eleitor;

II — o presidente da República, o qual poderá votar em qualquer seção eleitoral do País, nas eleições presidenciais; em qualquer seção do Estado em que for eleitor nas eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual; em qualquer seção do Município em que estiver inscrito, nas eleições para prefeito, vice-prefeito e vereador;

III — os candidatos à presidência da República, em qualquer seção eleitoral do País, nas eleições presidenciais, e, em qualquer seção do Estado em que forem eleitores, nas eleições de âmbito estadual;

IV — os governadores, vice-governadores, senadores, deputados federais, estaduais, em qualquer seção do Estado, nas eleições de âmbito nacional e estadual; em qualquer seção do Município de que sejam eleitores, nas eleições municipais;

V — os candidatos a governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual, em qualquer seção do Estado de que sejam eleitores, nas eleições de âmbito nacional e estadual;

VI — os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, em qualquer seção de Município que representarem, desde que eleitores do Estado, sendo que, no caso de eleições municipais, nelas somente poderão votar se inscritos no Município;

VII — os candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador, em qualquer seção de Município, desde que dele sejam eleitores;

VIII — os militares, removidos ou transferidos dentro do período de 6 (seis) meses antes do pleito, poderão votar nas eleições





para presidente e vice-presidente da República na localidade em que estiverem servindo.

TÍTULO V

Da apuração

CAPÍTULO II

Da apuração nas Juntas

SEÇÃO IV

Da contagem dos votos

Art. 175. Serão nulas as cédulas:

I — que não corresponderem ao modelo oficial;

II — que não estiverem devidamente autenticadas;

III — que contiverem expressões, frases ou sinais que possam identificar o voto.

§ 1.º Serão nulos os votos, em cada eleição majoritária:

I — quando forem assinalados os nomes de dois ou mais candidatos para o mesmo cargo;

II — quando a assinalação estiver colocada fora do quadrilátero próprio, desde que torne duvidosa a manifestação da vontade do eleitor.

§ 2.º Serão nulos os votos, em cada eleição pelo sistema proporcional:

I — quando o candidato não for indicado, através do nome ou do número, com clareza suficiente para distingui-lo de outro candidato ao mesmo cargo, mas de outro partido, e o eleitor não indicar a legenda;

II — se o eleitor escrever o nome de mais de um candidato ao mesmo cargo pertencentes a partidos diversos, ou, indicando apenas os números, o fizer também de candidatos de partidos diferentes;

III — se o eleitor, não manifestando preferência por candidato, ou o fazendo de modo que não se possa identificar de sua preferência, escrever duas ou mais legendas diferentes no espaço relativo à mesma eleição.

§ 3.º Serão nulos, para todos os efeitos, os votos dados a candidatos inelegíveis ou não registrados.

Art. 176. Contar-se-á o voto apenas para a legenda, nas eleições pelo sistema proporcional:

I — se o eleitor escrever o nome de mais de um candidato do mesmo partido;

II — se o eleitor, escrevendo apenas os números, indicar mais de um candidato do mesmo partido;

III — se o eleitor não indicar o candidato através do nome ou do número com clareza suficiente para distingui-lo de outro candidato do mesmo partido;

IV — se o eleitor, indicando a legenda, escrever o nome ou o número de candidato de outro partido.

Art. 177. Na contagem dos votos para as eleições realizadas pelo sistema proporcional observar-se-ão, ainda, as seguintes normas:

I — a inversão, omissão ou erro de grafia do nome ou prenome não invalidará o voto desde que seja possível a identificação do candidato;

II — se o eleitor escrever o nome de um candidato e o número correspondente a outro da mesma legenda ou não, contar-se-á o voto para o candidato cujo nome foi escrito bem como para a legenda a que pertence salvo se ocorrer a hipótese prevista no n.º V do artigo anterior;

III — se o eleitor escrever o nome ou o número de um candidato a deputado federal na parte da cédula referente a deputado estadual ou vice-versa, o voto será contado para o candidato cujo nome ou número foi escrito;

IV — se o eleitor escrever o nome ou o número de candidatos em espaço da cédula que não seja o correspondente ao cargo para o qual o candidato foi registrado, será o voto computado para o candidato e respectiva legenda, conforme o registro.

PARTE QUINTA

Disposições várias

TÍTULO II

Da propaganda partidária



TÍTULO V

Da Filiação Partidária

Art. 250. Nas eleições gerais de âmbito estadual e municipal, a propaganda eleitoral gratuita através de emissoras de rádio e televisão de qualquer potência, inclusive nas de propriedade da União, dos Estados, dos Municípios e dos Territórios, far-se-á sob fiscalização direta e permanente da justiça eleitoral, obedecidas as seguintes normas:

I — as emissoras reservarão, nos 60 (sessenta) dias anteriores à antevéspera do pleito, 2 (duas) horas diárias para a propaganda, sendo uma hora à noite, entre vinte e vinte e três horas;

II — os partidos limitar-se-ão a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro do candidato na justiça eleitoral, bem assim a divulgar, pela televisão, sua fotografia, podendo ainda anunciar o horário e o local dos comícios;

III — o horário da propaganda será dividido em períodos de 5 (cinco) minutos e previamente anunciado;

IV — o horário destinado a cada partido será distribuído em partes iguais entre os candidatos e, nos Municípios onde houver sublegendas, entre estas;

V — o horário não utilizado por um partido não poderá ser transferido ou redistribuído a outro partido;

VI — a propaganda dos candidatos às eleições de âmbito municipal só poderá ser feita pelas emissoras de rádio e televisão cuja outorga tenha sido concedida para o respectivo Município, vedada a retransmissão em rede.

§ 1.º O diretório regional de cada partido designará, no Estado e em cada Município, comissão de três membros para dirigir e supervisionar a propaganda eleitoral nos limites das respectivas jurisdições.

§ 2.º As empresas de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar, gratuitamente, comunicados da justiça eleitoral, até o máximo de quinze minutos, entre as dezoito e vinte e duas horas, nos quarenta e cinco dias que precederem ao pleito.

LEI N.º 5.682

DE 21 DE JULHO DE 1971

Lei Orgânica dos Partidos Políticos

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 67. O filiado, que quiser desligar-se do Partido, fará comunicação escrita à Comissão Executiva e ao Juiz Eleitoral da Zona.

§ 1.º Após decorridos 2 (dois) dias da data da entrega da comunicação, o vínculo tornar-se-á extinto, para todos os efeitos.

§ 2.º A Justiça Eleitoral poderá determinar de ofício o cancelamento da filiação partidária, quando verificar a sua coexistência em outro Partido.

§ 3.º Desligado de um Partido e filiado a outro, o eleitor só poder candidatar-se a cargo eletivo, após o decurso do prazo de 2 (dois) anos da data da nova filiação.

DECRETO-LEI N.º 1.538
DE 14 DE ABRIL DE 1977

Altera a redação do art. 250 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, modificada pela Lei n.º 6.339, de 1.º de julho de 1976, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do art. 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o art. 182 da Constituição e o disposto no Ato Complementar n.º 102, de 1.º de abril de 1977,

DECRETA:

Art. 1.º O art. 250 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, alterado pelo art. 1.º da Lei n.º 6.339, de 1.º de julho de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 250. Nas eleições gerais de âmbito estadual e municipal, a propaganda eleitoral gratuita, através de emissoras de rádio e televisão de qualquer potência, inclusive nas de propriedade da União, dos Estados, dos Municípios e dos Territórios, far-se-á sob fiscalização direta e permanente da Justiça Eleitoral, obedecidas as seguintes normas:

I — As emissoras reservarão, nos 60 (sessenta) dias anteriores à antevéspera do pleito, duas horas diárias para a



propaganda, sendo uma hora à noite, entre vinte e vinte e três horas;

II — Os Partidos limitar-se-ão a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro do candidato na Justiça Eleitoral, bem assim a divulgar, pela televisão, sua fotografia, podendo ainda anunciar o horário e o local dos comícios;

III — O horário da propaganda será dividido em períodos de 5 (cinco) minutos e previamente anunciado;

IV — O horário destinado a cada Partido será distribuído em partes iguais entre os candidatos e, nos municípios onde houver sublegendas, entre estas;

V — O horário não utilizado por um Partido não poderá ser transferido ou redistribuído a outro Partido;

VI — A propaganda dos candidatos às eleições de âmbito municipal só poderá ser feita pelas emissoras de rádio e televisão cuja outorga tenha sido concedida para o respectivo município, vedada a retransmissão em rede.

§ 1.º O Diretório Regional de cada Partido designará, no Estado e em cada Município, comissão de três membros para dirigir e supervisionar a propaganda eleitoral nos limites das respectivas jurisdições.

§ 2.º As empresas de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar, gratuitamente, comunicados da Justiça Eleitoral, até o máximo de 15 (quinze) minutos, entre as dezoito e vinte e duas horas, nos 45 (quarenta e cinco) dias que precederem ao pleito."

Art. 2.º Nas eleições indiretas não será permitida a propaganda eleitoral por meio de emissoras de rádio e televisão.

Art. 3.º O Tribunal Superior Eleitoral expedirá, dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da vigência deste Decreto-lei, as instruções necessárias à sua execução.

Art. 4.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se os arts. 252, 253 e 254 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, e demais disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República. — ERNESTO GEISEL — Armando Falcão.

LEI N.º 6.989, DE 5 DE MAIO DE 1982

Dispõe sobre filiação partidária em caso de incorporação de partidos políticos, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A alínea c do § 4.º e o § 5.º do art. 110 da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 110.

§ 4.º

c) filiar-se, no prazo de seis meses, a outro partido que não o incorporador, não se lhe aplicando o disposto no § 3.º do art. 67 desta Lei.

§ 5.º A partir da eleição do Diretório Nacional, escolhido em convenção conjunta, qualquer filiado ao Partido incorporador poderá exercer, no prazo de seis meses, as faculdades previstas no parágrafo anterior, limitada a impugnação estabelecida na alínea a à convenção conjunta e atos subsequentes, e vedada a filiação prevista na alínea c ao partido que tiver tomado a iniciativa da incorporação.

Art. 2.º Aos titulares de mandatos eletivos que usarem da faculdade concedida na alínea c do § 4.º e no § 5.º do art. 110 da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971, não se aplica o disposto no art. 72 da referida Lei.

Art. 3.º O art. 3.º da Lei n.º 5.782, de 6 de junho de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º No caso de incorporação de partidos, os filiados que utilizarem a faculdade concedida pelos § 4.º, c, e § 5.º do art. 110 da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971, ficam dispensados dos prazos estabelecidos nos arts. 1.º e 2.º desta Lei para se candidatarem a cargos eletivos."

Art. 4.º Fica revogada a alínea c do inciso IX do art. 146 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

Art. 5.º Ao art. 175, § 2.º, da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), é acrescido o seguinte inciso:

"Art. 175.



§ 2.º
.....

IV — se o eleitor escrever apenas a sigla partidária, não indicando o candidato de sua preferência.”

Art. 6.º Fica revogado o inciso I do art. 176 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), renumerando-se os demais.

Art. 7.º O inciso II do art. 177 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 177.
.....

II — se o eleitor escrever o nome de um candidato e o número correspondente a outro da mesma legenda ou não, contar-se-á o voto para o candidato cujo nome foi escrito e para a legenda a que pertence, salvo se ocorrer a hipótese prevista no n.º IV do artigo anterior.”

Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de fevereiro de 1982.

Brasília, 5 de maio de 1982; 161.º da Independência e 94.º da República. — **JOÃO FIGUEIREDO** — Ibrahim Abi-Ackel.

**PARECER DO RELATOR DESIGNADO
PELA MESA, EM SUBSTITUIÇÃO
A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

I — Relatório

Os nobres Deputados Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Djalma Bom, Gastone Righi, Nadyr Rossetti e José Lourenço, respectivamente líderes do PMDB, do PDS, do PT, do PTB, do PDT e do PFL vêm de oferecer à Casa projeto de lei mediante o qual se propõe a fixação de normas especiais a serem aplicadas nas eleições a serem realizadas no dia 15 de novembro de 1985, para a escolha dos Prefeitos e Vice-Prefeitos das Capitais de Estados e Territórios, dos Municípios considerados estâncias hidrominerais e de interesse da segurança nacional, dos Territórios e dos “descaracterizados do interesse da Segurança Nacional a partir de 1.º de dezembro de 1984” e, ainda, nas eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores nos Municípios criados até 15 de maio de 1985.

Justificando a presente proposição limitam-se seus nobres Autores, após assinalarem que ela é uma decorrência da promulgação da Emenda Constitucional n.º 25, ao

marcar eleições municipais para 15 de novembro deste ano nos municípios anteriormente com autonomia restringida”, a explicar, sinteticamente, que o Projeto traduz-se em “mais uma etapa do processo de criação de instituições saudáveis no País”.

A par da justificação propriamente dita, a respectiva exposição arrola, como a seguir vêm transcritas, as modificações propostas, para aplicação transitória, eis que restritas a determinado pleito, à Lei Orgânica dos Partidos e ao Código Eleitoral, referindo ainda às normas propostas relativamente ao exercício do direito de voto pelos analfabetos, assegurado na Emenda Constitucional retro-referida. Esclarece, assim, a justificação o conteúdo da presente proposição, dizendo, *verbis*:

“O presente projeto, em geral:

— Regula aspectos das eleições de forma especial, remetendo o demais para a legislação vigente.

— Fixa o prazo das convenções dentro dos quatro meses anteriores ao pleito e o registro até o nonagésimo dia; o prazo menor é justificado para que partidos possam realizar antes dele as suas convenções de eleição de primeiros diretórios ou renovações de diretórios municipais.

— O sistema de convenções ficou o da lei atual, ampliado nos municípios com zonais (mais de um milhão de habitantes) pela participação de todos os membros dos Diretórios de Zonas. Também acrescentou-se a presença de membro do Diretório Regional com domicílio no município, entre os convencionais. A manutenção da regra legal não inibe que partidos políticos decidam internamente realizar prévias.

— Não haverá sublegendas nas eleições de Prefeito.

— Regulam-se as coligações que atinjam as eleições majoritárias. Cria-se um rito para a aprovação da Coligação e seu funcionamento.

— O domicílio eleitoral será de cinco meses e o prazo de filiação até 15 de julho de 1985.

— Foi regulado o acesso ao rádio e à televisão através de 60 (sessenta) programas gratuitos realizados nos 60 (sessenta) dias anteriores à antevéspera do pleito e outras disposições sobre o assunto de forma a viabilizar a correta e justa utilização da propaganda eleitoral gratuita.



Garante a escolha de candidatos em municípios onde os partidos não tenham diretórios organizados e até a participação das Comissões Provisórias no processo, assegurando aos novos partidos sua presença na disputa eleitoral.

— Regula o alistamento e o voto do analfabeto. Quanto ao voto o faz de forma flexível permitindo ao Tribunal Superior Eleitoral a preferência sobre um de vários sistemas adaptáveis à regra geral proposta.

— Revoga definitivamente o dispositivo que impunha um prazo de dois anos para quem trocar de Partido vir a ser candidato pela sua nova agremiação."

É o Relatório.

Cabe a esta Comissão, nos termos regimentais, apreciar a presente proposição não somente vista do ângulo da constitucionalidade e da técnica legislativa, mas, bem assim, do prisma de seu mérito visto como contém, em sua maior parte, matéria que se insere na órbita do Direito Eleitoral.

No que tange à constitucionalidade, nenhum reparo é de ser feito ao presente Projeto. A propósito, de assinalar é que, uma vez amplamente aceite que, dispor, como se propõe, sobre a forma de eleição dos Prefeitos e Vice-Prefeitos, no tocante ao número de sufrágios necessários, constitui matéria de Direito Eleitoral, cabível, de consequência, a competência do legislador federal para a correspondente iniciativa de lei, *ex vi* do disposto no art. 8.º, XVII, "b" da Constituição Federal.

Visto o Projeto do ângulo da técnica legislativa, não se pode, a rigor, tê-la como plenamente acatada na redação a ele dada, como por exemplo, pode de logo ser observado no *caput* e seu item IV do art. 1º, ao estabelecer que as eleições serão realizadas "nos seguintes Municípios... IV) Municípios de Territórios", a denunciar uma repetição equívoca e dispensável da mesma palavra.

Tendo em vista que senões dessa natureza poderão, certamente, ser eliminados do Projeto em sua redação final indicando-se esta necessária em razão de emendas que, ao que tudo indica, serão apresentadas em Plenário (atente-se, no particular, para a ressalva feita pelo Líder do PTB ao assinar, como co-autor, a presente proposição), deixamos de apresentar as emendas de redação que se indicam, de já, pertinentes.

No tocante ao mérito, avulta indubitosa a oportunidade e plena pertinência do Pro-

jeto, ao buscar a objetiva aplicação das regras constitucionais introduzidas com a Emenda Constitucional n.º 25 de 1985 relativas aos municípios que até antes de sua promulgação tinham sua autonomia indevidamente restringida, e ainda concernentes aos Partidos Políticos.

Oportunas dizem-se igualmente as regras sobre a realização das convenções partidárias tendo em vista a escolha dos candidatos ao pleito municipal de 15 de novembro deste ano e bem assim as que visem a disciplinar essas convenções nos municípios em que o Partido ainda não tenha Diretório organizado, justificando-se a exceção criada para tais casos, na maior facilidade de criação de agremiações políticas ensejada pela Emenda Constitucional n.º 25 de 1985.

Merecem especiais encômios as regras relativas à propaganda eleitoral no pleito de 15 de novembro de 1985 com a suspensão, tendo em vista esse pleito, das injustificadas limitações ao livre direito de os candidatos difundirem, pelo rádio e a televisão, nos horários da propaganda gratuita, o seu pensamento político.

Por fim, é de pedir-se a atenção da Comissão que irá elaborar a redação final do Projeto, para a indicação equivocada, no art. 18 do Projeto, ao art. 145 do Código Eleitoral, eis que, se a intenção é a de restabelecer a redação anterior do art. 146, a que corresponde a proposta, no mesmo art. 18, de revogação do art. 4.º da Lei n.º 6.989 de 15 de maio de 1982, o dispositivo correspondente cuja redação é de ser restabelecida consoante fixada anteriormente à entrada em vigor da referida Lei n.º 6.989, é a do art. 146 e não do 145 do Código Eleitoral.

A matéria, dada sua complexidade, merece estudo cuidadoso e conseqüentemente há de merecer também sugestões por iniciativa dos parlamentares de vários partidos, razão por que nos reservamos para uma última análise do projeto após a apresentação das emendas em plenário.

II — Voto do Relator

Pelas precedentes razões, o nosso parecer — e o nosso voto — é no sentido da manifestação pela constitucionalidade do projeto de Lei n.º 5.684/85 e apreciando-lhe o mérito, favoravelmente à sua aprovação, sem embargo do aproveitamento oportuno de emendas que visem aprimorar-lhe.

Sala das Comissões, em 10 de julho de 1985. — Márcio Assad.

EMENDAS OFERECIDAS
EM PLENÁRIO

N.º 1

Substitua-se no art. 4.º a expressão:

“dentro de quatro meses anteriores à data das eleições.”

pela seguinte:

“até 11 de agosto de 1985.”

Justificação

1. Como está redigido o artigo, as Convenções deverão ser realizadas até 15 de julho de 1985, o que será totalmente impossível.

2. A Emenda apresentada visa determinar a fixação de uma data certa, **11 de agosto de 1985**, um domingo, para que as convenções se realizem.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985. —
Prisco Viana.

Substitua-se, no art. 4.º do projeto, a palavra **nonagésimo** por **sexagésimo**.

Justificação

A redução de trinta dias, no prazo de entrada do requerimento de registro, no Cartório Eleitoral, tem em vista conceder maiores oportunidades aos Partidos Políticos em formação, para lançarem seus candidatos, principalmente nos Municípios recém-criados (art. 13 do projeto).

Sala das Sessões, —

Gomes da Silva — Prisco Viana.

Substitua-se no **caput** do art. 5.º a expressão

“da respectiva Comissão Executiva do Diretório Nacional.”
pela seguinte:

“do Tribunal Superior Eleitoral.”

Justificação

1. Como está redigido, cada uma das Comissões Executivas Nacionais dos Partidos Políticos poderá regulamentar, à sua maneira, a realização de suas Convenções.

2. Entretanto, o parágrafo único, do artigo 5.º, prevê a presença, nas Convenções, de um Observador designado pela Justiça Eleitoral.

3. Ora, para que a Justiça Eleitoral possa bem orientar os trabalhos das Convenções e examinar, posteriormente, eventuais recursos, deve ser ela incumbida de regulamentar a sua realização.

4. O inciso IX, do artigo 28, do Código Eleitoral, confere competência privativa ao Egrégio Tribunal Superior Eleitoral para expedir instruções convenientes à sua execução.

5. O parágrafo único, do artigo 1.º, do mesmo Código Eleitoral, determina que o Tribunal Superior Eleitoral, expeça instruções para a fiel execução do exercício dos direitos políticos de votar e ser votado.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985. —
João Carlos de Carli.

Art. 5.º —

a)

b) nos municípios com mais de um milhão de habitantes:

1 — 25% (vinte e cinco por cento) pelo menos dos membros dos Diretórios de unidades administrativas ou zonas eleitorais.

Justificação

Na forma que apresenta o projeto, torna-se difícil a reunião dos membros dos Diretórios de unidades administrativas para formar **quorum** para a eleição. É objetivo da lei simplificar e não dificultar o processo eleitoral.

Em São Paulo (Capital) existem 56 Diretórios distritais ou administrativos, reunindo nada menos de 1.000 membros, como reunir todos eles para a votação exigida? Isso exigirá muito dos Partidos. A emenda, com o limite proposto, tem em vista facilitar a votação sem muitas despesas.

Brasília, 11 de junho de 1985. — **Djalma Bom — Celso Barros.**

N.º 5

“Suprima-se o art. 6.º.”

Justificação

O art. 2.º da Emenda Constitucional n.º 25, de 16 de maio de 1985, quando determinou a realização de eleições municipais do próximo dia 15 de novembro de 1985, onde especifica, vedou a sublegenda e permitiu a coligação partidária.

Ora, o art. 6.º que se propõe suprimir, apresenta uma repetição desnecessária, sob ponto de vista de técnica legislativa, diante da clareza do texto constitucional.

Sala das Sessões, 1.º de junho de 1985. —
José Fernandes — Prisco Viana.





N.º 6

Os parágrafos do art. 7.º do projeto, abaixo mencionados, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7.º

§ 1.º A coligação será decidida:

a) pelo Diretório Municipal ou pela Comissão Diretora Municipal Provisória;

b) nos Municípios de população superior a um milhão de habitantes, pelo Diretório Regional ou pela Comissão Diretora Regional Provisória;

c) em ambos os casos a decisão dar-se-á por maioria absoluta de votos, até dez dias antes da Convenção Municipal, de cuja ratificação dependerá sua eficácia.

§ 2.º Quando o Diretório ou Comissão Diretora Provisória não estiver com sua composição completa, a maioria absoluta será calculada à base do número de membros remanescentes.

§ 3.º Respeitado o disposto nesta lei, a Comissão Executiva do Diretório Nacional regulamentará as Convenções Municipais Partidárias, podendo estabelecer diretrizes para as coligações.

§ 4.º As chapas de coligação poderão ser integradas por candidatos de um só ou de mais de um Partido coligado.”

§ 5.º

§ 6.º Aplicam-se às coligações os direitos, obrigações e processo eleitoral legalmente estatuidos para os Partidos Políticos.

§ 7.º

Justificação

A emenda visa fundamentalmente a suprir a falta de referência à Comissões Diretoras Provisórias que, nos Partidos em organização, funcionam como Diretórios.

A omissão poderia gerar dúvidas.

Nada se perde com a clareza legal.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1985. —
Aluizio Campos.

(Seguem-se 49 assinaturas.)

N.º 7

Substitua-se a redação do **caput** do art. 7.º pela seguinte:

“Art. 7.º Os Partidos poderão coligar-se e organizar chapas conjuntas de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.”

Justificação

1. Como está redigido, não poderá haver coligação na eleição proporcional para a escolha de vereadores, o que é um absurdo, contrariando o próprio dispositivo constitucional. A redação proposta visa corrigir essa anomalia.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1985. —
Prisco Viana.

N.º 8

Dê-se ao **caput** do art. 7.º a seguinte redação:

“Art. 7.º Os Partidos poderão coligar-se e organizar chapas conjuntas de Prefeito, Vice-Prefeito e de Vereadores.”

Justificação

Acreditamos que uma eleição se torna mais democrática à medida que os partidos possam organizar chapas conjuntas abrangendo também os vereadores e não somente as chapas para Prefeito e Vice-Prefeito.

Sala das Sessões, de de 1985. —
Nadyr Rossetti, Líder do PDT — Pimenta da Veiga.

N.º 9

Dê-se ao **caput** do art. 7.º do projeto a seguinte redação:

“Os Partidos poderão coligar-se e organizar chapas conjuntas nas eleições majoritárias e proporcionais.”

Justificação

A emenda pretende restabelecer as coligações partidárias na sua plenitude, estendendo-as às eleições proporcionais como aliás as concebeu, consensualmente, a Comissão Interpartidária.

O projeto esqueceu que em novembro próximo futuro haverá eleições para a Câmara de Vereadores nos municípios emancipados até 15 de maio passado. Não há pluralismo partidário e democracia sem coligação plena.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1985. —
Jorge Medauar. (Seguem-se 17 assinaturas.)

N.º 10

Incluam-se, no art. 7.º, os seguintes parágrafos:

“§ A coligação poderá ser feita pela aliança de dois ou mais Partidos Políticos, para o fim de registro e de eleição de um ou mais candidatos comuns.

§ A coligação será representada por uma Comissão Interpartidária, es-

colhida pelo Diretório Municipal e/ou Comissão Diretora Municipal Provisória dos Partidos com que se relacione.”

Justificação

A proposta visa aperfeiçoar o texto do art. 7.º, a fim de incluir a existência de uma Comissão Interpartidária, para representar a coligação, bem como definir a sua própria formação. Está inspirada no art. 140, do Código Eleitoral de 1950.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985. —
Paulo Guerra — Prisco Viana.

N.º 11

Dê-se aos §§ 3.º e 4.º do art. 7.º a redação abaixo:

“Art. 7.º

§ 3.º A coligação será decidida por maioria absoluta de votos:

a) Pelo Diretório Municipal, ou pela Comissão Diretora Municipal Provisória, nos municípios com menos de um milhão de habitantes;

b) nos municípios com mais de um milhão de habitantes, pelo Diretório Regional, ou Comissão Diretora Regional Provisória, até cinco dias antes da Convenção Municipal, que poderá ratificá-la ou não.

§ 4.º A coligação partidária, decidida pela Convenção Municipal, adotará denominação própria e o requerimento de registro dos seus candidatos será subscrito pelos Presidentes dos Diretórios Municipais dos Partidos coligados ou das Comissões Diretoras Municipais Provisórias.

.....”
Sala das Sessões, — **Saulo Queiroz.**

N.º 12

Substitua-se, no art. 8.º do projeto, a expressão **cinco meses por 120 (cento e vinte) dias.**

Justificação

A redução proposta, de cinco meses para cento e vinte dias, no prazo de domicílio eleitoral no respectivo Município, tem em vista conceder maiores oportunidades aos Partidos Políticos em formação, para lançarem seus candidatos, principalmetne nos Municípios recém-criados (art. 13 do projeto).

Sala das Sessões, — **Gomes da Silva — Prisco Viana.**

N.º 13

Dê-se ao art. 9.º a seguinte redação:

“Art. 9.º Cada candidato deverá estar filiado ao Partido pelo qual vai concorrer até a data da Convenção.”

Sala das Sessões, 5 de junho de 1985. —
Gastone Righi, Líder do PTB — Nadyr Rossetti, Líder do PDT.

N.º 14

Dê-se ao art. 9.º do projeto a seguinte redação:

“Art. 9.º Cada candidato deverá estar filiado ao Partido pelo qual vai concorrer até a data da convenção.”

Justificação

A emenda está em consonância com a linha básica dos trabalhos da Comissão Interpartidária: a liberalização da legislação eleitoral e partidária.

Os partidos políticos, instrumentos da realização democrática, devem administrar seus problemas dentro de um arco da maior liberdade.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1985. —
Jorge Medauar.

(Seguem-se 18 assinaturas)

N.º 15

Dê-se aos artigos 9.º e 14 do projeto, a seguinte redação:

“Art. 9.º Somente exercerão direitos políticos relacionados com as eleições de 15 de novembro de 1985 os eleitores filiados a Partido até o dia 15 de julho de 1985.”

“Art. 14. Nos Municípios em que não houver Diretório apto a deliberar, a Convenção Municipal será organizada e dirigida por Comissão Diretora Municipal Provisória, integrada de sete a onze membros designados pela Comissão Executiva do Diretório Regional, permanente ou provisória, sob a presidência de um deles, indicado no ato da designação.

§ 1.º A Convenção mencionada neste artigo será composta:

I — pelos membros da Comissão Diretora Municipal Provisória;

II — pelos eleitores do Município filiados ao Partido no prazo do art. 9.º;



125
PL Nº 5684/1985
Lote: 61
Calça: 171

III — pelos Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais com domicílio eleitoral no Município.

§ 2.º Até a véspera da Convenção, a Justiça Eleitoral divulgará, por edital, a relação dos eleitores filiados a cada Partido no Município.

§ 3.º No caso dos Partidos em formação, as funções referidas no **caput** serão exercidas pelas Comissões Diretoras Municipais Provisórias já designadas ou que venham a ser designadas."

Justificação

A filiação nos termos da emenda ao art. 9.º evita o risco de um mesmo eleitor votar em Convenções Municipais de Partidos diferentes, sucessivamente.

Quanto ao art. 14, simplesmente procura-se adequar o dispositivo ao texto do art. 152, **caput**, da Constituição, reformulado pela Emenda Constitucional n.º 25, que preserva as funções deliberativas dos órgãos estaduais e municipais.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1985. —
Aluizio Campos.

(Seguem-se 57 assinaturas.)

N.º 16

Dê-se ao art. 9.º do Projeto de Lei n.º 5.684/85 a seguinte redação:

"Art. 9.º O candidato deverá estar filiado ao Partido pelo qual vai concorrer, 6 (seis) meses antes da data da eleição.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos membros dos novos Partidos, cujos Estatutos e Programa acham-se em fase de registro."

Sala das Sessões. — **Domingos Leonelli.**
(Seguem-se 48 assinaturas.)

N.º 17

Substitua-se no art. 9.º do projeto a data **15 de julho de 1985** por **15 de agosto de 1985.**

Justificação

A alteração do prazo, em mais trinta dias, para a filiação ao Partido do candidato que pretende concorrer ao pleito de 15 de novembro vindouro objetiva conceder maiores oportunidades aos Partidos Políticos em formação, principalmente nos Municípios recém-criados (art. 13 do projeto).

Sala das Sessões. — **Gomes da Silva — Prisco Viana.**

N.º 18

Substitua-se o **caput** do art. 10 pelo seguinte:

"Art. 10. Nos sessenta dias anteriores à antevéspera das eleições municipais previstas nesta Lei, as emissoras de rádio e televisão, inclusive as de propriedade da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios reservarão espaços de sua programação para a propriedade da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios reservarão espaços de sua programação para a propaganda eleitoral gratuita, assim distribuídos:

I — nos primeiros trinta dias da propaganda gratuita, cada partido terá o direito de divulgar até 5 (cinco) **jingles** ou **spots** diários da programação de seus candidatos, com duração máxima de 60 (sessenta) segundos para cada inserção distribuídos ao longo da programação, sendo duas inserções no horário compreendido entre as 20 (vinte) e 23 (vinte e três) horas, no total de 35 (trinta e cinco) minutos diários distribuído entre todos os Partidos.

II — nos últimos trinta dias destinados à propaganda gratuita, cada Partido terá o direito de divulgar até 5 (cinco) **jingles** ou **spots**, com duração de 60 (sessenta) segundos para cada inserção, dispostos na programação diurna, e, no período de 21 (vinte e uma) às (vinte e três) horas, mais 30 (trinta) minutos diários distribuídos entre todos os Partidos, para utilização livre pelos candidatos por eles indicados.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1985. —
Pimenta da Veiga, Líder do PMB.

N.º 19

Substitua-se o art. 10 pelo seguinte:

"Art. 10. Nos sessenta dias anteriores à antevéspera das eleições municipais previstas nesta Lei, as emissoras de rádio e televisão, inclusive as de propriedade da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios reservarão espaços de sua programação para a propaganda eleitoral gratuita, assim distribuídos:

I — nos primeiros trinta dias de propaganda gratuita, cada partido terá o direito de divulgar até 5 (cinco) **jingles** ou **spots** diários da promoção de seus candidatos, com duração máxima de 60 (sessenta) segundos para cada inserção distribuídos ao longo da programa-



ção a partir das 12 horas, sendo duas entre às 20 e 22 horas;

II — nos últimos trinta dias destinados a propaganda gratuita, cada Partido terá o direito de divulgar até 5 (cinco) **jingles** ou **spots**, com duração de 67 (sessenta e sete) segundos para cada inserção, ao longo da programação das 10 (dez) até às 18 (dezoito) horas, e mais 30 (trinta) minutos diários entre 21 (vinte e uma) e 23 (vinte e três) horas, distribuídos entre os partidos e de utilização livre pelos candidatos indicados pela direção partidária.

§ 1.º Os **jingles** são de livre concepção dos partidos e candidatos, permitida, inclusive, mensagens faladas dos candidatos.

§ 2.º O disposto neste artigo atingirá as emissoras que gerem imagem ou som a partir do Município onde se realiza a eleição e, no caso das Capitais de Estado, também as emissoras de alcance regional com geração em Município da respectiva Região Metropolitana.

§ 3.º O horário gratuito será distribuído metade de forma igual entre todos os Partidos que concorrem no pleito e metade na proporção das bancadas existentes na Câmara de Vereadores.

§ 4.º O horário não utilizado por qualquer Partido será redistribuído aos demais, vedada cessão ou transferência.

§ 5.º A Justiça Eleitoral local poderá acolher critério que tenha sido aprovado por todos os Partidos Políticos e as emissoras, para a utilização de horário gratuito.

§ 6.º O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o horário gratuito de propaganda eleitoral e a Justiça Eleitoral fiscalizará a sua execução.

§ 7.º Poderão ser transmitidos por emissoras de rádio e televisão debates entre candidatos, desde que resguardada a participação de todos os Partidos ou coligações que concorrem ao pleito."

Justificação

A propaganda eleitoral gratuita, feita pelo rádio e televisão não pode ser vista apenas do ângulo do interesse dos candidatos e dos partidos. É preciso considerar, também, a situação das empresas de radio-difusão e de televisão que, embora concessionárias de canais cedidos pela União, são empresas privadas que investem em equipamentos e recursos humanos e não podem ser expropriadas em seus horários,

que são a mercadoria que têm para comercializar.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985. —
José Carlos Fonseca — Prisco Viana.

N.º 20

Substitua-se o **caput** do art. 10 pela redação seguinte:

"Art. 10. Nas eleições previstas nesta Lei as emissoras de rádio e televisão, inclusive as de propriedade das pessoas jurídicas de direito público interno, reservarão para a propaganda eleitoral gratuita pelos Partidos Políticos 20 (vinte) espaços de 1 (uma) hora diária entre os 40 (quarenta) dias que antecedem a antevéspera do pleito, sendo pelo menos meia hora à noite, entre vinte e vinte e três horas."

Justificação

A proposta visa a restabelecer o texto anteriormente constante do anteprojeto da Comissão Interpartidária, no nosso entendimento, o que melhor acolhe os interesses dos Partidos Políticos e das emissoras.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985. —
Albino Coimbra — Prisco Viana.

N.º 21

Dê-se ao **caput** do art. 10 a seguinte redação:

"Art. 10. Nas eleições previstas nesta lei as emissoras de rádio e televisão, inclusive as de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios, reservarão para a propaganda eleitoral gratuita pelos Partidos políticos 60 (sessenta) espaços de 2 (duas) horas diárias nos 60 (sessenta) dias que antecedem a antevéspera do pleito, sendo pelo menos 1 (uma) hora à noite, entre vinte e vinte e duas horas."

Sala das Sessões, 5 de junho de 1985. —
Gastone Righi, Líder do PTB — Nadir Rossetti — Djalma Bom.

N.º 22

Dê-se ao § 1.º do art. 10 a seguinte redação:

"Art. 10.

§ 1.º O disposto neste artigo atingirá as emissoras cuja imagem ou som alcance Município onde se realiza a eleição e, nos casos das capitais de Estado, também as emissoras de imagem de alcance regional com geração em outro Município."



Justificação

No Nordeste há várias capitais que não têm geração de imagem de televisão, recebendo-as de outras capitais. Estas não constituem Regiões Metropolitanas, mas se assemelham ao espírito da redação do dispositivo emendado.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1985. —
João Agripino — Aluizio Campos — Pimenta da Veiga.

N.º 23

Dê-se ao parágrafo segundo a seguinte redação e acrescente-se parágrafo terceiro reenumerando-se os demais.

“§ 2.º O horário gratuito, será distribuído metade de forma igual entre todos os partidos que concorrem ao pleito e metade de forma igual entre os partidos que tenham representação na Câmara dos Vereadores.

§ 3.º Para os efeitos do parágrafo anterior as coligações são consideradas como um único partido.”

Sala das Sessões. — **Volney Siqueira.** (Seguem-se 48 assinaturas.)

N.º 24

O § 2.º do art. 10 do Projeto de Lei n.º 5.684, de 1985, passa a ter a seguinte redação:

“§ 2.º O horário gratuito, de livre utilização a critério dos partidos, será distribuído de forma igual entre todos os Partidos que concorrem ao pleito.”

Justificação

Ao se propor normas que regulamentam as próximas eleições municipais de novembro, nada justifica que as mesmas sejam pautadas no passado, em regras autoritárias que todo o País hoje se empenha em derrubar.

A desigualdade antidemocrática de horários entre os partidos que concorrerão ao pleito, certamente irá prejudicar um posicionamento eleitoral justo, haja vista a poderosa influência que os meios de comunicação exercem sobre a opinião pública.

Baseados nestes princípios, apresentamos esta Emenda, esperando a devida acolhida dos parlamentares desta Casa.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1985. — **Pimenta da Veiga — Djalma Bom — Gastone Righi.**

N.º 25

Substitua-se o § 6.º pelo seguinte:

“§ 6.º Poderão ser transmitidas por emissoras de rádio e televisão debates entre candidatos, desde que possibilitem a participação dos Partidos ou Coligações que concorrem ao pleito.”

Sala das Sessões, 11 de junho de 1985. — **Pimenta da Veiga, Líder do PMDB.**

N.º 26

Dê-se ao **caput** do art. 13 a redação abaixo e acrescente-se-lhe um § 2.º, reenumerando-se o atual parágrafo único em § 1.º

“Art. 13. Os Partidos Políticos em formação, assim considerados para os efeitos desta Lei os que até 15 de julho de 1985 publicarem e encaminharem ao TSE o programa, manifesto e estatutos, observados os princípios estabelecidos no art. 152 da Constituição Federal, estarão habilitados à prática de todos os atos e procedimentos relativos ao seu funcionamento, inclusive os necessários à sua efetiva participação nas eleições de 15 de novembro de 1985.

§ 2.º A prática dos atos e procedimentos referidos no **caput** deste artigo será regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral.”

Sala das Sessões. — **Saulo Queiroz.**

N.º 27

Substitua-se a redação do parágrafo único do art. 13 pela seguinte:

“Parágrafo único. A participação dos Partidos Políticos em formação, nas eleições de 1985, dar-se-á independentemente do registro de seus Estatutos perante o Tribunal Superior Eleitoral.”

Justificação

A proposta visa permitir que os Partidos em formação possam participar das eleições de 1985 sem a obtenção de seu registro, no Egrégio Tribunal Superior Eleitoral.

O registro de um Partido Político deve obedecer a exame criterioso da mais Alta Corte Eleitoral do País, sob pena de se instaurar no País um pluripartidarismo anárquico.

Pelo que dispõe o item IV, do art. 152, da Constituição Federal, o Partido Político adquire personalidade jurídica com o registro de seu Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.



A redação do projeto fala em **registro de estatuto**, como se o Tribunal Superior eleitoral se transformasse num simples Cartório.

Não é isso, **data venia**, o que consagra o dispositivo constitucional.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985. — José Carlos Fonseca — Prisco Viana.

N.º 28

Justificação

O art. 7.º, da Emenda Constitucional n.º 25, de 1985, permitiu, apenas aos partidos políticos em formação, a apresentação de candidatos às eleições de 15 de novembro de 1985. Não pode a lei ordinária, agora, pretender que o registro do Estatuto seja deferido apenas com a presença da maioria absoluta da Comissão Diretora Nacional Provisória, sem as demais formalidades existentes na Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

A Comissão Nacional Provisória é composta de 7 a 11 membros. Permitir-se que 4, 5 ou 6 pessoas aprovem a formação de um Partido Político e obriguem ao Tribunal Superior Eleitoral a registrá-lo, é um absurdo que não pode ficar despercebido. Permitir-se ao Partido em formação, participar das próximas eleições, é uma coisa. Registrá-lo na Justiça Eleitoral é coisa muito diferente.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985. — Marcelo Linhares — Prisco Viana.

N.º 29

Dê-se ao **caput** do art. 14 a seguinte redação:

“Art. 14. Nos Municípios em que não houver Diretório partidário organizado, inclusive nos que foram criados até a data de 15 de maio de 1985, a Convenção para a escolha dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, inclusive para os atos de que tratam o art. 7.º e seus parágrafos, será organizada e dirigida pela Comissão Diretora Municipal Provisória, integrada de 7 (sete) a 11 (onze) membros designados pela Comissão Executiva Nacional, sob a presidência de um deles, indicado no ato da designação.”

Sala das Sessões. — Saulo Queiroz.

N.º 30

Art. 14. **in fine**.

Substitua-se a expressão:

“Comissão Executiva Nacional” pelos termos Comissão Executiva Regional.
(Seguem-se 53 assinaturas.)

Justificação

A Emenda objetiva extirpar do projeto preceito inconstitucional.

Há, entre os órgãos de direção partidária, princípios hierárquicos que, necessariamente, devem ser respeitados, como manda a Lei Maior.

Eis o que fixa a Constituição:

“Art. 152. A organização e o funcionamento dos partidos políticos, de acordo com o disposto neste artigo, serão regulados em lei federal.

§ 1.º Na organização dos partidos políticos serão observados os seguintes princípios:

IV — âmbito nacional, sem prejuízo das funções deliberativas dos órgãos regionais ou municipais.

Então — é a Carta Magna que prescreve — a ação do Partido é **nacional mas sem prejuízo das funções deliberativas dos órgãos regionais ou municipais.**”

Urge, pois, que o órgão partidário Nacional respeite as atribuições do órgão partidário regional, como compete ao órgão partidário regional respeitar as atribuições do órgão partidário Municipal.

Há, entre os três níveis partidários, situação equivalente a da União, em relação aos Estados e a dos Estados em relação aos Municípios, não se sobrepõem. Cada um tem competência horizontal, distinta, independente.

Atribuir à Comissão Executiva Nacional o poder de designar Comissão Executiva Municipal causa prejuízo à função deliberativa da Comissão Executiva Regional. Subverte a hierarquia entre os órgãos partidários.

Afronta a Carta Magna.

A alteração do art. 14 proposta ajusta-se à redação, mansa e pacífica, sagrada e consagrada, vigente na Lei Orgânica dos Partidos Políticos, há cerca de 15 anos. (§ 1.º art. 59).

A Emenda se afina também com a doutrina, como se conclui do ensinamento do Professor Wolgran Junqueira Ferreira que leciona:

“Fixou a Constituição a obrigatoriedade de terem os Partidos ação sobre o território nacional.”



Continua:

“Não exclui-se entretanto, as funções deliberativas dos diretórios locais. Além do diretório nacional constituem ainda órgãos de direção partidária os diretórios municipais e os regionais.”

Arremata:

“Tem eles funções deliberativas próprias no que respeita os seus interesses, não podendo haver intervenção hierárquica dos superiores nos inferiores”... (Elem. de Dir. Const., 1972, vol. 3, pág. 508).

Esta a Justificativa da Emenda que esperamos seja aprovada por ser oportuna e conveniente.

E procura corrigir lapso do Projeto, evitando atentado contra a Lei Suprema. — **Djalma Bessa.**

(Seguem-se 53 assinaturas.)

N.º 31

Dê-se ao inciso III do § 1.º do art. 14 a seguinte redação:

“Art. 14.

§ 1.º

III — os senadores, deputados federais e deputados estaduais com domicílio eleitoral no Município e os vereadores filiados ao Partido.

Sala das Sessões, — **Saulo Queiroz.**

N.º 32

Suprima-se o § 3.º do art. 14 e inclua-se no projeto um art. 15, com a redação abaixo, renumerando-se os demais:

“Art. 15. No caso dos Partidos em formação a convenção para escolha de candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores será organizada pela Comissão Diretora Municipal Provisória e terá a seguinte composição:

I — os membros da Comissão Diretora Municipal Provisória;

II — os vereadores à Câmara Municipal filiados ao Partido ou que tenham encaminhado ao Juízo Eleitoral declaração de apoio ao Estatuto e Programa do Partido em formação;

III — os deputados estaduais, federais e senadores filiados ao Partido ou que tenham encaminhado ao Tribunal Eleitoral declaração de apoio ao

Estatuto e Programa do Partido em formação e que tenham domicílio eleitoral no município;

IV — os membros da Comissão Diretora Regional Provisória com domicílio eleitoral no município.”

Sala das Sessões, — **Saulo Queiroz** — PFL-MS — **José Lourenço.**

N.º 33

Inclua-se onde couber:

O art. 15 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 15. São vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada nem nenhum direito para o beneficiário, os atos que no período compreendido entre 15 de julho de 1985 a 1.º de janeiro de 1986, importarem em nomear, contratar, exonerar ou transferir, designar, readaptar servidor público, regido por estatuto ou CLT ou proceder a quaisquer outras formas de provimento na administração direta e nas autarquias, sociedades de economia mista e empresas públicas dos Estados e Municípios.

§ 1.º

I —

II —

§ 2.º

§ 3.º O atraso, por qualquer motivo da publicação do jornal oficial relativo aos 30 (trinta) dias que antecedem o prazo inicial a que se refere o art. desta lei implica nulidade automática dos atos relativos a pessoal nele inseridos.”

Sala das Sessões, 11 de junho de 1985. — **Nadyr Rossetti**, Líder do PDT.

N.º 34

Dê-se ao art. 19 a seguinte redação:

“Art. 19. São revogados o § 3.º do art. 67 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971, e o art. 250 do Código Eleitoral, Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 1.538, de 14 de abril de 1977.”

Sala das Sessões, 5 de junho de 1985. — **Gastone Righi**, Líder do PTB — **Nadyr Rossetti**, Líder do PDT.



N.º 35

“Art. 20.

§ 2.º O horário gratuito, do qual participarão os candidatos ou representantes credenciados pelos Partidos políticos, será distribuído de forma a assegurar-se a metade do mesmo horário a todos os Partidos que concorrem ao pleito municipal, em igualdade de condições, ficando a outra metade dividida na proporção das respectivas bancadas na Câmara Municipal de Vereadores.”

Justificação

A redação original apresenta defeito de forma, ao colocar no texto a palavra **metade** sem correlação lógica com o restante do período.

Por outro lado, ressalta do mesmo texto que a utilização do horário gratuito ficará ao absoluto critério dos partidos, o que pode acarretar distorções, em prejuízo de certos candidatos, sobretudo daqueles que, no Partido, exercem menor influência.

Para evitar que o Partido político venha a monopolizar o horário, em detrimento da divulgação de programas partidários, propomos a presente Emenda que visa a assegurar a participação tanto dos candidatos, como das pessoas credenciadas pelo Partido, engajadas na campanha do candidato. Com esta redação, garante-se a participação do Partido, que é indispensável, mas, por outro lado, evita-se que exorbite de suas atribuições e oriente a campanha em sentido contrário aos verdadeiros interesses da participação da comunidade municipal.

Plenário da Câmara, 11 de junho de 1985.
— **Alceni Guerra — Cunha Bueno.**

N.º 36

Acrescente-se, onde couber, o seguinte:

“Art. Para concorrer ao pleito municipal regulado nesta lei considera-se de âmbito nacional o Partido Político que:

a) se organizar e apresentar candidatos em, pelo menos, cinco unidades federadas, inclusive territórios;

b) tiver filiados em número não inferior a um por cento dos eleitores de cada Município onde concorrerá.”

Justificação

A conotação do âmbito nacional pode ser configurada pelos critérios legalmente estabelecidos.

Por mais que se pretenda estimular o surgimento de pequenas agremiações políticas, só devem ser admitidas aquelas que demonstrem um mínimo de capacidade de organização e sobrevivência.

Embora o projeto só regule as próximas eleições municipais, será indispensável que os Partidos se ajustem, mesmo minimamente, à exigência do art. 152, V, da Constituição, reformulado pela Emenda Constitucional n.º 25.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1985. —
Aluizio Campos.

(Seguem-se 35 assinaturas.)

N.º 37

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. Ao servidor público, sob regime estatutário ou não, dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios, de empresas públicas e aos empregados de empresas concessionárias de serviços públicos, fica assegurado o direito à percepção de seus vencimentos e vantagens, ou salários, como se em exercício de suas ocupações habituais estivessem, durante o lapso de tempo que mediar entre o registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral e o dia seguinte ao da eleição, mediante simples comunicação de afastamento, para promoção de sua campanha eleitoral.”

Justificação

A Constituição Federal, no seu art. 104, já prevê as condições em que o servidor público federal, estadual ou municipal, pode exercer qualquer tipo de mandato eletivo. Depois de eleito, pode, até, optar pela remuneração de seu cargo, emprego ou função.

E emenda sugerida repete dispositivo incluído na Lei n.º 6.978, de 19 de janeiro de 1982, permitindo ao servidor público, quando candidato nas próximas eleições, o direito à percepção de vencimentos entre o dia do registro da sua candidatura e o da eleição, a fim de assegurar-lhe sustentação durante sua campanha eleitoral.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985.
— **Raul Bernardo — Prisco Viana.**

N.º 38

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. Os Partidos Políticos poderão, através de regimento próprio, es-



estabelecer regras para a seleção prévia de seus candidatos.”

Justificação

Muito tem sido discutido a respeito das prévias, para a escolha de candidatos a cargos eletivos, sem que se tenha trazido para a legislação eleitoral e partidária, dispositivo expresso, nesse sentido.

A proposta visa permitir o estabelecimento de regras para a realização das prévias, no âmbito de cada organização partidária.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985.
— Paulo Guerra.

N.º 39

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

“Art. O Tribunal Superior Eleitoral baixará instruções para o fiel cumprimento desta Lei.”

Justificação

1. O inciso IX, do art. 23, do Código Eleitoral, confere competência privativa ao Egrégio Tribunal Superior Eleitoral para expedir instruções convenientes à sua execução.

2. O parágrafo único, do art. 1.º, do mesmo Código Eleitoral, determina que o Tribunal Superior Eleitoral expeça instruções para a fiel execução do exercício dos direitos políticos de votar e ser votado.

3. Tem sido praxe, entretanto, em leis especiais que estabelecem normas para a realização de eleições, a inclusão de dispositivo expresso, determinando ao TSE baixar instruções para cada uma delas.

4. O inciso IX, do art. 23, do Código Eleitoral, confere competência privativa ao Egrégio Tribunal Superior Eleitoral para expedir instruções convenientes à sua execução.

5. O parágrafo único, do art. 1.º, do mesmo Código Eleitoral, determina que o Tribunal Superior Eleitoral, expeça instruções para a fiel execução do exercício dos direitos políticos de votar e ser votado.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985.
— Raul Bernardo — Prisco Vianna.

N.º 40

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. Os Partidos Políticos poderão registrar, isoladamente, candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

Parágrafo único. O voto será dado em cédula única, devendo o eleitor votar, separadamente, para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.”

Justificação

Não existindo mais a vinculação de votos, há necessidade de norma expressa que discipline a forma de registro de candidatos.

Deve haver inteira liberdade, tanto para o registro do candidato, quanto para o voto do eleitor.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1985.
— Afrísio Vieira Lima.

N.º 41

Inclua-se onde couber:

“Art. A apuração dos votos, na eleição municipal de 15 de novembro do corrente ano, far-se-á, imediatamente, após o encerramento do prazo para término da votação, pelas mesas receptoras, nas Capitais.”

Sala das Sessões, 11 de junho de 1985.
— Gerson Peres — (Seguem-se 60 assinaturas.)

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

I — Relatório

Ao projeto foram apresentadas 41 emendas.

Face à magnitude da matéria e a urgência a ela atribuída entendemos que as proposições deveriam ser amplamente debatidas por este órgão técnico.

O nosso voto referente a cada emenda seguinte:

Emenda n.º 1 — pela aprovação, na forma da subemenda substitutiva que apresentamos.

Emenda n.º 2 — pela rejeição.

Emenda n.º 3 — pela aprovação, na forma de subemenda substitutiva que apresentamos.

Emenda n.º 4 — pela rejeição.

Emenda n.º 5 — pela rejeição.

Emenda n.º 6 — pela aprovação, na forma de subemenda que apresentamos.

Emenda n.º 7 — pela aprovação.

Emenda n.º 8 — pela prejudicialidade.

Emenda n.º 9 — pela prejudicialidade.

Emenda n.º 10 — pela prejudicialidade.

Emenda n.º 11 — pela rejeição.



- Emenda n.º 12 — pela rejeição.
Emenda n.º 13 — pela rejeição.
Emenda n.º 14 — pela rejeição.
Emenda n.º 15 — pela aprovação, na forma de subemenda, ao art. 14, rejeitando-se o art. 9.º proposto pela emenda.
Emenda n.º 16 — pela prejudicialidade.
Emenda n.º 17 — pela prejudicialidade.
Emenda n.º 18 — pela aprovação, na forma de subemendas.
Emenda n.º 19 — pela prejudicialidade.
Emenda n.º 20 — pela prejudicialidade.
Emenda n.º 21 — pela prejudicialidade.
Emenda n.º 22 — pela prejudicialidade.
Emenda n.º 23 — pela prejudicialidade.
Emenda n.º 24 — pela prejudicialidade.
Emenda n.º 25 — pela prejudicialidade.
Emenda n.º 26 — pela aprovação, com subemendas.
Emenda n.º 27 — pela prejudicialidade.
Emenda n.º 28 — pela prejudicialidade.
Emenda n.º 29 — pela prejudicialidade.
Emenda n.º 30 — pela prejudicialidade.
Emenda n.º 31 — pela aprovação.
Emenda n.º 32 — pela aprovação.
Emenda n.º 33 — pela rejeição.
Emenda n.º 34 — pela rejeição.
Emenda n.º 35 — pela prejudicialidade.
Emenda n.º 36 — pela prejudicialidade.
Emenda n.º 37 — pela rejeição.
Emenda n.º 38 — pela rejeição.
Emenda n.º 39 — pela rejeição.
Emenda n.º 40 — pela rejeição.
Emenda n.º 41 — pela aprovação.

Finalmente, esclareço que a falta de justificativa do voto a cada emenda se deve ao fato de trazer à Comissão a proposta do debate direto sobre as proposições.

II — Voto do Relator

Pelo exposto, concluímos pela constitucionalidade das emendas, e, no mérito, pela aprovação das emendas n.ºs 7, 31, 32 e 41; pela aprovação, com subemendas, das emendas n.ºs 1, 3, 6, 15, 18 e 26; pela rejeição das emendas n.ºs 2, 4, 5, 11, 12, 13, 14, 33, 34, 37, 38, 39 e 40; pela prejudicialidade das emendas n.ºs 8, 9, 10, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 35 e 36.

Sala da Comissão, 12 de junho de 1985. — **Mário Assad**, Relator.

III — Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião plenária realizada hoje, ao apreciar as Emendas oferecidas em plenário ao Projeto de Lei n.º 5.684/85, opinou, por maioria, pela constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação das emendas n.ºs 7, 31, 32, e 41; pela aprovação, com subemendas, das emendas n.ºs 1, 3, 6, 15, 18 e 26; pela rejeição das emendas n.ºs 2, 4, 5, 11, 12, 13, 14, 33, 34, 37, 38, 39 e 40; pela prejudicialidade das emendas n.ºs 8, 9, 10, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 35 e 36, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Aluizio Campos — Presidente, Joacil Pereira — Vice-Presidente, Arnaldo Maciel, Brabo de Carvalho, João Gilberto, Raimundo Leite, Theodoro Mendes, Valmor Giavarina, Afrísio Vieira Lima, Armando Pinheiro, Bonifácio de Andrada, Gerson Peres, Hamilton Xavier, Guido Moesch, Jorge Arbage, Osvaldo Melo, Celso Barros, Otávio Cesário, Rondon Pacheco, Antônio Dias, Jairo Magalhães, Mário Assad, Natal Gale, Nilson Gibson, Francisco Amaral, Fernando Gomes, Matheus Schmidt, José Mendonça de Moraes e Darcílio Ayres.

Sala da Comissão, 12 de junho de 1985. — **Aluizio Campos**, Presidente — **Mário Assad**, Relator.

SUBEMENDAS ADOTADAS PELA COMISSÃO A EMENDA N.º 1 DE PLENÁRIO

Substitua-se no art. 4.º do projeto a expressão:

“... dentro de quatro meses anteriores à data das eleições...”

pela seguinte:

“... “a partir de 15 de julho de 1985...”

Sala da Comissão, 12 de junho de 1985. — **Aluizio Campos**, Presidente — **Mário Assad**, Relator.

A EMENDA N.º 3 DE PLENÁRIO

Dê-se ao **caput** do art. 5.º do projeto a seguinte redação:

“Constituirão a Convenção Municipal partidária para escolha, por voto direto e secreto, dos candidatos.”

Sala da Comissão, 12 de junho de 1985. — **Aluizio Campos**, Presidente — **Mário Assad**, Relator.



A EMENDA N.º 6 DE PLENÁRIO

Alterem-se a redação da alínea a do art. 5.º do projeto, o § 2.º do art. 7.º, suprimindo-se o § 4.º.

“Art. 5.º

a) nos municípios com menos de um milhão de habitantes, segundo o censo de 1980;”

“Art. 7.º

§ 2.º A decisão de coligar-se será adotada por maioria absoluta de votos, pelo Diretório Municipal ou Comissão Diretora Municipal Provisória, e, no caso dos Municípios com mais de um milhão de habitantes, segundo o censo de 1980, pelo Diretório Regional ou Comissão Diretora Regional Provisória, em ambas as situações até 10 (dez) dias antes da respectiva convenção e ratificada por esta.”

Sala da Comissão, 12 de junho de 1985. —
Aluizio Campos, Presidente — **Mário Assad**, Relator.

A EMENDA N.º 15 DE PLENÁRIO

Dê-se ao art. 14 do projeto, mantendo-se os demais parágrafos previstos para o artigo na Emenda n.º 15, excluindo-se o art. 9.º, a seguinte redação:

“Art. 14. Nos Municípios em que não houver diretório partidário organizado, inclusive nos que foram criados até a data de 15 de maio de 1985, a Convenção para a escolha dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores será organizada e dirigida pela Comissão Diretora Municipal Provisória, integrada de 7 (sete) a 11 (onze) membros designados pela Comissão Executiva Regional, sob a presidência de um deles, indicado no ato da designação.”

Sala da Comissão, 12 de junho de 1985. —
Aluizio Campos, Presidente — **Mário Assad**, Relator.

A EMENDA N.º 18 DE PLENÁRIO

Dê-se ao § 2.º do art. 10 do projeto a seguinte redação e inclua-se o § 7.º:

“Art. 10.

§ 2.º O horário gratuito a ser utilizado pelos candidatos ou representantes credenciados pelos partidos será distribuído metade de forma igual entre todos os Partidos que concorrem ao pleito e metade na proporção das bancadas existentes na Câmara de Vereadores.

§ 7.º As emissoras de TV e de radiotransmissão, no prazo deste artigo, não poderão fazer propaganda, direta ou indiretamente, para qualquer candidato de Partido, sob pena de suspensão, por 10 (dez) dias, de suas atividades.”

Sala da Comissão, 12 de junho de 1985. —
Aluizio Campos, Presidente — **Mário Assad**, Relator.

A EMENDA N.º 26 DE PLENÁRIO

Dê-se a seguinte ao artigo do projeto:

“Art. 13. Os Partidos Políticos em formação, assim considerados para os efeitos desta lei os que até 15 de julho de 1985 publicarem e encaminharem ao TSE o programa, manifesto e estatutos, observados os princípios estabelecidos no art. 152 da Constituição Federal, estarão habilitados à prática de todos os atos e procedimentos relativos ao seu funcionamento, especialmente os necessários à sua efetiva participação nas eleições de que trata a presente lei.

§ 1.º O Estatuto de Partido Político em formação terá o registro a que se refere o inciso IV do art. 152 da Constituição Federal, desde que tenha sido aprovado pela maioria absoluta da Comissão Diretora Nacional Provisória.

§ 2.º Considera-se de âmbito nacional o Partido Político organizado ou que tiver constituído Comissões Diretoras Regionais Provisórias em pelo menos 5 (cinco) unidades federadas.”

Sala da Comissão, 12 de junho de 1985. —
Aluizio Campos, Presidente — **Mário Assad**, Relator.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº. 5 684-A, de 1985

Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto, e dá outras providências.

RESULTADO DA VOTAÇÃO

APROVADOS :

- a) o projeto;(ressalvados os destaques); ✓
- b) as emendas de plenário n. 7, 22, 31, 32, 33 e 37; ✓
- c) as subemendas da Comissão de Constituição e Justiça às emendas de plenário ns. 1, 3, 6 e 26 (sòmente o § 2º do art. 13); ✓

REJEITADOS:

- a) a expressão "de livre utilização a critério dos Partidos" constante do § 2º do art. 10 do projeto; ✓
- b) O § 3º do art. 10 do projeto; ✓
- c) os §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 12 do projeto; ✓
- d) as emendas de plenário ns. 2, 4, 5, 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 21, 24, 26, 34, 38, 39, 40 e 41; ✓
- e) as subemendas da Comissão de Constituição e Justiça às emendas de plenário ns. 15, 18 e 26; ✓

PREJUDICADAS:

- a) as emendas de plenário ns. 1, 3, 8, 9, 10, 17, 19, 20, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 35 e 36. ✓

A REDAÇÃO FINAL.

Em 13 de junho de 1985.

Paulo Affonso Martins de Oliveira
Paulo Affonso Martins de Oliveira
Secretário-Geral da Mesa



CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 5684 DE 1985

Auto. Em 13.6.85
[Assinatura]

(REQUERIMENTO DE VOTAÇÃO NOMINAL)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE.

Requeiro, na forma do art. 178 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, VOTAÇÃO NOMINAL para o Projeto de Lei nº 5684, de 1985 que "estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento e eleitoral e o voto do analfabeto, e dá outras providências".

Sala das Sessões, junho de 1985.

[Assinatura]
PMDB
[Assinatura]
PFL


[Assinatura]
Deputado GASTONE RIGHI
Líder do PTB
[Assinatura]
Deputado PRISCO VIANA
Líder do PDS
[Assinatura]
Deputado NADYR ROSSETI
Líder do PDT



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Rejeitado
e perido*

*a
destacado
em 13.6.85*



Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro DES
TAQUE para a expressão "de livre utilização a critério dos Parti-
dos", constante do parágrafo 2º do artigo 10 do Projeto de Lei nº
5.684 que "Estabelece normas para a realização de eleições em
1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto
e dá outras providências."

Sala das sessões, em 11 de junho de 1985.


PIMENTA DA VEIGA
Líder do PMDB





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 5684 DE 1985

(REQUERIMENTO DE DESTAQUE)

*Requerimento de destaque
parágrafo em
destaque
13.6.85*



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE.

Requeiro, na forma regimental, DESTAQUE para votação em separado do § 3º do art. 10 do Projeto de Lei nº 5684, de 1985, que "estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto, e dá outras providências".

Sala das Sessões, junho de 1985.

Gastone Righi
Deputado GASTONE RIGHI

Líder do PTB

Nadyr Rosseti
Deputado NADYR ROSSETI

Líder do PDT

Deputado PRISCO VIANA

Líder do PDS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

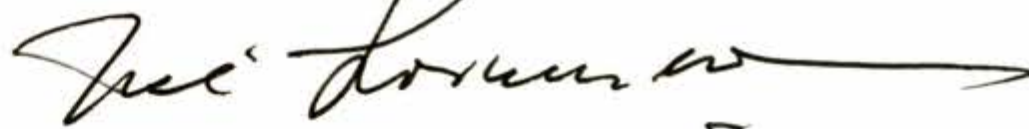


Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro DES
TAQUE para o parágrafo 3º do artigo 10 do Projeto de Lei nº 5.684
que "Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dis-
põe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto, e dá
outras providências."

Sala das sessões, em 11 de junho de 1985.


PIMENTA DA VEIGA
Líder do PMDB





CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 5.684 DE 1985,

(REQUERIMENTO DE DESTAQUE)

*Rejeitados os
parágrafos 13.6.85
SS*

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE.

Requeiro, na forma regimental, DESTAQUE para votação dos §§ 2º a 5º do art 12 do Projeto de Lei que "Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto, e dá outras providências".

Sala das Sessões, 5 de junho de 1985.

G. Righi

Deputado GASTONE RIGHI

Líder do PTB

Rosetti

Deputado NADYR ROSSETTI

Líder do PDT

Assinatura manuscrita



Seu Presidente

Por seus registros
requiro destaque para votos
em separado dos parágrafos 2º
3º, 4º e 5º do art 12 do Propto.

S. Lucas,
Miguelina

13.06.85



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Retirado do
texto que. Em 13.6.85*



Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, DES
TAQUE para as expressões "**anotação e arquivo**" constantes do art.
13 do Projeto de Lei nº 5.684/85.

Sala das sessões, em 13 de junho de 1985.

[Assinatura manuscrita]
PIMENTA DA VEIGA
Líder do PMDB

[Assinatura manuscrita]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Inta. a matéria
desta ordem. Em 13.6.85*

Senhor Presidente:



Requeremos, nos termos regimentais, DES
TAQUE para votação da Emenda nº 7 ao Projeto de Lei nº 5.684/85.

Sala das sessões em 13 de junho de 1985.

JOSÉ LOURENÇO
Líder do PFL

PIMENTA DA VEIGA
Líder do PMDB



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Rejeitada
emenda
em 13.6.85*

destacado

COORD. DAS COMISSÕES
PERMANENTES
CD-CO

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para a votação da emenda nº 13, de plenário, oferecida ao Proj. de Lei nº 5.684/85, que obteve parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, 13 de junho de 1985.

Deputado GASTONE RIGHI
Líder do PTB




CÂMARA DOS DEPUTADOS

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

*Rejeitada
emenda
por Sr. 13.6.85.*

*a
destacar*



Venho, pelo presente, requerer de V. Exa., des-
taque para a votação da Emenda de minha autoria, apresenta-
da ao Projeto de Lei nº 5.684, de 1985, que se encontra na
Ordem do Dia para votação nesta data. *(Emenda nº 16)*

Nestes Termos

Peço Deferimento.

Deputado DOMINGOS LEONELI

PMDB/BA



CÂMARA DOS DEPUTADOS


*Rejeita do
art. 10 do
art. 13.6.85.*



Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, DES-
TAQUE para votação do § 2º do artigo 10 constante da Subemenda à
Emenda 18.

Sala das sessões, em 13 de junho de 1985.


PIMENTA DA VEIGA
Líder do PMDB

2. [Assinatura]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Rejeitada a emenda
destacada em 13.6.85.*



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para a votação da emenda nº 21, de plenário, oferecida ao Proj. de Lei nº 5.684/85, que obteve parecer pela prejudicialidade da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, 13 de junho de 1985.

Deputado GASTONE RIGHI
Líder do PTB



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Anexo o parágrafo
destacado
Em 13.6.85.




Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, DES
TAQUE para votação do parágrafo 2º do artigo 13 constante da Sub-
emenda da Emenda nº 26 do Projeto de Lei nº 5.684/85.

Sala das sessões, em 13 de junho de 1985.


PIMENTA DA VEIGA
Líder do PMDB


PFL.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sr. Presidente,

Anula a emenda
destacada. Em 13.6.85.



Requero destaque para votação em separado,
da emenda nº 22 ao projeto de lei
5.648/85

João Siqueira - João Agripino



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Trata a emenda 13.6.85
destacada. Em



Sr. Presidente,

De acordo com o § 3º do art. 140 do
Regimento Interno,

Requeiro, respeitosamente, destaque
para a emenda Nº 33

Fala os Senhores, 13/6/85

Deputado Jerson

Pereira



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados

*Emenda ao Destaque
13.6.85*



Na forma regimental, requero destaque, para votação em separado, pelo processo nominal, da Emenda nº 37, oferecida, em Plenário, ao Projeto de Lei nº 5684, de 1985, que estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral, o voto do analfabeto e dá outras providências.

Sala das Sessões, 13 de junho de 1985

Prisco Viana

Deputado PRISCO VIANA

Líder do PDS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados

*Requerer a
emenda ao
destaque da
Lei, 3.6.85*



Na forma regimental, requero destaque, para votação em separado, pelo processo nominal, da Emenda nº 39, oferecida, em Plenário, ao Projeto de Lei nº 5684, de 1985, que estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral, o voto do analfabeto e dá outras providências.

Sala das Sessões, 13 de junho de 1985

Prisco Viana
Deputado PRISCO VIANA
Líder do PDS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados

*Resutado da
sua emenda
destacada
em 13.6.85*



Na forma regimental, requero destaque, para votação em separado, ~~pelo processo nominal~~, da Emenda nº 40, oferecida, em Plenário, ao Projeto de Lei nº 5684, de 1985, que estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral, o voto do analfabeto e dá outras providências.

Sala das Sessões, 13 de junho de 1985

Prisco Viana
Deputado PRISCO VIANA
Líder do PDS



CÂMARA DOS DEPUTADOS


*Rejeitada a emenda
destacada. Em 13.6.85*


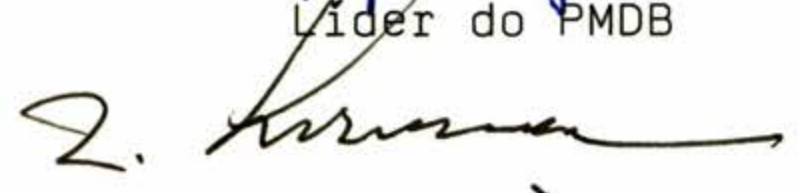


Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos regimentais,
DESTAQUE para votação da Emenda nº 41 ao Projeto de Lei 5.684/85.

Sala das sessões em 13 de junho de 1985.


JOSÉ LOURENÇO
Líder do PFL


PIMENTA DA VEIGA
Líder do PMDB


Encaminha-se a discussão, com
emendas, volta à Comissão
Em 11.6.85.

[Handwritten signature]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 5.684, de 1985

(Do Sr. Pimenta da Veiga)

Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto, e dá outras providências.

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º No dia 15 de novembro de 1985 serão realizadas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito nos seguintes Municípios:

- I — Capitais de Estados e Territórios;
- II — Estâncias Hidrominerais;
- III — Considerados do interesse da Segurança Nacional;
- IV — Municípios de Territórios;
- V — Descaracterizados do interesse da Segurança Nacional a partir de 1.º de dezembro de 1984.

Art. 2.º Na mesma data serão realizadas eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores nos Municípios criados pelos Estados até 15 de maio de 1985.

Art. 3.º Nas eleições previstas nos dois artigos anteriores será aplicada a legislação eleitoral vigente, ressalvadas as regras especiais previstas nesta Lei.

Art. 4.º As Convenções Municipais Partidárias destinadas à escolha dos candidatos deverão ser realizadas dentro dos quatro meses anteriores à data das eleições e o requerimento de registro dar entrada no Cartório Eleitoral até as dezoito horas no

nonagésimo dia anterior à data marcada para a eleição.

Art. 5.º A Convenção Municipal Partidária para escolha, por voto direto e secreto, dos candidatos atenderá regulamentação da respectiva Comissão Executiva do Diretório Nacional e a constituirão:

a) Nos Municípios com menos de um milhão de habitantes:

- I — os membros do Diretório Municipal;
- II — os Vereadores, Deputados e Senadores com domicílio eleitoral no Município;
- III — os membros do Diretório Regional com domicílio eleitoral no Município, na data em que foram eleitos;

IV — os delegados do Município à Convenção Regional;

V — 2 (dois) representantes de cada Diretório Distrital organizado;

VI — 1 (um) representante de cada departamento existente.

b) Nos Municípios com mais de um milhão de habitantes:

I — os membros dos Diretórios de unidades administrativas ou zonas eleitorais;

II — os Vereadores, Deputados e Senadores com domicílio eleitoral no Município;

III — os membros do Diretório Regional com domicílio eleitoral no Município, na data em que foram eleitos;

IV — os Delegados dos Diretórios de unidades administrativas ou zonas eleitorais.

Parágrafo único. Nas convenções previstas neste artigo haverá a presença de Observador da Justiça Eleitoral nos termos da legislação vigente.

Art. 6.º Nas eleições reguladas por esta Lei os Partidos Políticos não poderão registrar candidatos em sublegendas.

Art. 7.º Os Partidos poderão coligar-se e organizar chapas conjuntas de Prefeito e Vice-Prefeito.

§ 1.º Nas chapas de Coligação poderão ser inscritos candidatos filiados a qualquer um dos partidos integrantes da mesma.

§ 2.º A decisão de coligar-se com outro Partido será adotada, por maioria absoluta de votos, pelo Diretório Municipal e no caso dos Municípios com mais de um milhão de habitantes pelo Diretório Regional, e em ambas as situações até 10 (dez) dias antes da respectiva convenção e ratificada por esta.

§ 3.º Na hipótese em que o Diretório não estiver com sua composição completa, por renúncia, morte ou desligamento, a maioria absoluta será calculada levando-se em conta o número de membros remanescentes.

§ 4.º A Comissão Executiva do Diretório Nacional, ao regulamentar as Convenções Municipais Partidárias fa-lo-á também em relação às decisões sobre coligações.

§ 5.º A Coligação Partidária adotará denominação própria e o registro de seus candidatos será encaminhado pelos Presidentes dos Partidos coligados.

§ 6.º À Coligação serão assegurados os direitos que a lei concede aos Partidos Políticos, no que se refere ao processo eleitoral.

§ 7.º Cada Partido poderá usar sua própria legenda sob a denominação da Coligação.

Art. 8.º O prazo de domicílio eleitoral no respectivo Município para as eleições previstas nesta Lei é de cinco meses.

Art. 9.º Cada candidato deverá estar filiado ao Partido pelo qual vai concorrer até 15 de julho de 1985.

Art. 10. Nas eleições previstas nesta Lei as emissoras de rádio e televisão, inclusive as de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios, reservarão para a propaganda eleitoral gratuita pelos Partidos Políticos 60 (sessenta) espaços de 1 (uma)

hora diária nos 60 (sessenta) dias que antecedem a antevéspera do pleito, sendo pelo menos meia hora à noite, entre vinte e vinte e duas horas.

§ 1.º O disposto neste Artigo atingirá as emissoras que gerem imagem ou som a partir do Município onde se realiza a eleição e, no caso das Capitais de Estado, também as emissoras de alcance regional com geração em Município da respectiva Região Metropolitana.

§ 2.º O horário gratuito, de livre utilização a critério dos partidos, será distribuído metade de forma igual entre todos os Partidos que concorrem no pleito e metade na proporção das bancadas existentes na Câmara de Vereadores.

§ 3.º O horário não utilizado por qualquer Partido será redistribuído aos demais, vedada cessão ou transferência.

§ 4.º A Justiça Eleitoral local poderá acolher qualquer critério que tenha sido aprovado por todos os Partidos Políticos e as emissoras.

§ 5.º O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o horário gratuito de propaganda eleitoral e a Justiça Eleitoral fiscalizará a sua execução.

§ 6.º Poderão ser transmitidos por emissoras de rádio e televisão debates entre candidatos, desde que resguardada a participação de todos os Partidos ou Coligações que concorrem ao pleito.

Art. 11. As emissoras de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar gratuitamente comunicações ou instruções da Justiça Eleitoral, até o máximo de 15 (quinze) minutos diários, consecutivos ou não, nos 30 (trinta) dias anteriores ao pleito.

Art. 12. As eleições serão realizadas pelo sufrágio universal e voto direto e secreto.

§ 1.º O candidato a vice-prefeito será considerado eleito com o candidato a prefeito em cuja chapa estiver registrado.

§ 2.º Será considerado eleito o candidato a Prefeito que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos.

§ 3.º Caso nenhum candidato obtenha a maioria absoluta, será repetida a eleição no dia 1.º de dezembro, concorrendo ao segundo turno apenas os dois candidatos mais votados no primeiro e considerando-se eleito o que obtiver maior votação.



§ 4.º Havendo morte, renúncia ou impedimento de candidato entre os dois turnos a substituição far-se-á pela respectiva Comissão Executiva do Partido.

§ 5.º O candidato que obtiver a segunda colocação no primeiro turno e o Partido ou Coligação que o registrou poderão comunicar à Justiça Eleitoral a desistência de concorrer ao segundo turno, caso em que será proclamado eleito o mais votado.

Art. 13 Os Partidos Políticos em formação, assim considerados para os efeitos desta lei os que até 15 de julho de 1985, publicarem e encaminharem ao TSE para anotação e arquivo, o programa, manifesto e estatutos, observados os princípios estabelecidos no art. 152 da Constituição Federal, estarão habilitados à prática de todos os atos e procedimentos relativos ao seu funcionamento, inclusive os necessários à sua efetiva participação nas eleições de que trata a presente lei.

Parágrafo único. O registro do estatuto de Partido Político em formação, referido pelo inciso IV do art. 152 da Constituição Federal, será deferido para efeito das eleições de 1985, desde que tenha sido aprovado pela maioria absoluta da respectiva Comissão Diretora Nacional Provisória.

Art. 14. Nos Municípios em que não houver Diretório partidário organizado, inclusive nos que foram criados até a data de 15 de maio de 1985, a Convenção para a escolha dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, será organizada e dirigida pela Comissão Diretora Municipal Provisória, integrada de 7 (sete) a 11 (onze) membros designados pela Comissão Executiva Nacional, sob a presidência de um deles, indicado no ato da designação.

§ 1.º A Convenção a que se refere este artigo terá a seguinte composição :

I — os membros da Comissão Diretora Municipal Provisória;

II — os eleitores inscritos no Município e filiados ao Partido até 8 (oito) dias antes da Convenção;

III — os senadores, deputados federais e deputados estaduais com domicílio eleitoral no Município.

§ 2.º A Justiça Eleitoral divulgará, por edital, a relação nominal dos eleitores filiados a cada Partido, aptos a participarem da Convenção.

§ 3.º No caso dos Partidos em formação as funções referidas no **caput** deste artigo

serão exercidas pelas Comissões Diretoras Municipais já designadas ou que venham a ser designadas.

Art. 15. São vedados e considerados nulos de pleno direito os atos que, no período compreendido entre 15 de julho de 1985 e 1.º de janeiro de 1986, importarem transferir, contratar, designar, readaptar funcionários ou proceder a quaisquer outras formas de provimento nos quadros da administração direta e indireta, empresas públicas e sociedades de economia mista dos Estados e Municípios.

§ 1.º Excluem-se do disposto neste artigo:

I — nomeação de aprovados em concurso público, homologado até 15 de agosto de 1985;

II — nomeação para cargos em comissão e da magistratura, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.

§ 2.º O ato de nomeação deverá ser fundamentado quando da sua publicação no respectivo órgão oficial.

Art. 16. O alistamento eleitoral passa a ser feito dispensando-se a formalidade do próprio alistando datar o respectivo requerimento e quando não souber assinar o nome, aporá a impressão digital de seu polegar direito no requerimento e na folha de votação.

Parágrafo único. O mesmo sistema será utilizado no dia da votação para o eleitor que não souber assinar o nome.

Art. 17. As cédulas oficiais para as eleições previstas nesta lei, serão confeccionadas e distribuídas exclusivamente pela Justiça Eleitoral, atenderão aos demais requisitos do Código Eleitoral e permitirão ao eleitor, sem a necessidade de leitura de nomes, identificar e assinalar os seus candidatos nas eleições majoritárias e a legenda de sua preferência nas eleições proporcionais.

Art. 18. São revogados os arts. 4.º, 5.º, 6.º e 7.º da Lei n.º 6.989, de 15 de maio de 1982, restabelecendo-se a redação anterior dos arts. 145, 175, 176 e 177 do Código Eleitoral, Lei n.º 4.737, a respeito do voto de legenda.

Art. 19. É revogado o § 3.º do art. 67 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971, e suspensa a aplicação do art. 250 da Lei n.º 4.737, Código Eleitoral, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 1.538.



Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente Projeto de Lei originou-se dos estudos da Comissão Interpartidária. Em face da promulgação da Emenda Constitucional n.º 25 foram marcadas eleições municipais em 15 de novembro deste ano nos municípios anteriormente com autonomia restringida. E era necessário regulá-las.

O presente Projeto, em geral:

— Regula aspectos das eleições de forma especial, rementendo o demais para a legislação vigente.

— Fixa o prazo das convenções dentro dos quatro meses anteriores ao pleito e o registro até o nonagésimo dia; o prazo menor é justificado para que partidos possam realizar antes dele as suas convenções de eleição de primeiros diretórios ou renovações de diretórios municipais.

— O sistema de convenções ficou o da lei atual, ampliado nos municípios com zonais (mais de um milhão de habitantes) pela participação de todos os membros dos Diretórios de Zonas. Também acrescentou-se a presença de membro do Diretório Regional com domicílio no município, entre os convencionais. A manutenção da regra legal não inibe que partidos políticos decidam internamente realizar prévias.

— Não haverão sublegendas nas eleições de Prefeito.

Regulam-se as coligações que atingirão as eleições majoritárias. Cria-se um rito para a aprovação da Coligação e seu funcionamento.

— O domicílio eleitoral será de cinco meses e o prazo de filiação até 15 de julho de 1985.

— Foi regulado o acesso ao rádio e à televisão através de 60 (sessenta) programas gratuitos realizados nos 60 (sessenta) dias anteriores à antevéspera do pleito e outras disposições sobre o assunto de forma a viabilizar a correta e justa utilização da propaganda eleitoral gratuita.

— Garante a escolha de candidatos em municípios onde os partidos não tenham diretórios organizados e até a participação das

Comissões Provisórias no processo, assegurando aos novos partidos sua presença na disputa eleitoral.

— Regula o alistamento e o voto do analfabeto. Quanto ao voto o faz de forma flexível permitindo ao Tribunal Superior Eleitoral a preferência sobre um de vários sistemas adaptáveis à regra geral proposta.

— Revoga definitivamente o dispositivo que impunha um prazo de dois anos para quem trocar de Partido vir a ser candidato pela sua nova agremiação.

Consideramos este Projeto mais uma etapa do processo de criação de instituições saudáveis no País.

Sala das Sessões, 4 de junho de 1985. —
Pimenta da Veiga — Prisco Viana — Djalma Bom — Gastone Righi (ressalvando oposição aos §§ 2.º a 5.º do art. 12, para votar em separado) — **Nadyr Rossetti — José Lourenço.**

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO II

Da Declaração de Direitos

CAPÍTULO III

Dos Partidos Políticos

Art. 152. A organização e o funcionamento dos partidos políticos, de acordo com o disposto neste artigo, serão regulados em lei federal.

§ 1.º Na organização dos partidos políticos serão observados os seguintes princípios:

I — regime representativo e democrático, baseado na pluralidade dos partidos e garantia dos direitos humanos fundamentais;

II — personalidade jurídica, mediante registro dos estatutos;

III — inexistência de vínculo, de qualquer natureza, com a ação de governos, entidades ou partidos estrangeiros;

IV — âmbito nacional, sem prejuízo das funções deliberativas dos órgãos regionais ou municipais.

§ 2.º O funcionamento dos partidos políticos deverá atender às seguintes exigências:

I — filiação ao partido de, pelo menos, 10% (dez por cento) de representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que tenham, como fundadores, assinado seus atos constitutivos; ou

II — apoio, expresso em votos, de 5% (cinco por cento) do eleitorado, que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos, pelo menos, por nove Estados, com o mínimo de 3% (três por cento) em cada um deles;

III — atuação permanente, dentro do programa aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral;

IV — disciplina partidária;

V — fiscalização financeira.

§ 3.º Não terá direito a representação o partido que obtiver votações inferiores aos percentuais fixados no item II do parágrafo anterior, hipótese em que serão consideradas nulas.

§ 4.º A extinção dos partidos políticos dar-se-á na forma e nos casos estabelecidos em lei.

§ 5.º Perderá mandato no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais quem, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o partido sob cuja legenda foi eleito, salvo se para participar, como fundador, da constituição de novo partido.

§ 6.º A perda do mandato, nos casos previstos no parágrafo anterior, será decretada pela Justiça Eleitoral, mediante representação do partido, assegurado o direito de ampla defesa.

CÓDIGO ELEITORAL

(Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965)

Institui o Código Eleitoral.

PARTE QUARTA

Das eleições

TÍTULO IV

Da votação

CAPÍTULO III

Do início da votação

Art. 145. O presidente, mesários, secretários, suplentes e os delegados e fiscais de partido votarão perante as mesas em que servirem, sendo que os delegados e fiscais, desde que a credencial esteja visada na forma do art. 131, § 3.º, quando eleitores de outras seções, seus votos serão tomados em separado.

Parágrafo único. Com as cautelas constantes do art. 147, § 2.º, poderão ainda votar fora da respectiva seção:

I — o juiz eleitoral, em qualquer seção da zona sob sua jurisdição salvo em eleições municipais, nas quais poderá votar em qualquer seção do Município em que for eleitor;

II — o presidente da República, o qual poderá votar em qualquer seção eleitoral do País, nas eleições presidenciais; em qualquer seção do Estado em que for eleitor nas eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual; em qualquer seção do Município em que estiver inscrito, nas eleições para prefeito, vice-prefeito e vereador;

III — os candidatos à presidência da República, em qualquer seção eleitoral do País, nas eleições presidenciais, e, em qualquer seção do Estado em que forem eleitores, nas eleições de âmbito estadual;

IV — os governadores, vice-governadores, senadores, deputados federais, estaduais, em qualquer seção do Estado, nas eleições de âmbito nacional e estadual; em qualquer seção do Município de que sejam eleitores, nas eleições municipais;

V — os candidatos a governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual, em qualquer seção do Estado de que sejam eleitores, nas eleições de âmbito nacional e estadual;

VI — os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, em qualquer seção de Município que representarem, desde que eleitores do Estado, sendo que, no caso de eleições municipais, nelas somente poderão votar se inscritos no Município;

VII — os candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador, em qualquer seção de Município, desde que dele sejam eleitores;

VIII — os militares, removidos ou transferidos dentro do período de 6 (seis) meses antes do pleito, poderão votar nas eleições



para presidente e vice-presidente da República na localidade em que estiverem servindo.



TÍTULO V

Da apuração

CAPÍTULO II

Da apuração nas Juntas

SEÇÃO IV

Da contagem dos votos

Lote: 61
PL N° 5684/1985
153

Caixa: 171

§ 3.º Serão nulos, para todos os efeitos, os votos dados a candidatos inelegíveis ou não registrados.

Art. 176. Contar-se-á o voto apenas para a legenda, nas eleições pelo sistema proporcional:

I — se o eleitor escrever o nome de mais de um candidato do mesmo partido;

II — se o eleitor, escrevendo apenas os números, indicar mais de um candidato do mesmo partido;

III — se o eleitor não indicar o candidato através do nome ou do número com clareza suficiente para distingui-lo de outro candidato do mesmo partido;

IV — se o eleitor, indicando a legenda, escrever o nome ou o número de candidato de outro partido.

Art. 177. Na contagem dos votos para as eleições realizadas pelo sistema proporcional observar-se-ão, ainda, as seguintes normas:

I — a inversão, omissão ou erro de grafia do nome ou prenome não invalidará o voto desde que seja possível a identificação do candidato;

II — se o eleitor escrever o nome de um candidato e o número correspondente a outro da mesma legenda ou não, contar-se-á o voto para o candidato cujo nome foi escrito bem como para a legenda a que pertence salvo se ocorrer a hipótese prevista no n.º V do artigo anterior;

III — se o eleitor escrever o nome ou o número de um candidato a deputado federal na parte da cédula referente a deputado estadual ou vice-versa, o voto será contado para o candidato cujo nome ou número foi escrito;

IV — se o eleitor escrever o nome ou o número de candidatos em espaço da cédula que não seja o correspondente ao cargo para o qual o candidato foi registrado, seu voto computado para o candidato e respectiva legenda, conforme o registro.

PARTE QUINTA

Disposições várias

TÍTULO II

Da propaganda partidária

Art. 175. Serão nulas as cédulas:

I — que não corresponderem ao modelo oficial;

II — que não estiverem devidamente autenticadas;

III — que contiverem expressões, frases ou sinais que possam identificar o voto.

§ 1.º Serão nulos os votos, em cada eleição majoritária:

I — quando forem assinalados os nomes de dois ou mais candidatos para o mesmo cargo;

II — quando a assinalação estiver colocada fora do quadrilátero próprio, desde que torne duvidosa a manifestação da vontade do eleitor.

§ 2.º Serão nulos os votos, em cada eleição pelo sistema proporcional:

I — quando o candidato não for indicado, através do nome ou do número, com clareza suficiente para distingui-lo de outro candidato ao mesmo cargo, mas de outro partido, e o eleitor não indicar a legenda;

II — se o eleitor escrever o nome de mais de um candidato ao mesmo cargo pertencentes a partidos diversos, ou, indicando apenas os números, o fizer também de candidatos de partidos diferentes;

III — se o eleitor, não manifestando preferência por candidato, ou o fazendo de modo que não se possa identificar de sua preferência, escrever duas ou mais legendas diferentes no espaço relativo à mesma eleição.

Art. 250. Nas eleições gerais de âmbito estadual e municipal, a propaganda eleitoral gratuita através de emissoras de rádio e televisão de qualquer potência, inclusive nas de propriedade da União, dos Estados, dos Municípios e dos Territórios, far-se-á sob fiscalização direta e permanente da justiça eleitoral, obedecidas as seguintes normas:

I — as emissoras reservarão, nos 60 (sessenta) dias anteriores à antevéspera do pleito, 2 (duas) horas diárias para a propaganda, sendo uma hora à noite, entre vinte e vinte e três horas;

II — os partidos limitar-se-ão a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro do candidato na justiça eleitoral, bem assim a divulgar, pela televisão, sua fotografia, podendo ainda anunciar o horário e o local dos comícios;

III — o horário da propaganda será dividido em períodos de 5 (cinco) minutos e previamente anunciado;

IV — o horário destinado a cada partido será distribuído em partes iguais entre os candidatos e, nos Municípios onde houver sublegendas, entre estas;

V — o horário não utilizado por um partido não poderá ser transferido ou redistribuído a outro partido;

VI — a propaganda dos candidatos às eleições de âmbito municipal só poderá ser feita pelas emissoras de rádio e televisão cuja outorga tenha sido concedida para o respectivo Município, vedada a retransmissão em rede.

§ 1.º O diretório regional de cada partido designará, no Estado e em cada Município, comissão de três membros para dirigir e supervisionar a propaganda eleitoral nos limites das respectivas jurisdições.

§ 2.º As empresas de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar, gratuitamente, comunicados da justiça eleitoral, até o máximo de quinze minutos, entre as dezoito e vinte e duas horas, nos quarenta e cinco dias que precederem ao pleito.

LEI N.º 5.682

DE 21 DE JULHO DE 1971

Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO V

Da Filiação Partidária

Art. 67. O filiado, que quiser desligar-se do Partido, fará comunicação escrita à Comissão Executiva e ao Juiz Eleitoral da Zona.

§ 1.º Após decorridos 2 (dois) dias da data da entrega da comunicação, o vínculo tornar-se-á extinto, para todos os efeitos.

§ 2.º A Justiça Eleitoral poderá determinar de ofício o cancelamento da filiação partidária, quando verificar a sua coexistência em outro Partido.

§ 3.º Desligado de um Partido e filiado a outro, o eleitor só poder candidatar-se a cargo eletivo, após o decurso do prazo de 2 (dois) anos da data da nova filiação.

DECRETO-LEI N.º 1.538
DE 14 DE ABRIL DE 1977

Altera a redação do art. 250 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, modificada pela Lei n.º 6.339, de 1.º de julho de 1976, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do art. 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o art. 182 da Constituição e o disposto no Ato Complementar n.º 102, de 1.º de abril de 1977,

DECRETA:

Art. 1.º O art. 250 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, alterado pelo art. 1.º da Lei n.º 6.339, de 1.º de julho de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 250. Nas eleições gerais de âmbito estadual e municipal, a propaganda eleitoral gratuita, através de emissoras de rádio e televisão de qualquer potência, inclusive nas de propriedade da União, dos Estados, dos Municípios e dos Territórios, far-se-á sob fiscalização direta e permanente da Justiça Eleitoral, obedecidas as seguintes normas:

I — As emissoras reservarão, nos 60 (sessenta) dias anteriores à antevéspera do pleito, duas horas diárias para a

propaganda, sendo uma hora à noite, entre vinte e vinte e três horas;

II — Os Partidos limitar-se-ão a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro do candidato na Justiça Eleitoral, bem assim a divulgar, pela televisão, sua fotografia, podendo ainda anunciar o horário e o local dos comícios;

III — O horário da propaganda será dividido em períodos de 5 (cinco) minutos e previamente anunciado;

IV — O horário destinado a cada Partido será distribuído em partes iguais entre os candidatos e, nos municípios onde houver sublegendas, entre estas;

V — O horário não utilizado por um Partido não poderá ser transferido ou redistribuído a outro Partido;

VI — A propaganda dos candidatos às eleições de âmbito municipal só poderá ser feita pelas emissoras de rádio e televisão cuja outorga tenha sido concedida para o respectivo município, vedada a retransmissão em rede.

§ 1.º O Diretório Regional de cada Partido designará, no Estado e em cada Município, comissão de três membros para dirigir e supervisionar a propaganda eleitoral nos limites das respectivas jurisdições.

§ 2.º As empresas de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar, gratuitamente, comunicados da Justiça Eleitoral, até o máximo de 15 (quinze) minutos, entre as dezoito e vinte e duas horas, nos 45 (quarenta e cinco) dias que precederem ao pleito."

Art. 2.º Nas eleições indiretas não será permitida a propaganda eleitoral por meio de emissoras de rádio e televisão.

Art. 3.º O Tribunal Superior Eleitoral expedirá, dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da vigência deste Decreto-lei, as instruções necessárias à sua execução.

Art. 4.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se os arts. 252, 253 e 254 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, e demais disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República. — **ERNESTO GEISEL — Armando Falcão.**

LEI N.º 6.989, DE 5 DE MAIO DE 1982

Dispõe sobre filiação partidária em caso de incorporação de partidos políticos, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A alínea c do § 4.º e o § 5.º do art. 110 da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 110.

§ 4.º

c) filiar-se, no prazo de seis meses, a outro partido que não o incorporador, não se lhe aplicando o disposto no § 3.º do art. 67 desta Lei.

§ 5.º A partir da eleição do Diretorio Nacional, escolhido em convenção conjunta, qualquer filiado ao Partido incorporador poderá exercer, no prazo de seis meses, as faculdades previstas no parágrafo anterior, limitada a impugnação estabelecida na alínea a à convenção conjunta e atos subsequentes, e vedada a filiação prevista na alínea c ao partido que tiver tomado a iniciativa da incorporação.

Art. 2.º Aos titulares de mandatos eletivos que usarem da faculdade concedida na alínea c do § 4.º e no § 5.º do art. 110 da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971, não se aplica o disposto no art. 72 da referida Lei.

Art. 3.º O art. 3.º da Lei n.º 5.782, de 6 de junho de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º No caso de incorporação de partidos, os filiados que utilizarem a faculdade concedida pelos § 4.º, c, e § 5.º do art. 110 da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971, ficam dispensados dos prazos estabelecidos nos arts. 1.º e 2.º desta Lei para se candidatarem a cargos eletivos."

Art. 4.º Fica revogada a alínea c do inciso IX do art. 146 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

Art. 5.º Ao art. 175, § 2.º, da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), é acrescido o seguinte inciso:

"Art. 175.

Lote: 61
PL N.º 5684/1985

Caixa: 171

154



“Art. 177.

§ 2.º

IV — se o eleitor escrever apenas a sigla partidária, não indicando o candidato de sua preferência.”

Art. 6.º Fica revogado o inciso I do art. 176 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), renumerando-se os demais.

Art. 7.º O inciso II do art. 177 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) passa a vigorar com a seguinte redação:

II — se o eleitor escrever o nome de um candidato e o número correspondente a outro da mesma legenda ou não, contar-se-á o voto para o candidato cujo nome foi escrito e para a legenda a que pertence, salvo se ocorrer a hipótese prevista no n.º IV do artigo anterior.”

Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de fevereiro de 1982.

Brasília, 5 de maio de 1982; 161.º da Independência e 94.º da República. — **JOÃO FIGUEIREDO** — Ibrahim Abi-Ackel.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI nº 5.684-A, de 1985

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI nº 5.684-B, de 1985



Aula. Em 20.6.85.

Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - No dia 15 de novembro de 1985 serão realizadas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito nos seguintes municípios:

- I - Capitais de Estados e Territórios;
- II - Estâncias Hidrominerais;
- III - considerados do interesse da Segurança Nacional;
- IV - nos municípios de Territórios;
- V - descaracterizados do interesse da Segurança Nacional a partir de 1º de dezembro de 1984.

Art. 2º - Na mesma data serão realizadas eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores nos municípios criados pelos Estados até 15 de maio de 1985.

Art. 3º - Nas eleições referidas nos dois artigos anteriores será aplicada a legislação eleitoral vigente, ressalvadas as regras especiais previstas nesta lei.

Art. 4º - As Convenções Municipais Partidárias destinadas à escolha dos candidatos deverão ser realizadas a partir de 15 de julho de 1985 e o requerimento de registro deverá dar entrada no Cartório Eleitoral até às 18(dezoito) horas do nonagésimo dia an



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



2.

terior à data marcada para a eleição.

Art. 5º - Constituirão a Convenção Municipal Partidária para escolha, por voto direto e secreto, dos candidatos:

a) nos municípios com menos de 1 (um) milhão de habitantes, segundo o censo de 1980:

I - os membros do Diretório Municipal;

II - os vereadores, deputados e senadores com domicílio eleitoral no município;

III - os membros do Diretório Regional com domicílio eleitoral no município, na data em que foram eleitos;

IV - os delegados do município à Convenção Regional;

V - 2 (dois) representantes de cada Diretório Distrital organizado;

VI - 1 (um) representante de cada departamento existente;

b) nos municípios com mais de 1 (um) milhão de habitantes:

I - os membros dos Diretórios de unidades administrativas ou zonas eleitorais;

II - os vereadores, deputados e senadores com domicílio eleitoral no município;

III - os membros do Diretório Regional com domicílio eleitoral no município, na data em que foram eleitos;

IV - os delegados dos Diretórios de unidades administrativas ou zonas eleitorais.

Parágrafo único - Nas convenções previstas neste artigo haverá a presença de observador da Justiça Eleitoral, nos termos da legislação vigente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



3.

Art. 6º - Nas eleições reguladas por esta lei os partidos políticos não poderão registrar candidatos em sublegendas.

Art. 7º - Os partidos poderão coligar-se e organizar chapas conjuntas de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

§ 1º - Nas chapas de coligação poderão ser inscritos candidatos filiados a qualquer um dos partidos integrantes da mesma.

§ 2º - A decisão de coligar-se será adotada, por maioria absoluta de votos, pelo Diretório Municipal ou pela Comissão Diretora Municipal Provisória e, no caso dos municípios a partir de 1 (um) milhão de habitantes, segundo o censo de 1980, pelo Diretório Regional ou pela Comissão Diretora Regional Provisória, em ambas as situações até 10 (dez) dias antes da respectiva convenção, que a ratificará.

§ 3º - Na hipótese em que o Diretório não esteja com sua composição completa, por renúncia, morte ou desligamento, a maioria absoluta será calculada levando-se em conta o número de membros remanescentes.

§ 4º - A Comissão Executiva do Diretório Nacional, ao regulamentar as Convenções Municipais Partidárias, fará-lo-á também em relação às decisões sobre coligações.

§ 5º - A coligação partidária adotará denominação própria e o registro de seus candidatos será encaminhado pelos presidentes dos partidos coligados.

§ 6º - À coligação serão assegurados os direitos que a lei concede aos partidos políticos, no que se refere ao processo eleitoral.

§ 7º - Cada partido poderá usar sua própria legenda sob a denominação da coligação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



4.

Art. 8º - O prazo de domicílio eleitoral no respectivo município, para as eleições previstas nesta lei, é de 5 (cinco) meses.

Art. 9º - Cada candidato deverá estar filiado ao partido pelo qual vai concorrer, até 15 de julho de 1985.

Art. 10 - Nas eleições previstas nesta lei, as emissoras de rádio e televisão, inclusive as de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios, reservarão, para a propaganda eleitoral gratuita pelos partidos políticos, 60 (sessenta) espaços de 1 (uma) hora diária nos 60 (sessenta) dias que antecederem a ^{antevéspe}ra do pleito, sendo pelo menos meia hora à noite, entre vinte e vinte e duas horas.

§ 1º - O disposto neste artigo atingirá as emissoras cuja imagem ou som alcancem município onde se realiza a eleição e, nos casos das Capitais de Estado, também as emissoras de imagem de alcance regional com geração em outro município.

§ 2º - O horário gratuito será distribuído metade de forma igual entre todos os partidos que concorram ao pleito e metade na proporção das bancadas existentes na Câmara de Vereadores.

§ 3º - A Justiça Eleitoral local poderá acolher qualquer critério que tenha sido aprovado por todos os partidos políticos e pelas emissoras.

§ 4º - O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o horário gratuito de propaganda eleitoral, e a Justiça Eleitoral fiscalizará a sua execução.

§ 5º - Poderão ser transmitidos por emissoras de rádio e televisão debates entre candidatos, desde que resguardada a participação de todos os partidos ou coligações que concorram ao pleito.

Art. 11 - As emissoras de rádio e televisão ficam



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE REDAÇÃO



5.

obrigadas a divulgar gratuitamente comunicações ou instruções da Justiça Eleitoral, até o máximo de 15 (quinze) minutos diários, consecutivos ou não, nos 30 (trinta) dias anteriores ao pleito.

Art. 12 - As eleições serão realizadas por sufrágio universal e voto direto e secreto.

Parágrafo único - O candidato a Vice-Prefeito será considerado eleito com o candidato a Prefeito em cuja chapa estiver registrado.

Art. 13 - Os partidos políticos em formação, assim considerados para os efeitos desta lei os que, até 15 de julho de 1985, publicarem e encaminharem ao Tribunal Superior Eleitoral, para anotação e arquivo, o programa, manifesto e estatutos, observados os princípios estabelecidos no art. 152 da Constituição Federal, estarão habilitados à prática de todos os atos e procedimentos relativos ao seu funcionamento, inclusive os necessários à sua efetiva participação nas eleições de que trata esta lei.

§ 1º - O registro do estatuto de partido político em formação, referido no inciso IV do art. 152 da Constituição Federal, será deferido para efeito das eleições de 1985, desde que tenha sido aprovado pela maioria absoluta da respectiva Comissão Diretora Nacional Provisória.

§ 2º - Considera-se de âmbito nacional o partido político organizado ou que tiver constituído Comissões Diretoras Regionais Provisórias em pelo menos 5 (cinco) unidades federadas.

Art. 14 - Nos municípios em que não houver diretório partidário organizado, inclusive nos que foram criados até a data de 15 de maio de 1985, a Convenção para a escolha dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores será organizada e dirigida pela Comissão Diretora Municipal Provisória, integrada de 7 (sete) a 11 (onze) membros designados pela Comissão Executiva Nacional, sob a presidência de um deles, indicado no ato da designação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE REDAÇÃO



6.

ção.

§ 1º - A Convenção a que se refere este artigo terá a seguinte composição:

I - os membros da Comissão Diretora Municipal Provisória;

II - os eleitores inscritos no município e filiados ao partido até 8 (oito) dias antes da Convenção;

III - os senadores, deputados federais e deputados estaduais com domicílio eleitoral no município e os vereadores filiados ao partido.

§ 2º - A Justiça Eleitoral divulgará, por edital, a relação nominal dos eleitores filiados a cada partido, aptos a participarem da Convenção.

Art. 15 - No caso dos partidos em formação a Convenção para escolha de candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores será organizada pela Comissão Diretora Municipal Provisória e terá a seguinte composição:

I - os membros da Comissão Diretora Municipal Provisória;

II - os vereadores à Câmara Municipal filiados ao partido ou que tenham encaminhado ao Juízo Eleitoral declaração de apoio ao estatuto e programa do partido em formação;

III - os deputados estaduais, federais e senadores filiados ao partido ou que tenham encaminhado ao Tribunal Eleitoral declaração de apoio ao estatuto e programa do partido em formação e que tenham domicílio eleitoral no município;

IV - os membros da Comissão Diretora Regional Provisória, com domicílio eleitoral no município.

Art. 16 - Ficam vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem nenhum direito para o beneficiário, os atos



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



7.

que, no período compreendido entre 15 de julho de 1985 e 1º de janeiro de 1986, importarem em nomear, contratar, exonerar ou transferir, designar, readaptar servidor público, regido por Estatuto ou pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, ou proceder a quaisquer outras formas de provimento na administração direta e nas autarquias, nas sociedades de economia mista e empresas públicas dos Estados e Municípios.

§ 1º - Excluem-se do disposto neste artigo:

I - nomeação de aprovados em concurso público homologado até 15 de agosto de 1985;

II - nomeação para cargos em comissão e da Magistratura, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.

§ 2º - O ato de nomeação deverá ser fundamentado quando de sua publicação no respectivo órgão oficial.

§ 3º - O atraso, por qualquer motivo, da publicação do jornal oficial relativo aos 30 (trinta) dias que antecedem o prazo inicial a que se refere este artigo implica nulidade automática dos atos relativos a pessoal nele inseridos.

Art. 17 - Ao servidor público, sob regime estatutário ou não, dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios, de empresas públicas, e aos empregados de empresas concessionárias de serviços públicos, fica assegurado o direito à percepção de seus vencimentos e vantagens ou salários, como se em exercício de suas ocupações habituais estivessem, durante o lapso de tempo que mediar entre o registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral e o dia seguinte ao da eleição, através de simples comunicação de afastamento para promoção de sua campanha eleitoral.

Art. 18 - O alistamento eleitoral passa a ser feito dispensando-se a formalidade de o próprio alistando datar o respectivo requerimento e, quando este não souber assinar o nome, aporá a impressão digital de seu polegar direito no requerimento e na



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



8.

folha de votação.

Parágrafo único - O mesmo sistema será utilizado no dia da votação para o eleitor que não souber assinar o nome.

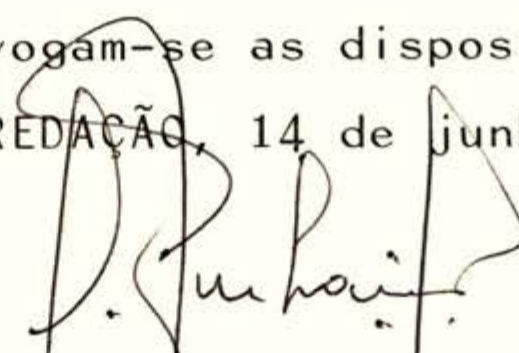
Art. 19 - As cédulas oficiais para as eleições previstas nesta lei serão confeccionadas e distribuídas exclusivamente pela Justiça Eleitoral, atenderão aos demais requisitos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral e permitirão ao eleitor, sem a necessidade de leitura de nomes, identificar e assinalar os seus candidatos nas eleições majoritárias e a legenda de sua preferência nas eleições proporcionais.

Art. 20 - Ficam revogados os arts. 4º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 6.989, de 5 de maio de 1982, restabelecendo-se a redação anterior dos arts. 145, 175, 176 e 177 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, a respeito do voto de legenda.

Art. 21 - Fica revogado o § 3º do art. 67 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 - Lei Orgânica dos Partidos Políticos, e suspensa a aplicação do art. 250 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 1.538, de 14 de abril de 1977.

Art. 22 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23 - Revogam-se as disposições em contrário.
COMISSÃO DE REDAÇÃO, 14 de junho de 1985.


Presidente


Relator


Ass. Sec. Gen. da Câmara




Brasília, 20 de junho de 1985.

Nº 224
Encaminha Projeto de Lei
nº 5.684-B, de 1985.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o Projeto de Lei nº 5.684-B, de 1985, da Câmara dos Deputados, que "Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração.


HAROLDÓ SANFORD
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador ENÉAS FARIA
DD. Primeiro Secretário do Senado Federal.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SEÇÃO DE SINOPSE

PROJETO DE LEI N.º 5.684

de 19 85

AUTOR

EMENTA

Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto, e dá outras providências. (fixando prazo das convenções dentro dos quatro meses anteriores ao pleito, com a participação de todos os membros dos Diretórios de Zonas eleitorais e a presença do membro do Diretório Regional e a possibilidade de de realização de convenção prévia, extinguindo a sublegenda nas eleições de prefeito, garantindo a escolha de candidato em municípios onde os partidos não tenham diretórios organizados, dispondo sobre eleição

em 2 turnos e revogando a obrigatoriedade de filiação por 2 anos para quem trocar de partido poder ser candidato).

PIMENTA DA VEIGA
(PMDB - MG)

Sancionado ou promulgado

Publicado no Diário Oficial de

Vetado

Razões do veto-publicadas no

PLENÁRIO

04.06.85 Fala o autor, apresentando o projeto.

DCN 05.06.85, pág. 5613, col. 03.

MESA

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça.

PLENÁRIO

04.06.85 É lido e vai a imprimir.

DCN 05.06.85, pág. 5580, col. 02.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

07.06.85 Distribuído ao relator, Dep. MÁRIO ASSAD.

DCN



PLENÁRIO

11.06.85

O Sr. Presidente anuncia a Discussão Única.

O Sr. Presidente designa o Dep. Mário Assad para proferir parecer em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, que conclui pela constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação.

Discussão do projeto pelos Dep. Gerson Peres e Eduardo Matarazzo Suplicy.

Encerrada a discussão.

Apresentação de 41 Emendas, assim distribuídas: Emendas nº 01 e 07, pelo Dep. Prisco Viana; Emendas nº 02, 12 e 17, pelo Dep. Gomes da Silva; Emenda nº 03, pelo Dep. João Carlos de Carli; Emenda nº 04, pelo Dep. Djalma Bom; Emenda nº 05, pelo Dep. José Fernandes; Emendas nº 06, 15 e 36, pelo Dep. Aluizio Campos; Emendas nº 08 e 33, pelo Dep. Nadyr Rossetti; Emendas nº 09 e 14, pelo Dep. Jorge Medauar; Emendas nº 10 e 38, pelo Dep. Paulo Guerra; Emendas nº 11, 26, 29, 31 e 32, pelo Dep. Saulo Queiroz; Emendas nº 13, 21 e 34, pelo Dep. Gastone Righi; Emenda nº 16, pelo Dep. Domingos Leonelli; Emendas nº 18, 24 e 25, pelo Dep. Pimenta da Veiga; Emendas nº 19 e 27, pelo Dep. José Carlos Fonseca; Emenda nº 20, pelo Dep. Albino Coimbra; Emenda nº 22, pelo Dep. João Agripino; Emenda nº 23, pelo Dep. Volney Siqueira; Emenda nº 28, pelo Dep. Marcelo Linhares; Emenda nº 30, pelo Dep. Djalma Bessa; Emenda nº 35, pelo Dep. Alceni Guerra; Emendas nº 37 e 39, pelo Dep. Raul Bernardo; Emenda nº 40, pelo Dep. Afrísio Vieira Lima; e Emenda nº 41, pelo Dep. Gerson Peres.

Volta à CCJ.

DCN

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (EMENDAS DE PLENÁRIO)

12.06.85

Distribuído ao relator, Dep. MÁRIO ASSAD.

DCN



Continua ...

ANDAMENTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (EMENDAS DE PLENÁRIO)

12.06.85

Aprovado, por maioria, o parecer do relator, pela constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação das Emendas nº 07, 31, 32 e 41; pela aprovação, com subemendas, das Emendas nº 01, 03, 06, 15, 18 e 26; pela rejeição das Emendas nº 02, 04, 05, 11, 12, 13, 14, 33, 34, 37, 38, 39 e 40; pela prejudicialidade das Emendas nº 08, 09, 10, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 35 e 36.

DCN

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

12.06.85

É lido e vai a imprimir, tendo parecer: do Relator designado pela Mesa em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação. PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação das de nº 07, 31, 32 e 41; pela aprovação, com subemendas, das de nº 01, 03, 06, 15, 18 e 26; pela rejeição das de nº 02, 04, 05, 11, 12, 13, 14, 33, 34, 37, 38, 39 e 40; pela prejudicialidade das de nº 08, 09, 10, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 35 e 36.
(PL. 5.684-A/85).

DCN 13.06.85, pág. 5959, col. 02

VIDE VERSO ...



ANDAMENTO

PLENÁRIO (Sessão Extraordinária - às 9:30 hs).

13.06.85

O Sr. Presidente anuncia a Votação em Discussão Única.

Encaminhamento da votação pelos Dep. Jorge Leite, José Genoíno, Farabulini Júnior, Bonifácio de Andrada, Sebastião Nery, Celso Barros, Eduardo Matarazzo Suplicy, Prisco Viana, Nadyr Rossetti e Pimenta da Veiga. Requerimento do Dep. Pimenta da Veiga, líder do PMDB, de destaque para a expressão "de livre utilização a critério dos Partidos", constante do § 2º do art. 10 do projeto.

Requerimento dos Dep. Gastone Righi, líder do PTB; Nadyr Rossetti, líder do PDT e Pimenta da Veiga, líder do PMDB, de destaque para a votação em separado do § 3º do art. 10 do projeto.

Requerimento dos Dep. Gastone Righi, líder do PTB; Nadyr Rossetti, líder do PDT; e Prisco Viana, líder do PDS, de destaque para a votação dos §§ 2º ao 5º do art. 12 do projeto.

Requerimento dos Dep. José Lourenço, líder do PFL e Pimenta da Veiga, líder do PMDB, de destaque para a votação da Emenda nº 07 de Plenário.

Requerimento do Dep. Gastone Righi, líder do PTB, de destaque para a votação da Emenda nº 13 de Plenário.

Requerimento do Dep. Domingos Leonelli, líder do PMDB, de destaque para a votação da Emenda nº 16 de Plenário.

Requerimento do Dep. Pimenta da Veiga, líder do PMDB, de destaque para a votação do § 2º do art. 10, constante da Subemenda à Emenda nº 18 de Plenário.

Requerimento do Dep. Gastone Righi, líder do PTB, de destaque para a votação da Emenda nº 21 de Plenário.

Requerimento do Dep. João Agripino, líder do PMDB, de destaque para a votação da Emenda nº 22 de Plenário.

Requerimento do Dep. Pimenta da Veiga, líder do PMDB, de destaque para a votação do § 2º do art. 13, constante da Subemenda à Emenda nº 26 de Plenário.

Requerimento do Dep. Prisco Viana, líder do PDS, de destaque para a votação da Emenda nº 32 de Plenário.

Requerimento do Dep. Gerson Peres, líder do PDS, de destaque para a votação da Emenda nº 33 de Plenário.

Requerimento do Dep. Prisco Viana, líder do PDS, de destaque para a votação da Emenda nº 37 de Plenário.

Requerimento do Dep. Prisco Viana, líder do PDS, de destaque para a votação da Emenda nº 39 de Plenário.

Requerimento do Dep. Prisco Viana, líder do PDS, de destaque para a votação da Emenda nº 40 de Plenário.

Requerimento dos Dep. Pimenta da Veiga, líder do PMDB e José Lourenço, líder do PFL, de destaque para a votação da Emenda nº 41 de Plenário.

Em votação a Emenda nº 31 de Plenário: APROVADA. (SIM=283 - NÃO=03 - ABSTENÇÃO=04 - TOTAL=290).

Em votação a Emenda nº 07 de Plenário, destacada: APROVADA. (SIM=170 - NÃO=131 - ABSTENÇÃO=03 - TOTAL=304)

Em votação a Emenda nº 32 de Plenário, destacada: APROVADA. (SIM=230 - NÃO= 67 - ABSTENÇÃO=02 - TOTAL=299)

Em votação a Emenda nº 41 de Plenário, destacada: REJEITADA. (SIM=142 - NÃO=169 - ABSTENÇÃO=04 - TOTAL=315)

Em votação a Subemenda à Emenda nº 01 de Plenário: APROVADA. (SIM=303 - NÃO= 15 - ABSTENÇÃO=03 - TOTAL=321)

Prejudicada a Emenda nº 01 de Plenário.

Em votação a Subemenda à Emenda nº 03 de Plenário: APROVADA. (SIM=279 - NÃO= 10 - ABSTENÇÃO=03 - TOTAL=292)

Prejudicada a Emenda nº 03 de Plenário.

Em votação a Subemenda à Emenda nº 06 de Plenário: APROVADA. (SIM=244 - NÃO= 62 - ABSTENÇÃO=03 - TOTAL=309)

Em votação a Emenda nº 06 de Plenário: REJEITADA. (SIM= 21 - NÃO= 291 - ABSTENÇÃO= 04 - TOTAL= 316)

Em votação a Subemenda à Emenda 15 de Plenário: REJEITADA. (SIM= 32 - NÃO= 281 - ABSTENÇÃO= 01 - TOTAL= 314)

Em votação a Emenda nº 15 de Plenário: REJEITADA. (SIM= 26 - NÃO= 281 - ABSTENÇÃO= 02 - TOTAL= 309)

Em votação a Subemenda à Emenda nº 18 de Plenário, ressalvado o destaque: REJEITADA. (S=13 - N=298 - ABST.=03 - T=314)

Em votação o § 2º do art. 10, constante da Subemenda à Emenda nº 18, destacado: REJEITADO. (S=11 - N=288 - A=02 - T=301)

Em votação a Emenda nº 18 de Plenário: REJEITADA. (SIM= 144 - NÃO= 164 - ABSTENÇÃO= 05 - TOTAL= 313)

Continua ...



ANDAMENTO

PLENÁRIO (Continuação da Votação)

13.06.85

Em votação a Subemenda à Emenda nº 26 de Plenário, ressaltado o destaque: REJEITADA (S=63-N=187-AB=02-T=252)
Em votação o § 2º do art. 13, constante da Subemenda à Emenda nº 26, destacado: APROVADO. (S=195-N=60-A=01-T=256)
Em votação a Emenda nº 26 de Plenário: REJEITADA. (SIM= 88 - NÃO= 179 - ABSTENÇÃO= 03 - TOTAL= 270)
As Emendas nº 02, 04, 05, 11, 12, 14, 34 e 38 estão REJEITADAS. (SIM=05 - NÃO= 267 - ABSTENÇÃO=04 - TOTAL= 276)
Em votação a Emenda nº 13 de Plenário, destacada: REJEITADA. (SIM= 43 - NÃO= 221 - ABSTENÇÃO= 06 - TOTAL= 270)
Em votação a Emenda nº 16 de Plenário, destacada: REJEITADA. (SIM= 23 - NÃO= 04 - ABSTENÇÃO=253 - TOTAL=280)
Em votação a Emenda nº 22 de Plenário, destacada: APROVADA. (SIM= 259 - NÃO= 03 - ABSTENÇÃO= 12 - TOTAL=274)
Em votação a Emenda nº 33 de Plenário, destacada: APROVADA. (SIM=147 - NÃO= 04 - ABSTENÇÃO=120 - TOTAL= 271)
Em votação a Emenda nº 37 de Plenário, destacada: APROVADA. (SIM=156 - NÃO= 01 - ABSTENÇÃO= 127 - TOTAL=284)
Em votação a Emenda nº 39 de Plenário, destacada: REJEITADA (SIM=118 - NÃO= 04 - ABSTENÇÃO= 159 - TOTAL=281)
Em votação a Emenda nº 40 de Plenário, destacada: REJEITADA. (SIM= 103 - NÃO= 04 - ABSTENÇÃO= 173 - TOTAL=280)
PREJUDICADAS as Emendas nº 08, 09, 10, 17, 19, 20, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 35 e 36, ressaltados os destaques.
Em votação a Emenda nº 21 de Plenário, destacada: REJEITADA. (SIM= 66 - NÃO= 06 - ABSTENÇÃO=203 - TOTAL= 275)
Em votação a Emenda nº 24 de Plenário: REJEITADA. (SIM= 122 - NÃO= 03 - ABSTENÇÃO= 148 - TOTAL= 273)
Em votação o Projeto, ressaltados os destaques: APROVADO. (SIM= 278 - NÃO= 01 - ABSTENÇÃO= 05 - TOTAL= 284)
Em votação a expressão "de livre utilização dos Partidos", constante do § 2º do art. 10 do projeto, destaca
do: REJEITADO. (SIM= 70 - NÃO= 07 - ABSTENÇÃO= 192 - TOTAL= 269)
Em votação o § 3º do art. 10 do projeto, destacado: REJEITADO. (SIM= 92 - NÃO= 180 - ABSTENÇÃO= 05 - TOTAL=277)
Em votação os §§ 2º ao 5º do art. 12 do projeto, destacado: REJEITADO. (SIM=136 - NÃO=147 - ABSTENÇÃO=01 - TOTAL=284)
Vai à Redação Final.

DCN

COMISSÃO DE REDAÇÃO

14.06.85

Aprovada unanimemente a Redação Final oferecida pelo relator, Dep. ADAIL VENTORAZZO.

DCN

PLENÁRIO

20.06.85

Aprovada a Redação Final.

Vai ao Senado Federal.

(PL. 5684-B/85)

DCN

20.06.85 -

AO SENADO FEDERAL, PELO OF. 224





CÂMARA DOS DEPUTADOS



Voto do Dep. Celso Barron
(PTL - P)

A mesa da Câmara dos Deputados, em despacho de 18 do corrente, consulta a esta Comissão de Constituição e Justiça sobre a validade ou não da votação do Projeto de Lei nº 5.684-A/85, em face de ocorrências que o Deputado Walmor Giavarina inquiriu de fraudulenta.

Teria havido ocorrências, segundo salienta o citado despacho - inclusive registros fotográficos - envolvendo a Câmara dos Deputados, "que repercutiram profundamente na opinião pública, com copiosa e insistente divulgação e comentários pela imprensa, rádio e televisão".

Vê-se, pela própria exposição acima, que a ciência da alegada fraude viera à Mesa através de fotografias publicadas na imprensa do dia seguinte à votação, passando, portanto, o fato despercebido por mais de trezentos Deputados presentes à votação e dela participantes.

A divulgação em causa teve por base a exibição de fotografias de quatro Deputados, em atitude que inculcaria estarem eles acionando dois botões - um de sua poltrona e outro da poltrona vizinha. Não existe nenhuma indicação precisa nem quanto ao momento das sucessivas votações que se processaram, nem quanto às circunstâncias em que aqueles botões foram acionados. Resultaram, portanto, as notícias de meras ilações, baseadas nas fotografias expostas.

E foi baseado nessas ocorrências que o Deputado acima referido requereu a anulação da votação, sob a alegação de que a alegada fraude lhe parecia "devidamente comprovada".

A anulação da votação é de interesse do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pois de um Deputado desse Partido veio o requerimento, enquanto o seu Líder o reiterou em entrevista à imprensa, com a seguinte declaração:

"A votação do projeto tem de ser repetida por inteiro, pois não sabemos em que momento houve a fraude denunciada" (Estado de S. Paulo, de 18.06.85).



Como se sabe, houve, durante quase seis horas, com dois intervalos, trinta e uma votações, abrangendo o projeto e as emendas destacadas. Todas foram votações autônomas, simultâneas em cada caso, com a participação da maioria dos Deputados, sem que, no momento, em que elas se processavam, houvesse qualquer reclamação, impugnação ou observação de irregularidades. Tudo decorreu de forma normal e só no dia seguinte, com a divulgação das fotografias de Deputados acionando dois botões, é que a questão da fraude foi suscitada.

Desse fato não existe nenhuma prova, pois o ato incriminado tanto poderia ocorrer na votação do Projeto, como na votação dos Destaques, ou ainda, no período das interrupções ou, o que é igualmente provável, antes da votação. Em nenhum deles estaria configurada a fraude, que é um delito de natureza proteiforme.

A conceituação da fraude, que o Código Penal pátrio qualifica como estelionato (estelionato e outras fraudes), é a seguinte, de acordo com o penalista E. MAGALHÃES NORONHA:

"Várias e imprevisíveis são as formas que o estelionato pode assumir, mas todas têm que apresentar elementos comuns, sob pena de não se caracterizar o crime, podendo, então, surgir outro delito. Se quisermos decompô-lo em seus elementos, de maneira ampla, e abstraidos o sujeito ativo, o passivo e o dolo, que aparecem em todo crime, podemos dizer que lhe são característicos: a) consecução da vantagem ilícita; b) o emprego do meio fraudulento; c) o erro causado ou mantido por esse meio; d) o nexo de causalidade entre o erro e a prestação da vantagem; e) a lesão patrimonial".

(Enciclopedia Saraiva do Direito, vol. , ver bete "Fraude (Direito penal)).

E vai mais adiante o penalista, na sua concei



tuacão:

"Se preferirmos sintetizar, podemos circunscrever o crime a: meio fraudulento: erro causado ou mantido; vantagem indevida; lesão ao patrimônio. Resume-se assim o crime: meio fraudulento + erro + vantagem ilícita + lesão patrimonial = estelionato.

Destacando-se, para exame do caso em apreço, as características acima, conclui-se para logo que a simples divulgação, em jornal, ou através da televisão, de alguns poucos parlamentares, quatro, em posição de que se conclui estarem acionando botões para a votação eletrônica, sem nenhum elemento circunstancial quanto à hora ou momento da votação individual, retira de logo a existência de meio fraudulento, sobretudo depois que os parlamentares apontados explicaram, publicamente e em informações prestadas à Mesa da Câmara, o seu comportamento. Outro elemento a ser afastado é a consecução de vantagem ilícita, por isso que, sendo quatro apenas os supostos autores do alegado ilícito, a falta que teriam cometido, por hipótese, não alteraria o resultado da eleição, que acusou maioria de mais de dez votos.

Quanto ao outro elemento - emprego do meio fraudulento, o caso carece de prova, inclusive a prova pericial, já que a simples fotografia não é suficiente a configurá-la. Ademais, as explicações dadas pelos apontados agentes são suficientes a descaracterizar o delito, o que levaria a Mesa a pesquisar outros elementos de caracterização. Outro elemento que integra a tipificação do crime alegado é o nexo de causalidade entre o erro e a prestação, vale dizer, entre o acionamento dos botões, com animus delicti e a alteração do resultado da votação. É evidente que esse nexo inexistente, pois não está provado o dolo e a própria votação dita fraudulenta não conduziria à alteração do resultado. Por último, dentro ainda das características apontadas, a lesão patrimonial, que é ínsita à fraude, como salienta o autor invocado. Esse elemento, a todas as luzes, inexistente, pois nenhuma consequência nesse sentido adviria



da votação.

Mas, abastrando-se de tudo isso, basta considerar a decisão da Mesa da Câmara dos Deputados para chegar-se à conclusão da inexistência do delito.

Notícia a imprensa de hoje que a Mesa da Câmara decidiria aplicar aos Deputados incriminados a pena de censura escrita, por julgar os atos que lhes são atribuídos de temerários e imprudentes.

Ora, houvessem eles praticado a alegada fraude, a pena não seria a de advertência, nem o ato poderia ser apontado como "temerário ou imprudente". Essa qualificação não define o crime em espécie. Se a Câmara aplicou essa pena após o exame do caso em suas implicações fáticas e jurídicas, negou, ipso facto, a existência da fraude. Se o fez sem a apuração dos fatos, mas tendo em vista apenas o que em torno da questão disseram e exibiram os jornais, não podia tachar esses atos de "temerários ou imprudentes", já que essa qualificação é excluída pelas próprias declarações dos implicados. Ter-se-ia, então, de recorrer a outros meios de prova.

Cumprido, por último, examinar o suposto delito à luz da legislação eleitoral, pois, em se tratando de um processo de votação, é no âmbito de tal legislação que se situa a matéria, analogicamente.

É do sistema da Legislação Eleitoral que todo recurso contra irregularidades de votação há de ser precedido de impugnação no ato em que elas se verificam. A proclamação do resultado da votação, pelo Presidente da Mesa, é ato posterior à apuração dos votos. E quando esta apuração se dá, é que surge a oportunidade para a impugnação, ^(art. 172, § 3º) sem a qual não se viabilizará o processo de nulidade ou anulação. Diz, com efeito, o art. 171 do Código Eleitoral:

"Não será admitido recurso contra a apuração, se não tiver havido impugnação perante a Junta, no ato da apuração, contra as nulidades argüidas".

Mutatis mutandis, não se admitirá, in casu, o recurso, para o efeito de apuração de fraude e punição penal dos culpados, sem a impugnação. Não atendo havido esta, faltou



ao recurso o pressuposto legal necessário à sua viabilização. E a consequência é a sua preclusão, que torna, por si só, ineficaz a sua interposição.

O despacho do digno Presidente da Câmara chama de impugnação ao pedido formulado pelo Deputado Walmor Giavarina, afirmando que "a impugnação em causa foi interposta antes da votação da Redação Final do Projeto". A explicação em nada aproveita, data vênua, ao caso, pois não fora ela feita no ato da apuração e sim do dia seguinte, quando já estava precluso o direito subjetivo de impugnar e, conseqüentemente, de recorrer.

Em face do exposto, votamos no sentido de que o ato da Mesa, que proclamou o resultado da votação, é válido, não podendo ser atingido por suposta fraude que não chegou a ser apurada e que, mesmo que o fosse, não alteraria pela anulação dos votos impugnados, o resultado da votação.

Seria deprimente para esta Câmara a anulação da votação. As consequências de ordem política e de ordem moral seriam irreparáveis. Cabe-nos a todo custo preservar a honrabilidade desta Casa Legislativa, primeiro condenando atos atentatórios de sua dignidade e prestígio, submetendo-os a um julgamento correto e desapassionado; depois, não acolhendo como ato fraudulento o que, a bem da verdade, não passa de mera suspeita, ou como o definiu a Mesa, indo mais além, de ato "temerário e imprudente". Se assim o julgou a Mesa, deve tê-lo feito após uma análise serena e correta, o que impede que tal ato se converta, por um passe de mágica, em ato delituoso.

Em 19/6/85
Quintanilha

P 124/48/85.



Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - No dia 15 de novembro de 1985 serão realizadas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito nos seguintes municípios:

I - Capitais de Estados e Territórios;

II - Estâncias Hidrominerais;

III - considerados do interesse da Segurança Nacional;

IV - nos municípios de Territórios;

V - descaracterizados do interesse da Segurança Nacional a partir de 1º de dezembro de 1984.

Art. 2º - Na mesma data serão realizadas eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores nos municípios criados pelos Estados até 15 de maio de 1985.

Art. 3º - Nas eleições referidas nos dois artigos anteriores será aplicada a legislação eleitoral vigente, ressalvadas as regras especiais previstas nesta lei.

Art. 4º - As Convenções Municipais Partidárias destinadas à escolha dos candidatos deverão ser realizadas a partir de 15 de julho de 1985 e o requerimento de registro deverá dar entrada no Cartório Eleitoral até às 18 (dezoito) horas do nonagésimo dia anterior à data marcada para a eleição.



2.

Art. 5º - Constituirão a Convenção Municipal Partidária para escolha, por voto direto e secreto, dos candidatos:

a) nos municípios com menos de 1 (um) milhão de habitantes, segundo o censo de 1980:

I - os membros do Diretório Municipal;

II - os vereadores, deputados e senadores com domicílio eleitoral no município;

III - os membros do Diretório Regional com domicílio eleitoral no município, na data em que foram eleitos;

IV - os delegados do município à Convenção Regional;

V - 2 (dois) representantes de cada Diretório Distrital organizado;

VI - 1 (um) representante de cada departamento existente;

b) nos municípios com mais de 1 (um) milhão de habitantes:

I - os membros dos Diretórios de unidades administrativas ou zonas eleitorais;

II - os vereadores, deputados e senadores com domicílio eleitoral no município;

III - os membros do Diretório Regional com domicílio eleitoral no município, na data em que foram eleitos;

IV - os delegados dos Diretórios de unidades administrativas ou zonas eleitorais.

Parágrafo único - Nas convenções previstas neste artigo haverá a presença de observador da Justiça Eleitoral, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º - Nas eleições reguladas por esta lei os partidos políticos não poderão registrar candidatos em sublegendas.



3.

Art. 7º - Os partidos poderão coligar-se e organizar chapas conjuntas de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

§ 1º - Nas chapas de coligação poderão ser inscritos candidatos filiados a qualquer um dos partidos integrantes da mesma.

§ 2º - A decisão de coligar-se será adotada, por maioria absoluta de votos, pelo Diretório Municipal ou pela Comissão Diretora Municipal Provisória e, no caso dos municípios a partir de 1 (um) milhão de habitantes, segundo o censo de 1980, pelo Diretório Regional ou pela Comissão Diretora Regional Provisória, em ambas as situações até 10 (dez) dias antes da respectiva convenção, que a ratificará.

§ 3º - Na hipótese em que o Diretório não esteja com sua composição completa, por renúncia, morte ou desligamento, a maioria absoluta será calculada levando-se em conta o número de membros remanescentes.

§ 4º - A Comissão Executiva do Diretório Nacional, ao regulamentar as Convenções Municipais Partidárias, fará também em relação às decisões sobre coligações.

§ 5º - A coligação partidária adotará denominação própria e o registro de seus candidatos será encaminhado pelos presidentes dos partidos coligados.

§ 6º - À coligação serão assegurados os direitos que a lei concede aos partidos políticos, no que se refere ao processo eleitoral.

§ 7º - Cada partido poderá usar sua própria legenda sob a denominação da coligação.

Art. 8º - O prazo de domicílio eleitoral no respectivo município, para as eleições previstas nesta lei, é de 5 (cinco) meses.

Art. 9º - Cada candidato deverá estar filiado ao partido pelo qual vai concorrer, até 15 de julho de 1985.

Art. 10 - Nas eleições previstas nesta lei, as emissoras de rádio e televisão, inclusive as de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios, reservarão, para a propaganda eleitoral gratuita



4.

pelos partidos políticos, 60 (sessenta) espaços de 1 (uma) hora diária nos 60 (sessenta) dias que antecederem a antevéspera do pleito, sendo pelo menos meia hora à noite, entre vinte e vinte e duas horas.

§ 1º - O disposto neste artigo atingirá as emissoras cuja imagem ou som alcancem município onde se realiza a eleição e, nos casos das Capitais de Estado, também as emissoras de imagem de alcance regional com geração em outro município.

§ 2º - O horário gratuito será distribuído metade de forma igual entre todos os partidos que concorram ao pleito e metade na proporção das bancadas existentes na Câmara de Vereadores.

§ 3º - A Justiça Eleitoral local poderá acolher qualquer critério que tenha sido aprovado por todos os partidos políticos e pelas emissoras.

§ 4º - O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o horário gratuito de propaganda eleitoral, e a Justiça Eleitoral fiscalizará a sua execução.

§ 5º - Poderão ser transmitidos por emissoras de rádio e televisão debates entre candidatos, desde que resguardada a participação de todos os partidos ou coligações que concorram ao pleito.

Art. 11 - As emissoras de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar gratuitamente comunicações ou instruções da Justiça Eleitoral, até o máximo de 15 (quinze) minutos diários, consecutivos ou não, nos 30 (trinta) dias anteriores ao pleito.

Art. 12 - As eleições serão realizadas por sufrágio universal e voto direto e secreto.

Parágrafo único - O candidato a Vice-Prefeito será considerado eleito com o candidato a Prefeito em cuja chapa estiver registrado.

Art. 13 - Os partidos políticos em formação, assim considerados para os efeitos desta lei os que, até 15 de julho de 1985, publicarem e encaminharem ao Tribunal Superior Eleitoral, para anotação e arquivo, o programa, manifesto e estatutos, observados os princípios estabelecidos no art. 152 da Constituição Federal, estarão habilitados à prática de todos os atos e procedimentos relativos ao seu funcionamento, inclusive os necessários à sua efetiva participação nas eleições de que trata esta lei.



5.

§ 1º - O registro do estatuto de partido político em formação, referido no inciso IV do art. 152 da Constituição Federal, será deferido para efeito das eleições de 1985, desde que tenha sido aprovado pela maioria absoluta da respectiva Comissão Diretora Nacional Provisória.

§ 2º - Considera-se de âmbito nacional o partido político organizado ou que tiver constituído Comissões Diretoras Regionais Provisórias em pelo menos 5 (cinco) unidades federadas.

Art. 14 - Nos municípios em que não houver diretório partidário organizado, inclusive nos que foram criados até a data de 15 de maio de 1985, a Convenção para a escolha dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores será organizada e dirigida pela Comissão Diretora Municipal Provisória, integrada de 7 (sete) a 11 (onze) membros designados pela Comissão Executiva Nacional, sob a presidência de um deles, indicado no ato da designação.

§ 1º - A Convenção a que se refere este artigo terá a seguinte composição:

I - os membros da Comissão Diretora Municipal Provisória;

II - os eleitores inscritos no município e filiados ao partido até 8 (oito) dias antes da Convenção;

III - os senadores, deputados federais e deputados estaduais com domicílio eleitoral no município e os vereadores filiados ao partido.

§ 2º - A Justiça Eleitoral divulgará, por edital, a relação nominal dos eleitores filiados a cada partido, aptos a participarem da Convenção.

Art. 15 - No caso dos partidos em formação a Convenção para escolha de candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores será organizada pela Comissão Diretora Municipal Provisória e terá a seguinte composição:

I - os membros da Comissão Diretora Municipal Provisória;



6.

II - os vereadores à Câmara Municipal filiados ao partido ou que tenham encaminhado ao Juízo Eleitoral declaração de apoio ao estatuto e programa do partido em formação;

III - os deputados estaduais, federais e senadores filiados ao partido ou que tenham encaminhado ao Tribunal Eleitoral declaração de apoio ao estatuto e programa do partido em formação e que tenham domicílio eleitoral no município;

IV - os membros da Comissão Diretora Regional Provisória, com domicílio eleitoral no município.

Art. 16 - Ficam vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem nenhum direito para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre 15 de julho de 1985 e 1º de janeiro de 1986, importarem em nomear, contratar, exonerar ou transferir, designar, readaptar servidor público, regido por Estatuto ou pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, ou proceder a quaisquer outras formas de provimento na administração direta e nas autarquias, nas sociedades de economia mista e empresas públicas dos Estados e Municípios.

§ 1º - Excluem-se do disposto neste artigo:

I - nomeação de aprovados em concurso público homologado até 15 de agosto de 1985;

II - nomeação para cargos em comissão e da Magistratura, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.

§ 2º - O ato de nomeação deverá ser fundamentado quando de sua publicação no respectivo órgão oficial.

§ 3º - O atraso, por qualquer motivo, da publicação do jornal oficial relativo aos 30 (trinta) dias que antecedem o prazo inicial a que se refere este artigo implica nulidade automática dos atos relativos a pessoal nele inseridos.

Art. 17 - Ao servidor público, sob regime estatutário ou não, dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios, de empresas públicas, e aos empregados de empresas concessionárias de serviços públicos, fica assegurado o



7.

direito à percepção de seus vencimentos e vantagens ou salários, como se em exercício de suas ocupações habituais estivessem, durante o lapso de tempo que mediar entre o registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral e o dia seguinte ao da eleição, através de simples comunicação de afastamento para promoção de sua campanha eleitoral.

Art. 18 - O alistamento eleitoral passa a ser feito dispensando-se a formalidade de o próprio alistando datar o respectivo requerimento e, quando este não souber assinar o nome, aporá a impressão digital de seu polegar direito no requerimento e na folha de votação.

Parágrafo único - O mesmo sistema será utilizado no dia da votação para o eleitor que não souber assinar o nome.

Art. 19 - As cédulas oficiais para as eleições previstas nesta lei serão confeccionadas e distribuídas exclusivamente pela Justiça Eleitoral, atendendo aos demais requisitos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, e permitirão ao eleitor, sem a necessidade de leitura de nomes, identificar e assinalar os seus candidatos nas eleições majoritárias e a legenda de sua preferência nas eleições proporcionais.

Art. 20 - Ficam revogados os arts. 4º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 6.989, de 5 de maio de 1982, restabelecendo-se a redação anterior dos arts. 145, 175, 176 e 177 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, a respeito do voto de legenda.

Art. 21 - Fica revogado o § 3º do art. 67 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 - Lei Orgânica dos Partidos Políticos, e suspensão a aplicação do art. 250 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 1.538, de 14 de abril de 1977.

Art. 22 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23 - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 20 de junho de 1985.



Aviso nº 396-SUPAR.

Em 01 de julho de 1985.

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário.

Tenho a honra de encaminhar a essa Secretaria a Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto que se converteu na Lei nº 7.332, de 01 de julho de 1985.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.


JOSE HUGO CASTELO BRANCO
Ministro Chefe do Gabinete Civil

A Sua Excelência o Senhor
Senador ENÉAS FARIA
DD. Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF.



MENSAGEM Nº 335

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que acabo de sancionar o projeto de lei que "estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 7.332, de 01 de julho de 1985.

Brasília, em 01 de julho de 1985.



LEI Nº 7.332 , de 19 de julho de 1 985.

Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências.

O P R E S I D E N T E D A R E P U B L I C A

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - No dia 15 de novembro de 1985 serão realizadas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito nos seguintes municípios:

- I - Capitais de Estados e Territórios;
- II - Estâncias Hidrominerais;
- III - considerados do interesse da Segurança Nacional;
- IV - nos municípios de Territórios;
- V - descaracterizados do interesse da Segurança Nacional a partir de 1º de dezembro de 1984.

Art. 2º - Na mesma data serão realizadas eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores nos municípios criados pelos Estados até 15 de maio de 1985.



Art. 3º - Nas eleições referidas nos dois artigos anteriores será aplicada a legislação eleitoral vigente, ressalvadas as regras especiais previstas nesta Lei.

Art. 4º - As Convenções Municipais Partidárias destinadas à escolha dos candidatos deverão ser realizadas a partir de 15 de julho de 1985 e o requerimento de registro de verã dar entrada no Cartório Eleitoral até às 18 (dezoito) horas do nonagésimo dia anterior à data marcada para a eleição.

Art. 5º - Constituirão a Convenção Municipal Partidária para escolha, por voto direto e secreto, dos candidatos:

a) nos municípios com menos de 1 (um) milhão de habitantes, segundo o censo de 1980:

I - os membros do Diretório Municipal;

II - os vereadores, deputados e senadores com domicílio eleitoral no município;

III - os membros do Diretório Regional com domicílio eleitoral no município, na data em que foram eleitos;

IV - os delegados do município à Convenção Regional;

V - 2 (dois) representantes de cada Diretório Distrital organizado;

VI - 1 (um) representante de cada departamento existente;

b) nos municípios com mais de 1 (um) milhão de habitantes:

I - os membros dos Diretórios de unidades admi



nistrativas ou zonas eleitorais;

II - os vereadores, deputados e senadores com domicílio eleitoral no município;

III - os membros do Diretório Regional com domcílio eleitoral no município, na data em que foram eleitos;

IV - os delegados dos Diretórios de unidades administrativas ou zonas eleitorais.

Parágrafo único - Nas convenções previstas neste artigo haverá a presença de observador da Justiça Eleitoral, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º - Nas eleições reguladas por esta Lei os partidos políticos não poderão registrar candidatos em sublegendas.

Art. 7º - Os partidos poderão coligar-se e organizar chapas conjuntas de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

§ 1º - Nas chapas de coligação poderão ser inscritos candidatos filiados a qualquer um dos partidos integrantes da mesma.

§ 2º - A decisão de coligar-se será adotada, por maioria absoluta de votos, pelo Diretório Municipal ou pela Comissão Diretora Municipal Provisória e, no caso dos municípios a partir de 1 (um) milhão de habitantes, segundo o censo de 1980, pelo Diretório Regional ou pela Comissão Diretora Regional Provisória, em ambas as situações até 10 (dez) dias antes da respectiva convenção, que a ratificará.



§ 3º - Na hipótese em que o Diretório não esteja com sua composição completa, por renúncia, morte ou desligamento, a maioria absoluta será calculada levando-se em conta o número de membros remanescentes.

§ 4º - A Comissão Executiva do Diretório Nacional, ao regulamentar as Convenções Municipais Partidárias, fará também em relação às decisões sobre coligações.

§ 5º - A coligação partidária adotará denominação própria e o registro de seus candidatos será encaminhado pelos presidentes dos partidos coligados.

§ 6º - À coligação serão assegurados os direitos que a Lei concede aos partidos políticos, no que se refere ao processo eleitoral.

§ 7º - Cada partido poderá usar sua própria legenda sob a denominação da coligação.

Art. 8º - O prazo de domicílio eleitoral no respectivo município, para as eleições previstas nesta Lei, é de 5 (cinco) meses.

Art. 9º - Cada candidato deverá estar filiado ao partido pelo qual vai concorrer, até 15 de julho de 1985.

Art. 10 - Nas eleições previstas nesta Lei, as emissoras de rádio e televisão, inclusive as de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios, reservarão, para a propaganda eleitoral gratuita pelos partidos políticos, 60 (sessenta) espaços de 1 (uma) hora diária nos 60 (sessenta) dias que antecederem a antevéspera do pleito, sendo pelo menos meia hora



ã noite, entre vinte e vinte e duas horas.

§ 1º - O disposto neste artigo atingirá as emissoras cuja imagem ou som alcancem município onde se realiza a eleição e, nos casos das Capitais de Estado, também as emissoras de imagem de alcance regional com geração em outro município.

§ 2º - O horário gratuito será distribuído metade de forma igual entre todos os partidos que concorram ao pleito e metade na proporção das bancadas existentes na Câmara de Vereadores.

§ 3º - A Justiça Eleitoral local poderá acolher qualquer critério que tenha sido aprovado por todos os partidos políticos e pelas emissoras.

§ 4º - O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o horário gratuito de propaganda eleitoral, e a Justiça Eleitoral fiscalizará a sua execução.

§ 5º - Poderão ser transmitidos por emissoras de rádio e televisão debates entre candidatos, desde que reservada a participação de todos os partidos ou coligações que concorram ao pleito.

Art. 11 - As emissoras de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar gratuitamente comunicações ou instruções da Justiça Eleitoral, até o máximo de 15 (quinze) minutos diários, consecutivos ou não, nos 30 (trinta) dias anteriores ao pleito.

Art. 12 - As eleições serão realizadas por su



frágio universal e voto direto e secreto.

Parágrafo Único - O candidato a Vice-Prefeito será considerado eleito com o candidato a Prefeito em cuja chapa estiver registrado.

Art. 13 - Os partidos políticos em formação, as sim considerados para os efeitos desta Lei os que, até 15 de julho de 1985, publicarem e encaminharem ao Tribunal Superior Eleitoral, para anotação e arquivo, o programa, manifesto e es tatutos, observados os princípios estabelecidos no art. 152 da Constituição Federal, estarão habilitados à prática de todos os atos e procedimentos relativos ao seu funcionamento, inclu sive os necessários à sua efetiva participação nas eleições de que trata esta Lei.

§ 1º - O registro do estatuto de partido poli tico em formação, referido no inciso IV do art. 152 da Consti tuição Federal, será deferido para efeito das eleições de 1985, desde que tenha sido aprovado pela maioria absoluta da respec tiva Comissão Diretora Nacional Provisória.

§ 2º - Considera-se de âmbito nacional o parti do político organizado ou que tiver constituído Comissões Di retoras Regionais Provisórias em pelo menos 5 (cinco) unidades federais.

Art. 14 - Nos municípios em que não houver di retório partidário organizado, inclusive nos que foram criados até a data de 15 de maio de 1985, a Convenção para a escolha dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores será or ganizada e dirigida pela Comissão Diretora Municipal Provisõ



ria, integrada de 7 (sete) a 11 (onze) membros designados pela Comissão Executiva Nacional, sob a presidência de um deles, indicado no ato da designação.

§ 1º - A Convenção a que se refere este artigo terá a seguinte composição:

I - os membros da Comissão Diretora Municipal Provisória;

II - os eleitores inscritos no município e filiados ao partido até 8 (oito) dias antes da Convenção;

III - os senadores, deputados federais e deputados estaduais com domicílio eleitoral no município e os vereadores filiados ao partido.

§ 2º - A Justiça Eleitoral divulgará, por edital, a relação nominal dos eleitores filiados a cada partido, aptos a participarem da Convenção.

Art. 15 - No caso dos partidos em formação a Convenção para escolha de candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores será organizada pela Comissão Diretora Municipal Provisória e terá a seguinte composição:

I - os membros da Comissão Diretora Municipal Provisória;

II - os vereadores da Câmara Municipal filiados ao partido ou que tenham encaminhado ao Juízo Eleitoral declaração de apoio ao estatuto e programa do partido em formação;

III - os deputados estaduais, federais e senadores filiados ao partido ou que tenham encaminhado ao Tribunal



Eleitoral declaração de apoio ao estatuto e programa do partido em formação e que tenham domicílio eleitoral no município;

IV - os membros da Comissão Diretora Regional Provisória, com domicílio eleitoral no município.

Art. 16 - Ficam vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem nenhum direito para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre 15 de julho de 1985 e 1º de janeiro de 1986, importarem em nomear, contratar, exonerar ou transferir, designar, readaptar servidor público, regido por Estatuto ou pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, ou proceder a quaisquer outras formas de provimento na administração direta e nas autarquias, nas sociedades de economia mista e empresas públicas dos Estados e Municípios.

§ 1º - Excluem-se do disposto neste artigo:

I - nomeação de aprovados em concurso público homologado até 15 de agosto de 1985;

II - nomeação para cargos em comissão e da Magistratura, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.

§ 2º - O ato de nomeação deverá ser fundamentado quando de sua publicação no respectivo órgão oficial.

§ 3º - O atraso, por qualquer motivo, da publicação do jornal oficial relativo aos 30 (trinta) dias que antecedem o prazo inicial a que se refere este artigo implica nulidade automática dos atos relativos a pessoal nele inseridos.

Art. 17 - Ao servidor público, sob regime esta



tutário ou não, dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios, de empresas públicas, e aos empregados de empresas concessionárias de serviços públicos, fica assegurado o direito à percepção de seus vencimentos e vantagens ou salários, como se em exercício de suas ocupações habituais estivessem, durante o lapso de tempo que mediar entre o registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral e o dia seguinte ao da eleição, através de simples comunicação de afastamento para promoção de sua campanha eleitoral.

Art. 18 - O alistamento eleitoral passa a ser feito dispensando-se a formalidade de o próprio alistando datar o respectivo requerimento e, quando este não souber assinar o nome, aporá a impressão digital de seu polegar direito no requerimento e na folha de votação.

Parágrafo único - O mesmo sistema será utilizado no dia da votação para o eleitor que não souber assinar o nome.

Art. 19 - As cédulas oficiais para as eleições previstas nesta Lei serão confeccionadas e distribuídas exclusivamente pela Justiça Eleitoral, atenderão aos demais requisitos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, e permitirão ao eleitor, sem a necessidade de leitura de nomes, identificar e assinalar os seus candidatos nas eleições majoritárias e a legenda de sua preferência nas eleições proporcionais.

Art. 20 - Ficam revogados os arts. 4º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 6.989, de 5 de maio de 1982, restabelecendo-se



a redação anterior dos arts. 145, 175, 176 e 177 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, a respeito do voto de legenda.

Art. 21 - Fica revogado o § 3º do art. 67 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 - Lei Orgânica dos Partidos Políticos, e suspensa a aplicação do art. 250 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 1.538, de 14 de abril de 1977.

Art. 22 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 01 de julho de 1985;
164º da Independência e 97º da República.

A large, stylized handwritten signature in black ink, which appears to be 'F. Collor de Mello', written across the bottom of the page.



Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências.

*Sancionado.
Em 1/7/85
[Assinatura]*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - No dia 15 de novembro de 1985 serão realizadas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito nos seguintes municípios:

- I - Capitais de Estados e Territórios;
- II - Estâncias Hidrominerais;
- III - considerados do interesse da Segurança Nacional;
- IV - nos municípios de Territórios;
- V - descaracterizados do interesse da Segurança Nacional a partir de 1º de dezembro de 1984.

Art. 2º - Na mesma data serão realizadas eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores nos municípios criados pelos Estados até 15 de maio de 1985.

Art. 3º - Nas eleições referidas nos dois artigos anteriores será aplicada a legislação eleitoral vigente, ressalvadas as regras especiais previstas nesta Lei.



2.

Art. 4º - As Convenções Municipais Partidárias destinadas à escolha dos candidatos deverão ser realizadas a partir de 15 de julho de 1985 e o requerimento de registro deverá dar entrada no Cartório Eleitoral até às 18 (dezoito) horas do nonagésimo dia anterior à data marcada para a eleição.

Art. 5º - Constituirão a Convenção Municipal Partidária para escolha, por voto direto e secreto, dos candidatos:

a) nos municípios com menos de 1 (um) milhão de habitantes, segundo o censo de 1980:

I - os membros do Diretório Municipal;

II - os vereadores, deputados e senadores com domicílio eleitoral no município;

III - os membros do Diretório Regional com domicílio eleitoral no município, na data em que foram eleitos;

IV - os delegados do município à Convenção Regional;

V - 2 (dois) representantes de cada Diretório Distrital organizado;

VI - 1 (um) representante de cada departamento existente;

b) nos municípios com mais de 1 (um) milhão de habitantes:

I - os membros dos Diretórios de unidades



3.

administrativas ou zonas eleitorais;

II - os vereadores, deputados e senadores com domicílio eleitoral no município;

III - os membros do Diretório Regional com domicílio eleitoral no município, na data em que foram eleitos;

IV - os delegados dos Diretórios de unidades administrativas ou zonas eleitorais.

Parágrafo único - Nas convenções previstas neste artigo haverá a presença de observador da Justiça Eleitoral, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º - Nas eleições reguladas por esta Lei os partidos políticos não poderão registrar candidatos em sublegendas.

Art. 7º - Os partidos poderão coligar-se e organizar chapas conjuntas de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

§ 1º - Nas chapas de coligação poderão ser inscritos candidatos filiados a qualquer um dos partidos integrantes da mesma.

§ 2º - A decisão de coligar-se será adotada, por maioria absoluta de votos, pelo Diretório Municipal ou pela Comissão Diretora Municipal Provisória e, no caso dos municípios a partir de 1 (um) milhão de habitantes, segundo o censo de 1980, pelo Diretório Regional ou pela Comissão Diretora Regional Provisória, em ambas as situações até 10 (dez) dias antes da respectiva convenção, que a ratificará.



4.

§ 3º - Na hipótese em que o Diretório não esteja com sua composição completa, por renúncia, morte ou desligamento, a maioria absoluta será calculada levando-se em conta o número de membros remanescentes.

§ 4º - A Comissão Executiva do Diretório Nacional, ao regulamentar as Convenções Municipais Partidárias, fã-lo-ã também em relação às decisões sobre coligações.

§ 5º - A coligação partidária adotará denominação própria e o registro de seus candidatos será encaminhado pelos presidentes dos partidos coligados.

§ 6º - À coligação serão assegurados os direitos que a Lei concede aos partidos políticos, no que se refere ao processo eleitoral.

§ 7º - Cada partido poderá usar sua própria legenda sob a denominação da coligação.

Art. 8º - O prazo de domicílio eleitoral no respectivo município, para as eleições previstas nesta Lei, é de 5 (cinco) meses.

Art. 9º - Cada candidato deverá estar filiado ao partido pelo qual vai concorrer, até 15 de julho de 1985.

Art. 10 - Nas eleições previstas nesta Lei, as emissoras de rádio e televisão, inclusive as de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios, reservarão, para a



5.

propaganda eleitoral gratuita pelos partidos políticos, 60 (sessenta) espaços de 1 (uma) hora diária nos 60 (sessenta) dias que antecederem a antevéspera do pleito, sendo pelo menos meia hora à noite, entre vinte e vinte e duas horas.

§ 1º - O disposto neste artigo atingirá as emissoras cuja imagem ou som alcancem município onde se realiza a eleição e, nos casos das Capitais de Estado, também as emissoras de imagem de alcance regional com geração em outro município.

§ 2º - O horário gratuito será distribuído metade de forma igual entre todos os partidos que concorram ao pleito e metade na proporção das bancadas existentes na Câmara de Vereadores.

§ 3º - A Justiça Eleitoral local poderá acolher qualquer critério que tenha sido aprovado por todos os partidos políticos e pelas emissoras.

§ 4º - O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o horário gratuito de propaganda eleitoral, e a Justiça Eleitoral fiscalizará a sua execução.

§ 5º - Poderão ser transmitidos por emissoras de rádio e televisão debates entre candidatos, desde que resguardada a participação de todos os partidos ou coligações que concorram ao pleito.

Art. 11 - As emissoras de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar gratuitamente comunicações ou instruções da Justiça Eleitoral, até o máximo de 15 (quinze) minutos diários, consecutivos ou não, nos 30 (trinta) dias anteriores ao pleito.



6.

Art. 12 - As eleições serão realizadas por sufrágio universal e voto direto e secreto.

Parágrafo único - O candidato a Vice-Prefeito será considerado eleito com o candidato a Prefeito em cuja chapa estiver registrado.

Art. 13 - Os partidos políticos em formação, assim considerados para os efeitos desta Lei os que, até 15 de julho de 1985, publicarem e encaminharem ao Tribunal Superior Eleitoral, para anotação e arquivo, o programa, manifesto e estatutos, observados os princípios estabelecidos no art. 152 da Constituição Federal, estarão habilitados à prática de todos os atos e procedimentos relativos ao seu funcionamento, inclusive os necessários à sua efetiva participação nas eleições de que trata esta Lei.

§ 1º - O registro do estatuto de partido político em formação, referido no inciso IV do art. 152 da Constituição Federal, será deferido para efeito das eleições de 1985, desde que tenha sido aprovado pela maioria absoluta da respectiva Comissão Diretora Nacional Provisória.

falt.
§ 2º - Considera-se de âmbito nacional o partido político organizado ou que tiver constituído Comissões Diretoras Regionais Provisórias em pelo menos 5 (cinco) unidades federais.

Art. 14 - Nos municípios em que não houver diretório partidário organizado, inclusive nos que foram criados até a data de 15 de maio de 1985, a Convenção para a escolha dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores será organizada e dirigida pela Comissão Diretora Municipal



7.

Provisória, integrada de 7 (sete) a 11 (onze) membros designados pela Comissão Executiva Nacional, sob a presidência de um deles, indicado no ato da designação.

§ 1º - A Convenção a que se refere este artigo terá a seguinte composição:

I - os membros da Comissão Diretora Municipal Provisória;

II - os eleitores inscritos no município e filiados ao partido até 8 (oito) dias antes da Convenção;

III - os senadores, deputados federais e deputados estaduais com domicílio eleitoral no município e os vereadores filiados ao partido.

§ 2º - A Justiça Eleitoral divulgará, por edital, a relação nominal dos eleitores filiados a cada partido, aptos a participarem da Convenção.

Art. 15 - No caso dos partidos em formação a Convenção para escolha de candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores será organizada pela Comissão Diretora Municipal Provisória e terá a seguinte composição:

I - os membros da Comissão Diretora Municipal Provisória;

II - os vereadores à Câmara Municipal filiados ao partido ou que tenham encaminhado ao Juízo Eleitoral declaração de apoio ao estatuto e programa do partido em formação;



8.

III - os deputados estaduais, federais e senadores filiados ao partido ou que tenham encaminhado ao Tribunal Eleitoral declaração de apoio ao estatuto e programa do partido em formação e que tenham domicílio eleitoral no município;

IV - os membros da Comissão Diretora Regional Provisória, com domicílio eleitoral no município.

Art. 16 - Ficam vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem nenhum direito para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre 15 de julho de 1985 e 1º de janeiro de 1986, importarem em nomear, contratar, exonerar ou transferir, designar, readaptar servidor público, regido por Estatuto ou pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, ou proceder a quaisquer outras formas de provimento na administração direta e nas autarquias, nas sociedades de economia mista e empresas públicas dos Estados e Municípios.

§ 1º - Excluem-se do disposto neste artigo:

I - nomeação de aprovados em concurso público homologado até 15 de agosto de 1985;

II - nomeação para cargos em comissão e da Magistratura, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.

§ 2º - O ato de nomeação deverá ser fundamentado quando de sua publicação no respectivo órgão oficial.

§ 3º - O atraso, por qualquer motivo, da publicação do jornal oficial relativo aos 30 (trinta) dias



9.

que antecedem o prazo inicial a que se refere este artigo implica nulidade automática dos atos relativos a pessoal nele inseridos.

Art. 17 - Ao servidor público, sob regime estatutário ou não, dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios, de empresas públicas, e aos empregados de empresas concessionárias de serviços públicos, fica assegurado o direito à percepção de seus vencimentos e vantagens ou salários, como se em exercício de suas ocupações habituais estivessem, durante o lapso de tempo que mediar entre o registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral e o dia seguinte ao da eleição, através de simples comunicação de afastamento para promoção de sua campanha eleitoral.

Art. 18 - O alistamento eleitoral passa a ser feito dispensando-se a formalidade de o próprio alistando datar o respectivo requerimento e, quando este não souber assinar o nome, aporá a impressão digital de seu polegar direito no requerimento e na folha de votação.

Parágrafo único - O mesmo sistema será utilizado no dia da votação para o eleitor que não souber assinar o nome.

Justiça

Art. 19 - As cédulas oficiais para as eleições previstas nesta Lei serão confeccionadas e distribuídas exclusivamente pela Justiça Eleitoral, atenderão aos demais requisitos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, e permitirão ao eleitor, sem a necessidade de leitura de nomes, identificar e assinalar os seus candidatos nas eleições majoritárias e a legenda de sua preferência nas eleições proporcionais.



10.

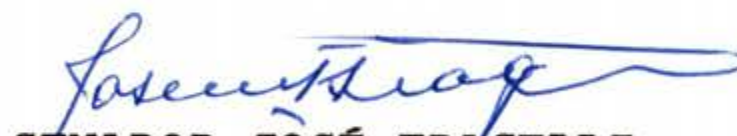
Art. 20 - Ficam revogados os arts. 4º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 6.989, de 5 de maio de 1982, restabelecendo-se a redação anterior dos arts. 145, 175, 176 e 177 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, a respeito do voto de legenda.

Art. 21 - Fica revogado o § 3º do art. 67 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 - Lei Orgânica dos Partidos Políticos, e suspensa a aplicação do art. 250 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 1.538, de 14 de abril de 1977.

Art. 22 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23 - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE JUNHO DE 1985


SENADOR JOSÉ FRAGELLI
PRESIDENTE

CAMARA DOS DEPUTADOS

28 JUN 10 10 3 012063

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO GERAL



SM Nº 262

Em 27 de junho de 1985

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, aprovado, sem alterações, pelo Senado Federal, em revisão, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para os fins constantes do art. 58, § 1º, da Constituição Federal, o Projeto de Lei (nº 5.684-B, de 1985, na Câmara dos Deputados, e 48, de 1985, no Senado) que "estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências".

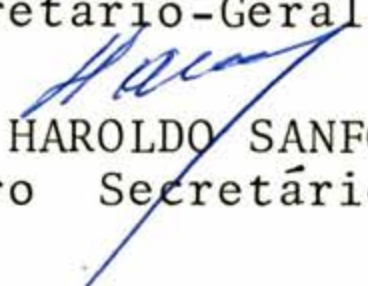
Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha perfeita estima e mais distinta consideração.


SENADOR JOÃO LOBO

Primeiro Secretário, em exercício


PRIMEIRA SECRETARIA

Em 28/06/85. Ao Senhor Secretário-Geral da Mesa.


Deputado HAROLDO SANFORD
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor Deputado HAROLDO SANFORD
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
JF/.

Arguente. de. Em 28.6.85.
Tanco Hoffmann. de Obreiro
Sec. de da men.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
- RABO 1155 B 014710
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES
PSE-PTB/BL/GERAL




SM Nº 379

Em 08 de agosto de 1985

Senhor Primeiro Secretário,

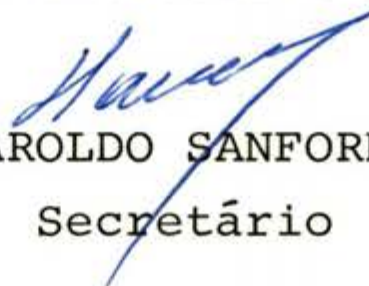
Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei nº 48, de 1985 (nº 5.684-B, de 1985, na Câmara dos Deputados), aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Senhor Presidente da República, que "estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração.


SENADOR ENÉAS FARIA
Primeiro Secretário

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 09/08/85. Ao Senhor Secretário-Geral da Mesa.


Deputado HAROLDO SANFORD
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor Deputado HAROLDO SANFORD
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
MGS.

Arguime. re. Em 09.8.85
Damo offom. e Obvener
Sec. del da Nen.

Caixa: 171

Lote: 61

PL N° 5684/1985

206

2

DOCUMENTOS ANEXADOS: _____

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS: